



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

KAIO DUARTE VIEIRA

O LITORAL HABITADO:
USO RESIDENCIAL NA COSTA OESTE CEARENSE

FORTALEZA

2024

KAIO DUARTE VIEIRA

O LITORAL HABITADO:
USO RESIDENCIAL NA COSTA OESTE CEARENSE

Defesa de Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, como atividade obrigatória para a obtenção do título de mestre em Geografia. Área de Concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental

Orientador: Alexandre Queiroz Pereira.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- V7151 Vieira, Kaio Duarte.
O litoral habitado: : Uso residencial na costa oeste cearense. / Kaio Duarte Vieira. – 2024.
153 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2024.
Orientação: Prof. Dr. Alexandre Queiroz Pereira.
1. Turismo. 2. Vilegiatura Marítima. 3. Uso residencial. 4. Urbanização. I. Título.
- CDD 910
-

KAIO DUARTE VIEIRA

O LITORAL HABITADO:

O USO RESIDENCIAL NA COSTA OESTE CEARENSE

Defesa de dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, como atividade obrigatória para a obtenção do título de mestre em Geografia. Área de Concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental.

Aprovada em: 17/07/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Queiroz Pereira (orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Marcos Paulo Ferreira de Góis
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Cláudio Smalley Soares Pereira
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste trabalho contou com o auxílio de amigos e grupos de trabalho, além disso, foi financiado pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a qual dedico meus sinceros agradecimentos à política pública. Agradeço ao professor Alexandre Queiroz, o qual foi responsável pela orientação e pelo desenvolvimento da jornada acadêmica à nível de graduação e de mestrado. Destaco os diálogos presenciais e virtuais com o professor e o grupo de pesquisa Urbabeach, que contribuíram efetivamente para o meu crescimento como aluno e pesquisador. O percurso intelectual, as escolhas metodológicas e as críticas construtivas realizadas pelo professor permitiram parcerias de trabalho e participações em eventos nacionais e internacionais.

Estendo esse agradecimento à professora Clélia Lustosa, a sensibilidade profissional e a expertise como educadora, demonstrados nas horas livres do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional, são exemplares. Agradeço também aos professores Eustógio Dantas, José Borzacchiello e Christian Dennys que, apesar das poucas horas de conversa nos corredores e na sala de aula, mostraram-se ricos em momentos de troca e de compartilhamento de ideias que direta e indiretamente, também, estão inseridas neste trabalho. Além desses, gostaria de oferecer um espaço para agradecer ao professor Milton Santos, as obras e as contribuições científicas desse geógrafo influenciaram em minha trajetória acadêmica e na análise realizada por mim.

Ademais, pontuo a presença e a colaboração do corpo de bolsistas de iniciação científica, mestrado e doutorado do LAPUR, nos nomes de Felipe Garcia, Galadriel, Maria Eduarda, Fernando Sousa, Ismael Alves, Douglas Ribeiro, Ítalo Lemos, Jeferson Angelo, Gleilson Ângelo e Helaine Rodrigues, destaco a amizade e a companhia neste percurso. Desejo sucesso acadêmico e profissional, assim como, mais momentos de descontração na noite da metrópole alencarina. Os agradecimentos também estão direcionados à Mar Melo e Guilherme Britto, amigos desde o início da graduação (2017.2), os quais ouviram e aconselharam em momentos de felicidade e de tristeza. No âmbito pessoal e profissional, agradeço ao meu companheiro Davi Costa a atenção e a preocupação em ouvir e ajudar nas dificuldades as quais enfrentei, foram fundamentais para a finalização deste trabalho e funcionaram como suporte para novas aventuras acadêmicas e pessoais. Agradeço também à minha família pelo suporte durante esse percurso.

A vilegiatura e o uso de segundas residências em função do ócio, assim como na cidade, são produtos sociais pré-modernos e pré-capitalistas. Na atualidade, vilegiatura, turismo e lazer são práticas imbricadas e, sem dúvidas, estratégicas para a (re) produção de espaços, balneários, sobretudo, nas metrópoles litorâneas mediterrâneas e tropicais (Dantas e Pereira, 2021, p. 35).

RESUMO

O turismo e a vilegiatura marítima são vetores de urbanização no litoral do Ceará. Tais atividades estão vinculadas ao surgimento e à difusão de residências de uso ocasional, popularmente reconhecidas como casas de veraneio. No entanto, o uso residencial permanente é antecessor a tais práticas, tal tipologia está associada, principalmente, às comunidades pesqueiras. Assim, o uso residencial no litoral possui duas tipologias. A porção litorânea oeste cearense passou por um conjunto de transformações socioespaciais resultantes da política econômica turística, a qual acentua o processo de metropolização e reforça o crescimento de domicílios ocasionais. Fatos que explicam a escolha de Caucaia, Trairi e Cruz neste trabalho. Dentre as alterações quali-quantitativas, a fragmentação socioespacial que a tessitura do urbano orientada pela dualidade do lazer e da habitação ocasional no litoral. Sob tais ópticas conceituais, a operacionalização dos instrumentos de análise foi baseada em apurado estado da arte, operações censitárias realizadas pelo IBGE (2000, 2010 e 2022), hemeroteca, softwares de GIS, imagens de satélite, além de plataforma de dados secundários disponibilizados pelo IPECE, CADÚnico e SIDRA-IBGE. Mediante a isso, foi possível estabelecer duas lógicas de ocupação urbano-litorânea cearense. A primeira refere-se ao uso ocasional, localizado em áreas paralelas à praia, atualmente, essa possui maior expressividade com os empreendimentos imobiliários turísticos. Em Caucaia, especificamente no Icarai, a forma de ocupação paralela à praia está posta para o uso ocasional e permanente de alta renda, tal fato não se apresenta para a totalidade litorânea do município, tampouco para Trairi e Cruz, onde o perfil de uso residencial está para o uso ocasional e permanente de baixa renda, paralelos à praia, caso semelhante para setores do litoral de Caucaia, como Cumbuco, Iparana e Pacheco. A segunda perspectiva corresponde à forma de ocupação periférica à praia, nessa, o uso ocasional é ausente ou possui menor expressividade, a figura do habitante está para a totalidade da ocupação, assim como, a maior concentração de famílias com renda menor ou igual a 1 salário-mínimo. Ambas as lógicas de ocupação no litoral são reforçadas pela valorização econômica da praia e do solo urbano litorâneo, diante disso, foram observadas e analisadas de forma complementar e justapostas.

Palavras-chave: turismo; vilegiatura marítima; uso residencial; urbanização.

ABSTRACT

Tourism and maritime travel are vectors of urbanization on the coast of Ceará. These activities are linked to the emergence and spread of occasional residences, popularly known as summer houses. However, permanent residential use predates such practices, and this typology is mainly associated with fishing communities. Thus, residential use on the coast has two typologies. The west coast of Ceará has undergone a series of socio-spatial transformations resulting from the economic policy of tourism, which has accentuated the process of metropolization and reinforced the growth of occasional homes. These facts explain the choice of Caucaia, Trairi and Cruz in this study. Among the qualitative and quantitative changes is the socio-spatial fragmentation of the urban fabric guided by the duality of leisure and occasional housing on the coast. From these conceptual perspectives, the operationalization of the analytical tools was based on an accurate state of the art, census operations carried out by the IBGE (2000, 2010 and 2022), hemeroteca, GIS software, satellite images, as well as the secondary data platform provided by IPECE, CADÚnico and SIDRA-IBGE. As a result, it was possible to establish two logics of urban-coastal occupation in Ceará. The first refers to occasional use, located in areas parallel to the beach, which is currently more expressive with tourist real estate developments. In Caucaia, specifically in Icaraí, the form of occupation parallel to the beach is for occasional and permanent high-income use. This is not the case for the entire coastline of the municipality, nor for Trairi and Cruz, where the residential use profile is for occasional and permanent low-income use, parallel to the beach, a similar case for sectors of the Caucaia coastline, such as Cumbuco, Iparana and Pacheco. The second perspective corresponds to the form of occupation peripheral to the beach, in which occasional use is absent or less expressive, the figure of the inhabitant is for the totality of the occupation, as well as the greater concentration of families with an income of less than or equal to 1 minimum wage. Both logics of occupation on the coast are reinforced by the economic valuation of the beach and coastal urban land, so they were observed and analyzed in a complementary and juxtaposed way.

Keywords: tourism; maritime vilegiatura; residential use; urbanization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Distribuição de segundas residências nos municípios do litoral cearense em 2022.....	21
Figura 2 -	Situação geográfica regional e distâncias relativas de Caucaia, Trairi e Cruz, em relação à Fortaleza.....	30
Figura 3 -	Comparação entre conjuntos diferentes, a partir de um mesmo elemento.....	33
Figura 4 -	Comparação entre elementos diferentes que pertencem a conjuntos semelhantes.....	34
Figura 5 -	Artefatos indígenas de pesca.....	41
Figura 6 -	Planta topográfica do Estado do Ceará de 1892 com ênfase no litoral oeste.....	43
Figura 7 -	Condomínios horizontais de veraneio na praia de Icaraí em Caucaia	44
Figura 8 -	Comunidade pesqueira no Mucuripe e, ao fundo, ocupações permanentes em 1952.....	45
Figura 9 -	Segundas residências na praia de Iracema em 1958; Ao fundo, o Iracema Plaza Hotel (primeiro topônimo do Edifício Hotel São Pedro).....	46
Figura 10 -	Pescadores e empreendedores locais na praia do Cumbuco em 1977	48
Figura 11 -	Vista panorâmica da Vila do Preá antiga.....	49
Figura 12 -	Domicílios de Uso Ocasional no litoral de Caucaia – 2010.....	52
Figura 13 -	Domicílios de Uso Ocasional no litoral de Trairi – 2010.....	53
Figura 14 -	Domicílios de Uso Ocasional no litoral de Cruz – 2010.....	54
Figura 15 -	Domicílios de uso ocasional em municípios brasileiros.....	58
Figura 16 -	Domicílios de Uso Ocasional no Ceará.....	59
Figura 17 -	Segundas residências e atualização do imobiliário turístico em Caucaia.....	62
Figura 18 -	Segundas residências e imobiliário turístico em Trairi.....	63
Figura 19 -	Segundas residências e imobiliário turístico em Cruz.....	64
Figura 20 -	Ações e estratégias de desenvolvimento da atividade turística na praia do Preá.....	66

Figura 21 - Ações e estratégias de desenvolvimento da atividade turística nas praias de Trairi.....	67
Figura 22 - Ações e estratégias de desenvolvimento da atividade turística nas praias de Caucaia.....	68
Figura 23 - Comparativo de imagens entre 1988 e 2023 da Vila de Pescadores do Cumbuco.....	72
Figura 24 - Áreas urbanas no litoral de Caucaia, Trairi e Cruz entre no período de 2005 a 2019.....	75
Figura 25 - Lógica ocupação paralela à praia no litoral e áreas urbanas.....	78
Figura 26 - Lógica de ocupação paralela à praia em Caucaia e Trairi.....	79
Figura 27 - Lógica de ocupação paralela à praia em Trairi e Cruz.....	80
Figura 28 - Lógica ocupação periférica à praia no litoral e áreas urbanas.....	82
Figura 29 - Lógica de ocupação periférica à praia.....	83
Figura 30 - Lógica de ocupação periférica à praia.....	84
Figura 31 - Caracterização do uso e ocupação da orla após o Plano Direito e a Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1996.....	89
Figura 32 - Bairros litorâneos no município de Caucaia e a composição de renda per capita por bairro.....	94
Figura 33 - Domicílios particulares com renda per capita entre 3 - 5 salários mínimos e mais de 5 salários mínimos.....	95
Figura 34 - Distritos litorâneos dos municípios de Trairi e de Cruz e as classes de rendimento per capita por distrito.....	98
Figura 35 - Número de domicílios, de moradores e do rendimento dos responsáveis em 2000 e 2010 no município de Trairi.....	104
Figura 36 - Número de moradores e de domicílios no litoral de Trairi.....	106
Figura 37 - Número de domicílios particulares permanentes em Caucaia, 2000 e 2010.....	109
Figura 38 - Número de moradores em domicílios particulares permanentes em Caucaia, 2000 e 2010.....	110
Figura 39 - Rendimento dos responsáveis no litoral de Caucaia, 2000 e 2010.....	111
Figura 40 - Rendimento dos responsáveis de 1/2 a 1 salário-mínimo e características do uso residencial permanente em Caucaia.....	116

Figura 41 - Rendimento dos responsáveis de 1/2 a 1 salário-mínimo e características do uso residencial permanente em Trairi.....	117
Figura 42 - Rendimento dos responsáveis de 1/2 a 1 salário-mínimo e características do uso residencial permanente em Cruz.....	118
Figura 43 - Conflitos e ameaças identificadas no litoral leste.....	120
Figura 44 - Conflitos e ameaças no litoral oeste e grande Fortaleza.....	120
Figura 45 - Conflitos e ameaças no litoral extremo oeste.....	121
Figura 46 - Cadastro de famílias em situação de extrema pobreza em bairros litorâneos de Caucaia.....	125
Figura 47 - Cadastro de famílias em situação de extrema pobreza em setores censitário litorâneos de Trairi.....	126
Figura 48 - Cadastro de famílias em situação de extrema pobreza em setores censitário litorâneos de Cruz.....	127
Figura 49 - Diferentes configurações territoriais resultantes do uso residencial...	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Segundas residências no litoral do Ceará entre os períodos 1980 e 2022.....	20
Quadro 2 -	Números absolutos de leitos e de estabelecimentos de hospedagem no litoral do Ceará.....	24
Quadro 3 -	Exposição da dimensão analítica e argumentativa referente aos municípios em questão.....	29
Quadro 4 -	Síntese dos objetivos e instrumentos utilizados.....	35
Quadro 5 -	Domicílios de Uso Ocasional nos municípios da metrópole Fortaleza.....	47
Quadro 6 -	Domicílios Particulares Não Ocupados - Uso Ocasional para o litoral da RMF e litoral oeste.....	51
Quadro 7 -	Comparação de áreas urbanas entre 2005 e 2019, em Caucaia, Trairi e Cruz.....	71
Quadro 8 -	Relação entre o uso ocasional e permanente nas praias de Mucuripe, Meireles e Praia de Iracema em 2010.....	90
Quadro 9 -	Relação do uso residencial ocasional e permanente em Cruz e Trairi (2000 – 2010).....	97
Quadro 10 -	Classes de rendimento nominal domiciliar per capita em distritos e bairros de Caucaia, Trairi e de Cruz (2010).....	102
Quadro 11 -	Rendimento dos responsáveis pelos domicílios particulares permanente de 2000 e de 2010.....	107
Quadro 12 -	População residente em bairros e setores censitários litorâneos.....	123
Quadro 13 -	Famílias cadastradas no CADÚnico.....	124

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	13
2	INTRODUÇÃO.....	18
3	A DUALIDADE DO USO RESIDENCIAL NO LITORAL CEARENSE: TEMPORALIDADES E FORMAS.....	40
3.1	O litoral dos pescadores e dos moradores efêmeros.....	40
3.2	Os ventos da modernidade no litoral do Ceará: políticas de desenvolvimento para o turismo e a metrópole litorânea-marítima.....	55
3.3	Dinâmica conjugada do habitat litorâneo.....	57
3.4	Tecido urbano e o uso residencial: a dinâmica da urbanização e da fragmentação socioespacial.....	70
3.4.1	<i>A lógica de ocupação paralela à praia.....</i>	76
3.4.2	<i>A lógica de ocupação periférica à praia.....</i>	81
4	O LITORAL EM RECORTES TERRITORIAIS.....	85
4.1	Os moradores do lado de lá.....	86
4.2	Os habitantes do lado de cá.....	101
4.3	A (in)justaposição do habitar na praia.....	115
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
	REFERÊNCIAS.....	142

1 APRESENTAÇÃO

Toda pesquisa tem uma história que a motiva e nesse caso, não é diferente. Entre 2020 e 2022, fui aluno de graduação e bolsista de Iniciação Científica (PIBIC-CNPQ) vinculado ao atual orientador desta dissertação, Alexandre Queiroz Pereira, e ao Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – LAPUR, onde foram desenvolvidos estudos sobre o processo de metropolização orientado pela atividade turística no perímetro urbano litorâneo do Ceará, especificamente dos estabelecimentos de hospedagem, resorts, condomínios de praia, dos grupos hoteleiros e de todos os equipamentos associados ao turismo e aos lazeres. A perspectiva foi ampliada e resultou no trabalho final de curso de graduação, um olhar sobre a relação entre o turismo, as segundas residências e os impactos das mudanças climáticas.

Ao elaborar e submeter o projeto ao mestrado, articulei uma ideia semelhante ao que Silva (2018) analisou, quando relacionou a territorialização das práticas de vilegiatura marítima no litoral oeste de Fortaleza. Nessa porção litorânea da cidade, existem bairros pobres, como o Pirambu, Barra do Ceará e Cristo Redentor, a autora buscou correlacionar a territorialização das práticas de vilegiatura a partir desse cenário socioespacial. No entanto, o projeto que elaborei procurava compreender como a atividade turística influenciou no processo de periferação do setor oeste da cidade de Fortaleza, responsável, em partes, pela expulsão dos mais pobres e dos pescadores do litoral.

Entretanto, ao iniciar os estudos na pós-graduação, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), deparei-me com o desafio de conciliar a prática, a teoria e o curto tempo para elaboração dessa pesquisa. Em virtude da predileção deste autor desde a iniciação científica, em analisar e interpretar o processo de metropolização em suas diversas facetas, o resultado foi a expansão da escala de análise. Essa não poderia estar restrita aos municípios que sabiamente nos debruçamos e analisamos quanto à atividade turística e as segundas residências, como Fortaleza, Caucaia, Aquiraz e São Gonçalo do Amarante.

Nesse sentido, a relação entre orientador e orientando foi essencial para amadurecer essa ideia e avançar para áreas litorâneas pouco visitadas pelos estudos. Essa parceria também foi responsável por criar objetivos e fortalecer o percurso metodológico, para assim, interpretar processos e indicar transformações socioespaciais quando ao uso residencial no litoral. Diante disso, apesar da autoria do trabalho constar como uma construção individual, é importante reconhecer e dividir este trabalho com as ideias e correções postas pelo professor Alexandre.

Além disso, este trabalho também nasce de uma curiosidade posta por Dantas (2010), quando esse se debruça sobre o papel das políticas de desenvolvimento do turismo no litoral do Ceará, reforçando a imagem positiva do semiárido, como uma região propícia para o incremento da atividade turística. Um fato histórico curioso, visto que a regra era observar o Nordeste como um problema social e econômico, isso muda somente na segunda metade do século XX.

O impacto dessa imagem cultural e simbólica positiva da praia, atrelado aos investimentos públicos, diferente de outros estados, no Ceará, foi descentralizado, mesmo com o protagonismo de Fortaleza, Caucaia e Aquiraz, essa atividade está para além da Região Metropolitana de Fortaleza, como apresentou Dantas (2010b) e Alves (2013). Nesse sentido, por que não avançar para essas áreas, sobretudo no litoral oeste, para conhecer e interpretar os impactos da atividade turística na produção do espaço urbano litorâneo?

As reflexões e análises dessa dissertação aproximam três campos de investigação geográficos: habitação, turismo e lazer, em virtude disso, coexistem duas formas de uso residencial no litoral, o permanente, a primeira residência, essa se refere ao elemento básico para qualquer indivíduo, a moradia. A segunda refere-se à residência ocasional, para se referir a essa, existem diversos sinônimos: residências de uso ocasional, residências de veraneio, em espanhol, *viviendas secundarias*, em inglês, *second homes*. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, capta esses domicílios no censo demográfico e os denomina como Domicílios Particulares Não Ocupados de Uso Ocasional. Nesta dissertação tais sinônimos serão utilizados.

Nesse movimento do turista em construir uma segunda residência, Dantas (2007), os denomina de veranistas de coabitação e Huete (2008) denomina de turismo residencial, quando se refere ao uso ocasional em lugares turísticos. Já Pereira (2013), ao discorrer sobre a vilegiatura marítima, que consiste em uma prática social realizada na praia associada ao ócio, entende o uso residencial ocasional como uma prática interligada a tal racionalidade, essa seria a base de sinergia, os fluxos condicionando os fixos (vice-versa). Essa ideia é exposta no capítulo inicial, o qual se refere à introdução desta dissertação, considerando o estado da arte, os objetivos, a justificativa e a metodologia adotada.

O leitor é direcionado, neste estudo, para um cenário onde a parcela litorânea do território cearense conflui uma relação de fixos e fluxos atualizada: os estabelecimentos de hospedagem, o crescimento do comércio em lugares turísticos, a instalação e a articulação de resorts e de grupos hoteleiros com grupos econômicos locais, nacionais e estrangeiros,

aeroportos regionais e o ritmo frenético de chegada e de saída de pessoas com origens e motivações diversas. É uma atividade com potencial transformador do espaço e que propicia, à determinadas parcelas do território nacional, um fluxo de informação e de comunicação mais intenso com o global. Consiste em vetor econômico moderno de urbanização.

Um lugar turístico, além da beleza paradisíaca, torna-se a segunda casa para um turista espanhol, italiano, australiano ou até mesmo, paulistano, recifenses, gaúchos, e, em maioria, para os habitantes da metrópole. Para existir essa aproximação e comunicação com o lugar, são necessárias ações e intervenções locais que possibilitem o mínimo de conforto, disponibilidade de serviços bancários, comerciais e de saúde, elementos concretos e abstratos, criados e encenados a fim de criar vínculos entre o turista e o lugar, e uma das marcas registradas dessa relação são as segundas residências.

Esta pesquisa insere uma carga de complexidade maior, está amarrada na problemática do uso residencial, incorporando também o uso permanente. De acordo com os dados por setor censitário disponibilizados pelo IBGE, compreende o universo dos Domicílios Particulares Permanentes, que corresponde a presença de pessoas residindo no domicílio e, conseqüentemente, são nesses domicílios onde foram aplicados os questionários do censo demográfico. Essa outra face do uso residencial, as residências dos habitantes, é crucial para nossa análise, pois são os que realizam movimentos pautados em necessidades diversas – trabalho, saúde, alimentação, escola e assistência social. Além disso, consiste na primeira forma de ocupação do litoral do Ceará, vinculada à figura do pescador.

Concernente a isso, e dada a valorização econômica e cultural da praia, considerando o crescimento das residências de uso ocasional e o uso permanente, qual relação que se estabelece entre esses dois usos residenciais? Quais são as características dos domicílios de uso permanente? Por quais processos e escalas podemos analisar esse tema? Considerando todos os municípios litorâneos do Estado do Ceará, a partir da escala regional, foi escolhido o litoral de Caucaia, Trairi e de Cruz, para responder aos questionamentos e elucidar com maior clareza ambos os usos residenciais, frente à regionalização da atividade turística no litoral oeste do estado.

Essa escolha foi pautada em uma correlação de dados, os quais são indicativos de transformações espaciais: crescimento de áreas urbanas litorâneas, meios de hospedagem e, sobretudo, no aumento de domicílios de uso ocasional entre os períodos de 2000, 2010 e 2022. Por isso, há uma preocupação inicial em apontar os critérios que auxiliaram no percurso dessa dissertação. Como norte, a regionalização da atividade turística implica na organização espacial

em formas semelhantes. No entanto, considerando a unicidade do lugar e a realização da atividade em temporalidades distintas, há semelhanças e diferenças entre os lugares que merecem ser evidenciadas e discutidas. Isso explica a preocupação com a escala e a organização das ideias baseadas em uma correlação comparativa, as quais serão apontadas por meio de dados estatísticos e imagens de satélite.

Por isso, o segundo capítulo, *A dualidade do uso residencial no litoral cearense*, apresenta, com ênfase, características históricas e geográficas concernentes às primeiras ocupações no litoral do Ceará. Indica em quais períodos o uso residencial ocasional deixa de ser um fato específico do litoral de Fortaleza, prolongando-se para áreas adjacentes e, sobretudo, para os municípios mencionados. Assim, as políticas de desenvolvimento do estado e da união foram responsáveis pela difusão da atividade turística, por meio do modal rodoviário e da descentralização dos aeroportos, impactando diretamente no aumento de segundas residências, mas também de unidades de hospedagem. Essas reforçam a fragmentação socioespacial e, conseqüentemente, alterar a composição do tecido urbano-litorâneo. Mediante a isso, nesse mesmo capítulo, é apresentando duas perspectivas de análise, dois recortes territoriais possíveis para entender o litoral urbanizado: a lógica de ocupação paralela à praia e a lógica de ocupação periférica à praia.

Posteriormente, o terceiro capítulo, *O litoral em recortes territoriais*, busca amadurecer os dois recortes territoriais mencionados e apresentar a complexidade do uso residencial do litoral, marcado tanto pela população de maior rendimento, como pela população de baixo rendimento, isso reflete e reforça as duas lógicas territoriais de ocupação litorânea. Neste capítulo, o estado da arte e os dados censitários são correlacionados organicamente e auxiliam na identificação das diferenças entre os processos e as semelhanças entre as formas, por isso a predileção dessa dissertação em basear-se na ideia de M. Santos (2014b), sobre a forma-conteúdo. Infelizmente, não foi possível apresentar dados referentes ao último censo demográfico, de 2022, dada a ausência de informações por setor censitário, com isso, o único dado trabalhado faz referência ao número de domicílios de uso ocasional por município. Assim, com maior cuidado, foram demonstradas variáveis do censo demográfico de 2000 e de 2010 para a totalidade deste estudo.

No processo avaliativo da qualificação, foi apontado que a justificativa dos municípios selecionados merecia maior destaque, além disso, a estrutura dos capítulos apresentava, de forma coesa, a análise da problemática. Com isso, o avanço do material escrito pautou-se em moldar os materiais cartográficos e a escrita, assim como fortalecer a estrutura

textual. Deste modo, não foram criados novos capítulos, os quais teriam, como enfoque, o processo de justaposição. Ao invés disso, tal dinâmica foi evidenciada em todo o material escrito, assim, também foi obedecido o percurso metodológico e intelectual da forma-conteúdo, em diferentes temporalidades e formas.

Tais identificações apontam para o reforço da fragmentação socioespacial por meio da dimensão do uso residencial ocasional no litoral, essa atuando, também, para o aprofundamento da desigualdade de renda dos moradores. Este fato pode elucidar uma correlação entre duas formas de apropriação urbana: o reforço das duas lógicas de ocupação no litoral por meio da atualização das formas e da valorização imobiliária de áreas paralelas à praia e a proximidade com domicílios precários e população de baixa renda no litoral.

2 INTRODUÇÃO

No litoral brasileiro, a atividade turística tem impactado diretamente na produção do espaço urbano (Cozic e Taunay, 2021; Pereira, 2012; Abreu e Costa, 2017). A urbanização turística refere-se à imposição do consumo do espaço frente a sua produção. Nesse sentido, as transformações socioespaciais atreladas ao turismo e ao lazer à beira-mar tendem a acelerar a urbanização nas bordas litorâneas (Paiva, 2013; Pereira, 2012).

A atividade apropria-se das formas pré-existentes, como sítios, cidades históricas, além de espaços urbanos, outrora, produzidos para outros fins, como áreas industriais e antigos centros históricos. O aumento do consumo e de transformações espaciais nas cidades litorâneas, em partes, possui influência do turismo e das segundas residências (Paiva, 2013; Paris, 2009).

Tanto o espaço como o território das cidades litorâneas perpassam por transformações, na composição social e no ambiente construído. Turismo residencial consiste em termo sinônimo para os estudos que evidenciam a produção de segundas residências atreladas ao crescimento dos fluxos turísticos (Colmenares, 2013). A autora enfatiza os elementos a considerar nesta atividade, “los consumidores, los promotores turísticos y/o inmobiliarias, las vías de comunicación y transporte y, sobre todo, el destino turístico o territorio como elemento de atracción.”

Além disso, deve-se considerar, na atualidade, a maior amplitude do processo de globalização. As empresas e as corporações reproduzem-se em parcelas do território nacional, consequência da porosidade que este assumiu. Os grupos econômicos nacionais e internacionais incidem sobre o lugar de forma mais intensa e criam mecanismos necessários para a reprodução das atividades econômicas em escala. De forma semelhante e exemplar, a inserção de grupos imobiliários turísticos em municipalidades litorâneas (Pereira, 2012; Pereira, 2013).

Consoante às ideias postas e compreendendo que a atividade turística impõe um uso residencial diferenciado no lugar turístico, o qual se refere ao uso ocasional do domicílio. Essa característica atribui maior complexidade na discussão. Visto que os estudos habitacionais na geografia, em geral, apontam para o uso permanente. Nesse sentido, está colocada a dualidade quanto a noção do habitar e do morar.

O habitante está para além da residência, consiste na relação do indivíduo com o lugar. O morar é objetivo quando à delimitação do usuário, refere-se ao possuidor da propriedade (Costa e Filho, 2019). Nesse caso, o turista torna-se morador da praia, pois, ao

adquirir a propriedade, passa a utilizar em uma fração de tempo (horas, dias, meses) no domicílio. Essa característica difere do habitante do litoral que sobrevive no lugar. Neste grupo, existe a ideia de vizinhança, estabelecendo uma relação de proximidade e de sociabilidade com o outro.

Na dinâmica da urbanização contemporânea, essa discussão aproxima-se teoricamente com a dualidade do habitar e do habitat proposto por Lefebvre (2008). Na crise urbana, ambas as perspectivas de ser e de estar na cidade são transformadas. O homem perpassou da noção do habitar em comunhão com os outros para o habitat, ou seja, o ocupar em detrimento do viver a/na cidade. A segunda residência, nesse sentido, consiste na redução do habitar no lugar. A efemeridade do fluxo turístico sazonal impõe nos espaços litorâneos a justaposição entre ambas as lógicas de apropriação, do turista e do habitante tradicional da praia.

Com o estilhaçamento do urbano por meio da vilegiatura marítima e do turismo, assim como a imposição do cotidiano da urbanidade, essa característica está difundida no litoral cearense. Constitui-se como uma característica que reverberou inicialmente em Fortaleza e foi prolongada nas áreas litorâneas cearenses. De forma semelhante, apresenta-se em arranjos metropolitanos litorâneos do Brasil (Sánchez, Tur e Parreño, 2002; Oliveira, 2015; Abrahão e Tomazzoni, 2018; Dantas, 2020).

Para contornar a discussão, em torno do uso residencial, do turismo e da urbanização no espaço litorâneo, é necessária uma interpretação que considere a relação entre a sociedade e o mar. A princípio, essa relação estava posta para as atividades portuárias e para as comunidades pesqueiras, posteriormente, as praias são redescobertas para as atividades terapêuticas e lazer. Por intermédio do turismo e do lazer à beira mar, atuando concomitante, tal fato reverbera no crescimento do uso residencial ocasional. Inicialmente, localizadas em Fortaleza nas décadas de 1930 e de 1940 (Dantas, 2010).

Com relação à invenção das praias europeias, moda replicada nos balneários de Fortaleza no início do século XX, a atividade turística associou-se fortemente com a vilegiatura marítima, prática pré-existente orientada pelos banhos de mar, caminhadas na praia e pelas segundas residências. Nas praias do Mediterrâneo e da Península Ibérica, tal associação também existe. A incorporação do litoral por parte desse uso residencial refere-se, em partes, ao crescimento da atividade turística (Díaz Orueta, 2007; Vasco, 2014; Martins, 2015).

No Brasil, especificamente, na região Nordeste, essa atividade impactou diretamente as cidades litorâneas (Arrais, 2014; Rodrigues, 2022; Pereira, 2014; Pereira, Dantas

e Gomes, 2016). Tais estudos apontaram para a relevância das segundas residências, associadas às práticas de vilegiatura marítima, prática social que interliga as praias ao conjunto de atividades recreativas e lazer; com as segundas residências associa-se à produção imobiliária.

À medida que cresce a visitação por parte dos turistas, tal associação ganha maior proporção e complexidade. O Quadro 1 e a Figura 1 apresentam os municípios litorâneos do Ceará, os recortes metropolitanos e o fenômeno regional litorâneo-marítimo das segundas residências em números absolutos e percentuais.

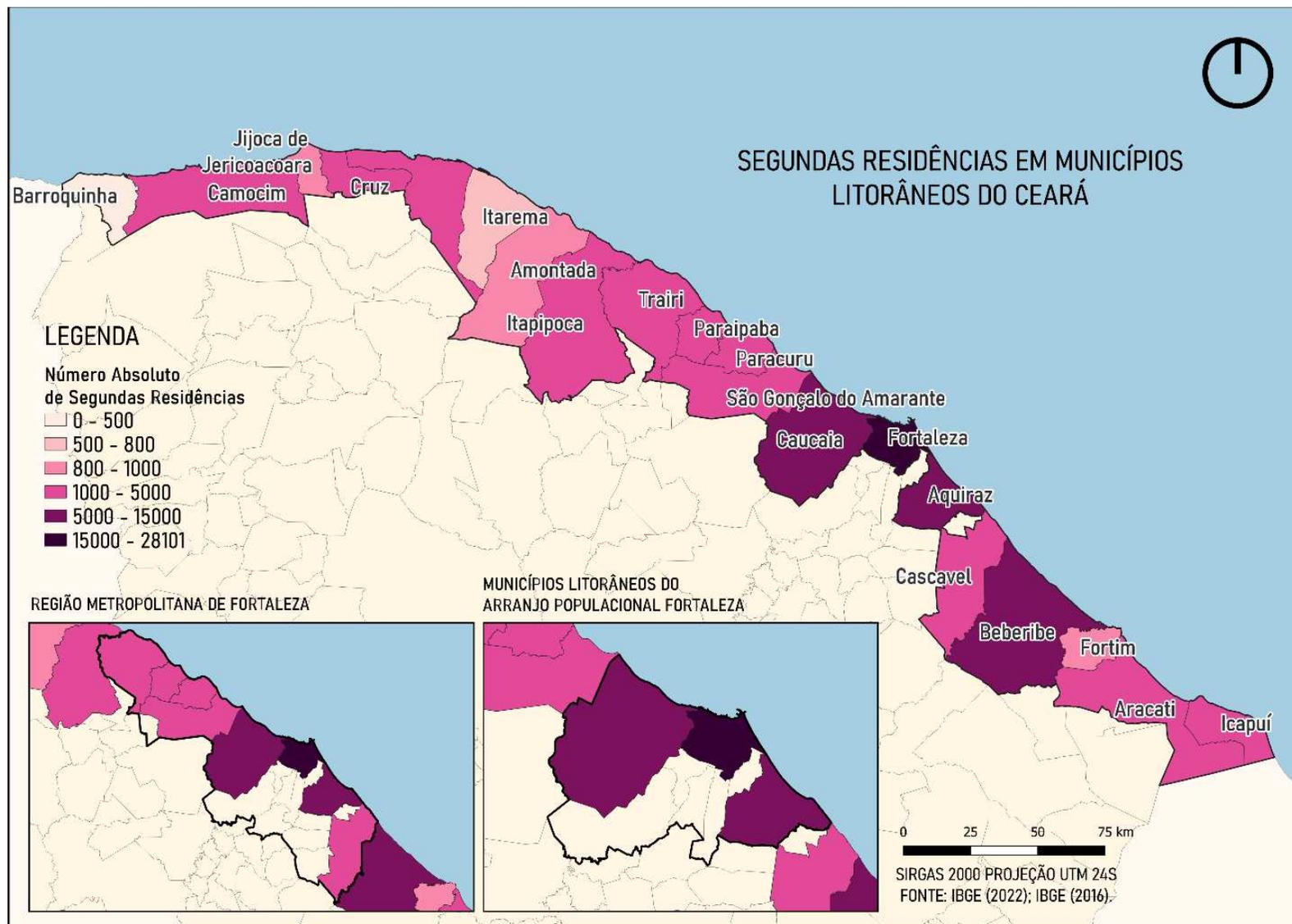
Quadro 1 - Segundas residências no litoral do Ceará entre os períodos 1980 e 2022.

Município - Relação de proximidade com Fortaleza	Ano - Números Absolutos					Ano - Percentual em Relação ao Total de Uso Ocasional				
	1980	1991	2000	2010	2022	1980	1991	2000	2010	2022
FORTALEZA	1476	4112	7942	15029	28101	24,94	22,56	25,18	31,02	30,45
Litoral Oeste										
CAUCAIA	1192	3877	6540	6009	13044	20,14	21,27	20,74	12,40	14,13
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	256	1197	1822	2566	4165	4,33	6,57	5,78	5,30	4,51
PARACURU	260	906	1377	1694	3838	4,39	4,97	4,37	3,50	4,16
PARAIPABA	0	187	315	683	1358	0,00	1,03	1,00	1,41	1,47
TRAIRI	35	379	627	1699	3189	0,59	2,08	1,99	3,51	3,46
ITAIPOCA	270	461	703	1686	3877	4,56	2,53	2,23	3,48	4,20
AMONTADA	0	161	188	690	931	0,00	0,88	0,60	1,42	1,01
ITAREMA	0	95	136	327	786	0,00	0,52	0,43	0,67	0,85
ACARAÚ	29	73	284	600	1342	0,49	0,40	0,90	1,24	1,45
CRUZ	0	161	157	316	1040	0,00	0,88	0,50	0,65	1,13
JERICOACOARA	0	0	174	251	849	0,00	0,00	0,55	0,52	0,92
CAMOCIM	107	217	443	704	1341	1,81	1,19	1,40	1,45	1,45
BARROQUINHA	0	77	161	209	480	0,00	0,42	0,51	0,43	0,52
Litoral Leste										
AQUIRAZ	1128	2566	4536	6534	11621	19,06	14,08	14,38	13,49	12,59
CASCAVEL	176	1018	1643	2574	4120	2,97	5,59	5,21	5,31	4,46
BEBERIBE	555	1416	2342	3211	5638	9,38	7,77	7,43	6,63	6,11
FORTIM	0	0	264	435	942	0,00	0,00	0,84	0,90	1,02
ARACATI	435	1008	1257	2026	3378	7,35	5,53	3,99	4,18	3,66
ICAPUÍ	0	316	626	1208	2260	0,00	1,73	1,98	2,49	2,45
TOTAL	5919	18227	31537	48451	92300	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (1990, 1991, 2000, 2010 e 2022)

Fonte: IBGE (1980, 1991, 2000, 2010 e 2022) e sistematizado pelo autor.

Figura 1- Distribuição de segundas residências nos municípios do litoral cearense em 2022.



Fonte: IBGE (2016, 2022), sistematizado pelo autor.

O Quadro 1 apresentada demonstra a concentração do uso ocasional em municípios próximos à Fortaleza, mas aponta para a regionalização da vilegiatura marítima e do turismo orientados pelo uso ocasional. A partir da década de 2000, ocorreu o aumento percentual de domicílios de uso ocasional em municípios litorâneos do extremo leste e oeste do Estado.

Com ênfase no Arranjo Populacional de Fortaleza, essa é a principal área metropolitana onde o uso ocasional está concentrado. Nos municípios de Caucaia, Aquiraz e São Gonçalo do Amarante, a urbanização litorânea é expressiva e extensiva, representando a primeira expansão do turismo e da vilegiatura marítima. A consolidação turística dessas territorialidades ocorreu, principalmente, nas décadas de 1980 e 1990. Em Caucaia, especificamente, nas décadas de 1960 e 1970, a urbanização turística intensificou-se pelos condomínios horizontais e mansões de veraneio (Araújo e Pereira, 2011; Pereira, 2013)

O padrão da forma construída era predominante das segundas residências do tipo mansão e apartamentos em condomínios horizontais (3 ou 4 andares), com exceção aos núcleos de pescadores em Icarai e Cumbuco (Silveira, 2011; Cavalcante, 2012). No setor leste, nas praias da Prainha, Iguape e Porto das Dunas, em Aquiraz, a presença expressiva de segundas residências nas décadas de 1980 e 1990 soma-se à construção do Parque Aquático Beach Park (Pereira, 2013).

Mas o que explica a disseminação e o forte crescimento do uso residencial ocasional no litoral do Ceará? A política econômica regional com o objetivo de inserir as praias cearenses na dinâmica nacional e internacional do turismo de sol e mar. A construção simbólica e cultural da praia, como um ambiente natural, único, exótico, aprazível e tranquilo, foi intermediada por um conjunto de ações e de programas institucionalizados estadual e nacionalmente.

Essas tinham o objetivo de conceder aos municípios infraestruturas urbanas para impulsionar o fluxo de turistas, e de forma parcelada, o solo urbano litorâneo foi absorvido pelo mercado imobiliário, principalmente nas décadas de 1980, 1990 e 2000 (Dantas, 2007; Dantas, 2010; Paiva, 2010; Araujo, 2012). Assim, constituem-se dois elementos de coerência regional, os dados infra e supra-estruturais (Santos, 2014).

Nos arranjos metropolitanos litorâneos do Nordeste, tal característica foi semelhante (Pereira, 2012). Com ênfase no litoral leste do Rio de Janeiro, Ribeiro, Góis e Sotratti (2019) apresentam essa perspectiva para a Costa do Sol. Onde, paralelamente, as iniciativas públicas e privadas foram responsáveis pela implementação da atividade turística associada à produção imobiliária.

O espraiamento da atividade turística, materializado nas segundas residências, iniciou-se no espaço intraurbano de Fortaleza (Gonçalves e Amora, 2009). O mar e a praia são acolhidos ao cotidiano da cidade e associados ao lazer, recreação e à saúde, concretizando-se como o lugar preferido para a moradia (Dantas, 2010). A amenidade natural torna-se produto valorizado economicamente, resultado da maior expectativa de uso e de parcelamento do solo urbano associado à popularização do lazer na praia (Silva, 2018). A partir da década de 1970, a imagem de Fortaleza ao setor do turismo encontrava-se em consolidação (Silva, 2018; Paula et. al., 2012).

Os limites da cidade de Fortaleza são alterados e novas áreas são integradas. Ao final do século XX, torna-se uma metrópole robusta e consolidada na rede urbana do Nordeste (Dantas, Silva e Costa, 2009; Costa e Amora, 2015). Das inúmeras funções desse espaço urbano metropolitano, a função turística foi o horizonte da política econômica que perpassou para os municípios litorâneos adjacentes.

Por meio dessa atividade, ocorre o processo de turistificação dos espaços litorâneos (Becker, 2001; Vasconcelos, 2005; Fratucci, 2014; Pereira e Cunha, 2019). Esse processo se refere a uma reorganização dos elementos do espaço com a finalidade de reproduzir a atividade turística. A criação de estruturas de lazer, as segundas residências, o aprimoramento da mobilidade rodoviária em direção às praias, são exemplos. O turismo emerge como uma possibilidade de inserir as capitais nordestinas na rota dos grupos econômicos nacionais e internacionais (Dantas, 2010; Brito, Theis e Santos, 2019).

É nesse período (1980 – 1990) onde as ações e os estudos do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETURIS) foram iniciados. Além disso, as fases do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR) são inicialmente executadas, alterando a configuração territorial das zonas de praias (Dantas, 2007). Fato que propiciou o prolongamento das segundas residências.

Essa característica não se apresenta unicamente no litoral cearense, mas em grande parte do litoral brasileiro (Silva e Ferreira, 2008; Paiva, 2013; Araujo e Vargas, 2013; Silveira e Rodrigues, 2015). Com ênfase no litoral do Ceará, em relação às segundas residências, há destinos turísticos que se destacam pelo crescimento do número de leitos e de estabelecimentos de hospedagem (Quadro 2).

Quadro 1 - Números absolutos de leitos e de estabelecimentos de hospedagem no litoral do Ceará.

Oferta de Meios de Hospedagem em Municípios Turísticos - Leitos					Oferta de Meios de Hospedagem em Municípios Turísticos - Estabelecimentos			
Município - Relação de proximidade com Fortaleza	Ano				Ano			
	2005	2010	2015	2020	2005	2010	2015	2020
FORTALEZA	24.641	26.988	28.322	31.502	219	199	235	267
Litoral Oeste								
CAUCAIA	2.145	3.554	3.318	5.583	37	39	46	80
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	915	1.091	1.105	1.422	30	31	32	41
PARACURU	440	607	729	1.701	16	21	22	39
PARAIPABA	525	544	662	1.077	14	16	20	34
TRAIRI	1.089	1.211	1.327	2.275	38	36	40	68
ITAPIPOCA	720	760	765	1.134	15	16	17	31
AMONTADA	199	305	401	834	6	12	14	40
ITAREMA	75	178	283	464	6	7	12	20
ACARAÚ	155	285	244	693	5	7	8	17
CRUZ	280	462	575	1.146	9	17	22	45
JERICOACOARA	2.553	3.202	4.469	9.160	74	86	139	282
CAMOCIM	925	921	856	2.944	17	18	22	56
BARROQUINHA	71	63	72	115	6	5	6	10
Litoral Leste								
AQUIRAZ	2.695	3.503	4.595	5.508	25	32	41	56
CASCAVEL	864	483	606	579	18	8	11	11
BEBERIBE	2.374	3.283	5.423	7.255	24	30	40	71
FORTIM	132	201	322	520	7	7	9	15
ARACATI	2.004	3.001	3.215	4.137	54	84	89	108
ICAPUI	362	536	604	749	16	25	28	29
TOTAL	43.164	51.178	57.893	78.798	636	696	853	1320

Fonte: IPECEDATA e sistematizado pelo autor.

Os investimentos públicos advindos dos planos de desenvolvimento do turismo, em particular, privilegiaram os municípios litorâneos, especificamente, Fortaleza, Caucaia, Aquiraz e São Gonçalo do Amarante (Pereira, 2009; Araujo e Pereira, 2011). Nesses municípios, a atividade turística reverberou em um primeiro processo de urbanização, de caráter linear e o uso residencial ocasional contribuiu, em muito, para isso. O litoral oeste é a principal área de investimentos públicos e privados (Alves, 2013; Dantas, 2010; Pereira, 2012).

Neste caso, a regionalização da atividade turística atravessa o litoral dos municípios litorâneos, extrapolando os recortes político-administrativos. A urbanização turística, como base na vilegiatura marítima e no segmento do uso residencial ocasional, prolonga-se em municípios do extremo oeste, como Jijoca de Jericoacoara e Cruz.

Observando atentamente aos números (segundas residências, leitos e unidades de hospedagem), em Jericoacoara, Cruz e Camocim é perceptível a distinção quantitativa em relação aos demais. Corresponde ao aumento da demanda turística nas praias de Jericoacoara, fato que reflete na categorização desse município pelo Ministério do Turismo, com cluster A.

Sinteticamente, essa é a maior classificação desse ranking que varia de A - E e representa maior desempenho econômico no setor do turismo. Além desse, somente Fortaleza possui a mesma classificação.

A associação entre vilegiatura marítima e o turismo é clara. O crescimento de segundas residências, leitos e unidades de hospedagem em Jijoca de Jericoacoara é absorvido por municípios litorâneos adjacentes, explicando a relevância turística de Cruz, por exemplo. Em Cruz, instalou-se o aeroporto Regional de Jijoca de Jericoacoara em 2017. Esse fixo fortaleceu o turismo na porção extremo oeste e ampliou a lógica de captação dos turistas. Além das rodovias estaduais, voos regionais interligando o litoral oeste do Ceará com as demais metrópoles nacionais.

Apesar da relevância turística de Jijoca de Jericoacoara, em Cruz os fixos associados à urbanização turística são mais expressivos. No plano territorial, a demarcação político-administrativa e ambiental em Jericoacoara limita o parcelamento e uso do solo urbano. As restrições são relacionadas ao Parque Nacional de Jijoca de Jericoacoara (Lei - 11.486 - 15/06/2007) e a Área de Proteção Ambiental da Lagoa do Jijoca (Decreto - 25.975 - 10/08/2000). Assim, Cruz torna-se estratégico para este trabalho, considerando os fixos (principalmente, o Aeroporto Regional de Jijoca de Jericoacoara), os fluxos e a maior possibilidade de expansão do tecido urbano litorâneo.

Na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), a estratégia está pautada no fortalecimento da malha rodoviária litorânea entre os municípios e na centralidade do Aeroporto Internacional Pinto Martins. Dentro desse polígono, a política econômica fortaleceu a comunicação com os bancos nacionais e internacionais – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (Dantas, 2007; Dantas, 2010; Pereira, 2012; Alves, 2013).

Trairi, município litorâneo localizado no limite oeste da RMF, é exemplo quanto ao direcionamento das rodovias em direção ao litoral. Os aportes financeiros nacionais e internacionais robusteceram turisticamente esse município a ganhar relevância, principalmente, a partir da década de 2000. Enquanto nos municípios adjacentes à Fortaleza, as segundas residências exerceram influência precedente. Caucaia, por exemplo, nas décadas de 1960 e 1970, possuía condomínios horizontais, clubes de veraneio e segundas residências unifamiliares (Cavalcante, 2012; Silveira, 2011; Paz, 2022; Cunha, 2017; Dantas, 2010)

Nesses termos, essa se refere a uma parte da problemática desta dissertação. A função residencial pelo ocasional é reforçada em virtude da racionalidade da política econômica voltada ao turismo, o qual logrou êxito associado com a vilegiatura marítima. No entanto, a ampla função residencial engloba o uso tradicional, o habitar no litoral.

Nessa porção territorial, o hábitat e o habitar coexistem. Pois, no entremeio das demandas por lazer em espaços litorâneos e das políticas de desenvolvimento regional, o litoral cearense, sobretudo a partir do século XVIII, estava para o uso residencial permanente (Dantas, 2007). A disponibilidade dos ventos, as altas temperaturas, o frescor e o alimento retirado do mar consistiam em elementos naturais e hábitos tradicionais de ocupações pré-existentes à urbanização turística.

Pois este era um lugar de abrigo e de sobrevivência de populações indígenas, quilombolas, pescadores, marisqueiros e de artesãos, conforme destacado por Rodrigues e Maia (2007) Coriolano (2008), Lima (2006), Assis (2018) e Jover, et. al. (2018). Este estudo não irá debruçar-se sobre essas populações em específico, mas as considera como ponto de partida inicial para discussões. Pois temos, no litoral, a representação da atividade turística, das segundas residências, que estão para a relação do turista com o lugar, concomitante às residências de uso permanente, que estão para a relação do habitante com o lugar.

A tônica da problemática está em considerar essas tipologias residenciais como uma característica que se apresenta no espaço litorâneo cearense. Hoje, condicionada à reprodução do espaço urbano, não se restringindo somente às atividades econômicas, mas também à reprodução da vida, do cotidiano, das necessidades básicas dos indivíduos. O hábitat prolonga-se para as demais localidades litorâneas em virtude do êxito turístico e econômico das praias do Ceará. Relação conduzida por práticas espaciais, produzindo e redefinindo o espaço urbano (Pereira, 2024).

A problemática reside na correlação das tipologias residenciais no litoral, no entanto, tal fato não está restrito ao cenário cearense. No caso espanhol, Morote Seguido (2014), ao analisar o litoral da costa de Elche e de Alicante, destaca a diversidade de tipologias residenciais e denomina esta forma de realização da atividade turística como “Turismo Residencial”, englobando tanto o uso ocasional (*viviendas secundarias*) como também a existência do uso permanente. O autor destaca que esse movimento é realizado, predominantemente, pela parcela da população envelhecida e aposentada.

Vera-Rebollo (2005) destaca a região de Murcia e a comunidade de Valencia, onde é apontado um grande adensamento de residências de uso permanente e ocasional na franja litorânea, resultante de um conjunto de ações públicas e privadas. É destacada também a planificação econômica que impulsionou a atividade turística no litoral espanhol associada ao imobiliário de uso ocasional, coexistindo com residências de uso permanente.

Huete (2008) menciona que é a tipologia do residente permanente que maior representa o litoral da província de Alicante, superando o turista sazonal e o residente temporário. Além disso, a autora é enfática ao afirmar que o litoral perpassou da natureza eminentemente turística para um modelo migratório permanente. Neste caso, adiciona-se maior complexidade em virtude da alteração qualitativa de ocupação dos espaços litorâneos. Além do lazer e do uso ocasional, a área também se tornou social e economicamente favorável para a primeira residência.

Referente ao recorte latino-americano, a correlação e a diferenciação socioespacial entre os usos residenciais estão manifestadas pela oferta desigual de infraestrutura urbana e pelas características de renda dos habitantes. No litoral mexicano, especificamente em Puerto Vallarta (Jalisco), as características da problemática descritas por Baños Francia (2023) aproximam-se ao nosso estudo, considerando um crescimento linear destinado ao turismo enquanto porções territoriais desse litoral possuem baixa qualidade dos serviços públicos, infraestruturas precárias e profundas desigualdades sociais.

Hidalgo, Arenas e Santana (2016) são mais pontuais, incorporando, ao tema, as características metropolitanas que o litoral turístico e residencial assume, para os autores há dois momentos distintos: 1: Expansão das segundas residências e 2: Uma reocupação por residências de uso secundário e permanente em virtude da maior integração e do processo de metropolização na macrozona central do Chile. Como recurso analítico e argumentativo, utiliza-se dois termos, “utópolis” e “distópolis”, para criar um contraste entre a atividade turística turismo, o residencial ocasional e os impactos socioespaciais ocasionados, que, dentre esses, está: *“La desregulación en materia territorial y ambiental ha propiciado la acelerada extensión de manchas urbanas sobre ecosistemas frágiles; y parece existir una mayor segregación y fragmentación social.”*

Cabe ressaltar que, apesar de formações territoriais distintas, nos casos citados há uma clara distinção das tipologias residenciais no litoral. No caso espanhol, existe uma diversidade de usos e esses são acompanhados por uma parcela da população idosa.

Nos casos latino-americanos, são identificadas, a partir das tipologias residenciais, formas diferenciadas de ocupação e de oferta de infraestrutura urbana básica. É justamente nesse sentido que esta pesquisa caminhou. Foi apresentado uma problemática à nível regional, considerando a atividade turística, a metropolização e a urbanização desigual em relação aos diferentes usos residenciais, e assim, apresentamos um cenário semelhante em relação aos estudos que consideraram a urbanização e o turismo em balneários latino-americanos.

Com ênfase no litoral do Ceará, consideramos produções relevantes que analisaram o litoral sob a perspectiva do uso residencial permanente. Cavalcante (2012 e 2018), respectivamente, analisou a praia de Cumbuco (litoral de Caucaia) e o bairro do Mucuripe (bairro litorâneo de Fortaleza), em ambas analisou as transformações urbanas na perspectiva do morador e do pescador. Paz (2020) aponta para mudanças do perfil de uso residencial ocasional para permanente no bairro da Tabuba (litoral de Caucaia), precisamente, na comunidade de Parazinho. Já Silveira (2011) indicou as transformações socioespaciais dos moradores e dos vilegiaturistas na praia do Icaraí, em Caucaia.

Além dessas, há outras duas pesquisas norteadoras desta análise. Pereira e Paiva (2022) apresentam e evidenciam comunidades litorâneas, como Beira-Rio, em Iguape, e As Treze, na Prainha, ambas no litoral de Aquiraz, mas também Parazinho, na Tabuba, litoral de Caucaia. Esse artigo indica que o processo de metropolização e, paralelamente, a urbanização no litoral reforçam a fragmentação socioespacial. Existe o crescimento da desigualdade social, que reverbera na produção de assentamentos precários.

Silva (2019) dispõe de uma metodologia quali-quantitativa que foi capaz de analisar tal problemática a partir da vulnerabilidade social. Nas áreas mais afastadas da praia, a vulnerabilidade é maior, a exceção constata-se em área onde as comunidades pesqueiras estão posicionadas territorialmente defrontantes com o mar. Tal questão apresenta-se em espacialidades turísticas de Jericoacoara (Ceará) e Pipa (Rio Grande do Norte).

O estudo de Pereira (2016) constitui-se também como base de discussão. Esse se refere à transformação dos lugares em balneários marítimos. Para isso, o autor estabelece duas linhas de raciocínio, uma para aos moradores locais e outra, para os *vacanciers* (termo utilizado que se refere aos turistas). Nesse sentido, colocada as duas tipologias de uso residencial, torna-se fundamental discorrer sobre ambos os contextos de uso e ocupação litorânea a considerar a metropolização turística.

A regionalização do turismo na costa oeste impulsionou o crescimento das segundas, mas, ao considerar o uso permanente, a complexidade na análise territorial implica em maior detalhamento das transformações, para além de indicações locais e quantitativas. Assim, foram definidas municipalidades litorâneas do oeste cearenses em diferentes contextos turísticos e recortes administrativos com o objetivo de dar coerência às perspectivas de uso residencial (Alves, 2013; Pereira, 2012).

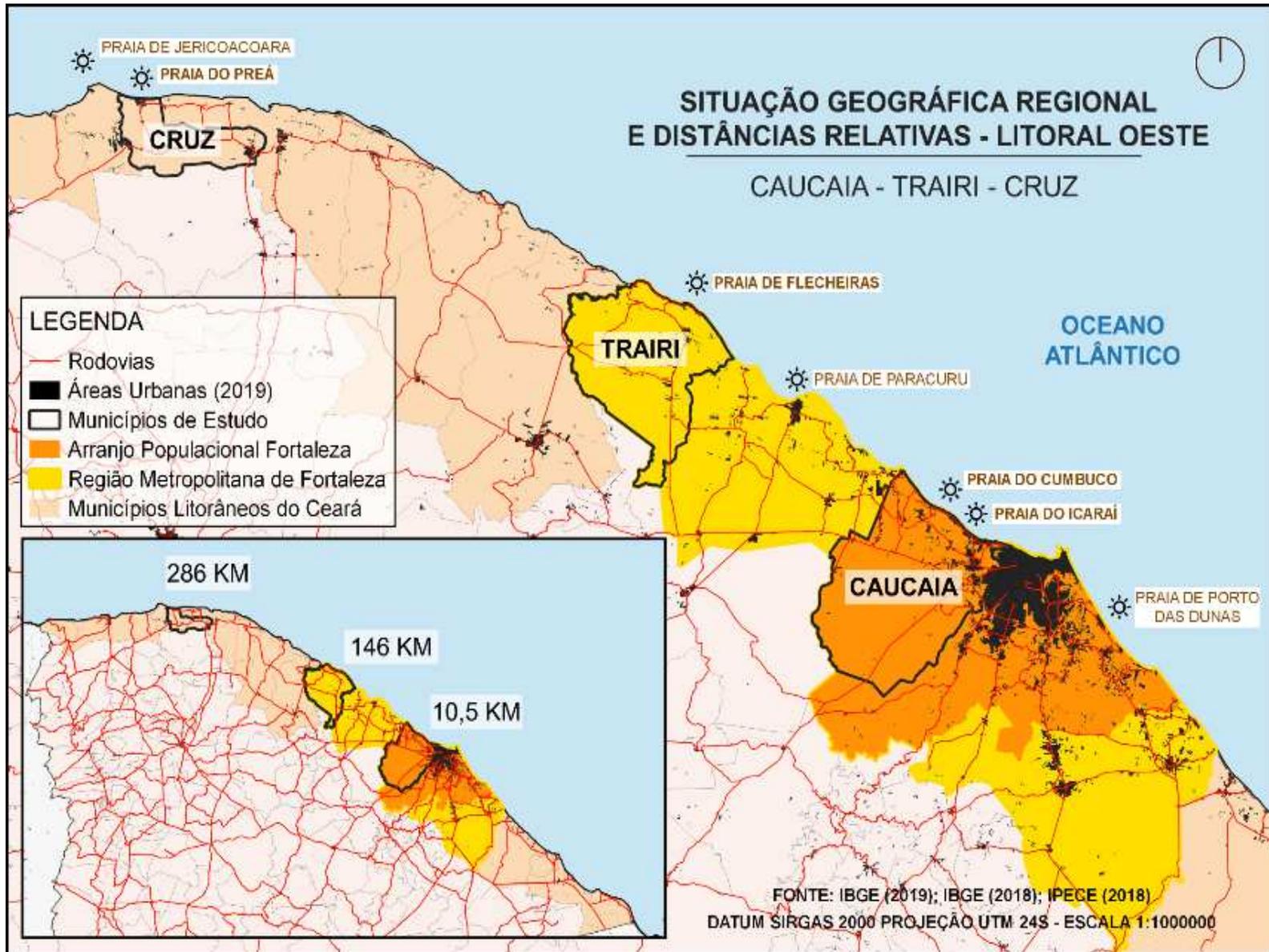
Neste caso, o Arranjo Populacional do IBGE, área de intensa integração metropolitana, onde se localiza Caucaia. Na Região Metropolitana de Fortaleza, limite político-administrativo, o município de Trairi foi inserido a partir de 2015 nesta área de planejamento. Considerando a planificação da atividade turística para além desses recortes, o município de Cruz, no extremo oeste, representa a amplitude do turismo e da vilegiatura marítima para além das áreas previamente consolidadas (Quadro 3 e Figura 2).

Quadro 3 - Exposição da dimensão analítica e argumentativa referente aos municípios em questão.

<i>Por que analisar os municípios de Caucaia, Trairi e Cruz?</i>
Dimensão analítica e conceitual
Urbanização e metropolização turística (regionalização do turismo na costa oeste cearense).
Discussão argumentativa e quantitativa
(a) A possibilidade de compreender a configuração de espaços litorâneos metropolitanos, para além da metrópole e da RMF. (b) A possibilidade de comparar municípios que foram inseridos na rota de turismo cearense ao final do século XX, como é o caso de Caucaia, e municípios que atualmente possuem crescimento de segundas residências atrelado à urbanização turística que atualmente possuem crescimento de segundas residências atrelado à urbanização turística, como observado para Trairi e Cruz. (c) Caucaia possui um dos litorais mais relevantes para a atividade turística do Estado do Ceará, como é o caso de Icarai e Cumbuco, sendo um dos primeiros municípios litorâneos cearenses a receber o processo de urbanização atrelado ao turismo e às segundas residências. (d) Trairi e Cruz, entre 2010 e 2022, dobraram o número de segundas residências. Além disso, o incremento relevante dos leitos de hospedagem, tornam as praias de Flecheiras, Mundaú e Guajiru, importantes destinos localizados na Região Metropolitana de Fortaleza. (e) O crescimento dos sistemas de engenharia interligados com o turismo, como é o caso das rodovias estaduais projetadas para o litoral de Trairi e o aeroporto regional de Jijoca de Jericoacoara em Cruz.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 2 - Situação geográfica regional e distâncias relativas de Caucaia, Trairi e Cruz, em relação à Fortaleza.



Fonte: IBGE (2018, 2019), IPECE (2018) e sistematizado pelo autor.

Nos termos apresentados, a metropolização turística é a dimensão analítica que interliga os municípios litorâneos mencionados. No plano da economia regional para o desenvolvimento estratégico, as ações foram descentralizadas. Temos assim, planos estaduais e nacionais para o desenvolvimento regional, com a finalidade de traduzir o litoral como uma vocação econômica e turística, a figura do morador, do habitante, é atravessada por tais transformações. Porém, tais mudanças estão associadas a contextos diferentes de consolidação turística.

O morar ocasional representa o uso fracionado do território, em períodos determinados, enquanto o uso permanente exige maior oferta de infraestrutura urbana e de serviços de uso coletivo. A tensão entre os usos residenciais existiu inicialmente em Fortaleza, o litoral como lugar de moradia das classes mais pobres. Tal fato tem relação com a construção de parte da cidade para as elites, onde o setor litorâneo possuía plano secundário em relação ao centro e às vias antigas em direção ao sertão (Dantas, 2010).

Neste caso, as correlações e as tensões existentes entre os usos residenciais possuem níveis diferenciados de intensidade. O delinear da problemática incide nas demais localidades litorâneas, seja no Arranjo Populacional seja na RM Fortaleza. Porém, com destaque para a metropolização turística, o que permite evidenciar a extensão territorial do uso ocasional. Característica fundamental para compreender a dualidade dos usos residenciais. Assim, as variáveis analisadas são referentes às características dos domicílios e a renda dos habitantes.

Concernente a isso, anunciamos que a proposta deste estudo tem como objetivo principal: **analisar o uso residencial no litoral oeste cearense, especificamente, nos municípios de Caucaia, Trairi e de Cruz, a partir da década de 2000, e compará-los à luz da metropolização turística.**

A periodização proposta é consoante à realização dos censos demográficos de 2000, 2010 e de 2022, permitindo a coleta de dados sobre os habitantes e os domicílios, precisamente, por setores censitários. Refere-se também à consolidação da atividade turística por intermédio do uso ocasional no litoral cearense. Assim, é possível evidenciar a consolidação do urbano-litorâneo mediante a metropolização turística.

Para além de evidenciar a forma-conteúdo, ao final, buscaremos refletir sobre os processos socioespaciais resultantes das diferentes formas de ocupação no território. A perspectiva comparada permite identificar nuances gerais e específicos do uso residencial nas

três situações. Considerando isso, fez-se necessário objetivos específicos complementares, os quais auxiliaram no percurso das investigações:

1. Apresentar o processo de regionalização do turismo vinculado ao uso residencial ocasional e permanente por meio de transformações no tecido urbano litorâneo e da política de desenvolvimento para o turismo nos municípios de Caucaia, Trairi e Cruz.
2. Indicar as formas de ocupação no território litorâneo do uso residencial ocasional e permanente, a partir da renda dos habitantes, das condições dos domicílios e da distribuição territorial do uso residencial.
3. Examinar processos socioespaciais gerais e específicos mediante a relação do uso ocasional e permanente a partir da forma construída e das condições socioeconômicas dos habitantes.

Considerando os objetivos, o método dialético em escala regional e comparado é coerente com a proposta. Nesses termos, o estudo tem como conceitos-chave o espaço, território e a região, ambos em constante processo de reprodução, seja pela dinamicidade da urbanização turística seja pela conformação da regionalização da referida atividade no litoral oeste cearense.

Os estudos urbanos e regionais comparados possuem consideráveis contribuições, dentre essas, Targa (1991), Sposito (2016) e Ojima (2017), contribuem para este estudo. Targa (1991), afirmou que em geral, os estudos regionais comparados em história buscam as semelhanças, no entanto, para o olhar do economista, as características diferenciadas são de maior relevância. Na proposta do autor, ao analisar e comparar diferentes regiões sob o mesmo fenômeno é possível indicar os contrastes produzidos sob diferentes sociedades.

Essa perspectiva tem semelhança com os estudos regionais característicos da década de 1970 e 1980, onde o conceito de região tinha forte respaldo nas regiões nodais de John Nystuen e Michael Dacey, analisadas a partir da tecnificação das regiões, do crescimento populacional das cidades pós-Segunda Guerra Mundial para fins de desenvolvimento econômico (Contel, 2014). Além disso, no século XX, este conceito também recebe outras perspectivas, os estudos regionais de Hettner e de Hartshorne, privilegiando o idiográfico e a diferenciação de áreas, são exemplares de estudos regionais descritivos. Fato a permitir a comparação entre regiões a partir das singularidades sociais, econômicas, naturais e culturais (Gomes, 1995).

Posto na atualidade, o crescimento acelerado das cidades provocou uma mudança qualitativa e quantitativa nos centros urbanos, ocasionando na integração de aglomerados urbanos. As cidades menores foram suplantadas pela influência político-econômica das maiores, constituindo-se regiões conformando uma estrutura metropolitana popular e densamente ocupada (Lencioni, 2020; Moura, 2012).

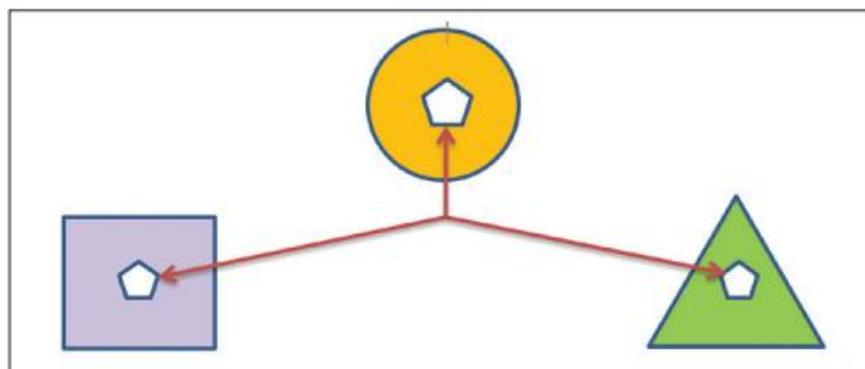
Além disso, existiu alteração intelectual quando a ideia de região e ao processo de regionalização. A constante tecnificação e globalização do território conduz para a determinação efêmera dos limites das regiões, diferente da rigidez, comuns nos estudos regionais do século XIX e XX.

Sposito (2016), reconhecendo os desafios de análise dos centros urbanos e metropolitanos, enfatiza o estudo comparado como procedimento intelectual, capaz de evidenciar interações espaciais entre as cidades, conseqüentemente, formas e processos. A autora, precisamente, afirma que a análise comparada é um procedimento que permite indicar como a quantidade influência na qualidade das cidades, o que altera o grau de complexidade, pois são modificadas em momentos e ritmos diferenciados.

Concernente a ideia da autora e considerando os objetivos propostos, pretende-se analisar os municípios de Caucaia, Trairi e Cruz em perspectiva comparada, a compor região turística litorânea com cômputo representativo de segundas residências. Dessa forma, é possível evidenciar como quantidade de domicílios de uso ocasional tende a conformar espaços turísticos e metropolitanos em perspectiva complementar ao uso residencial permanente.

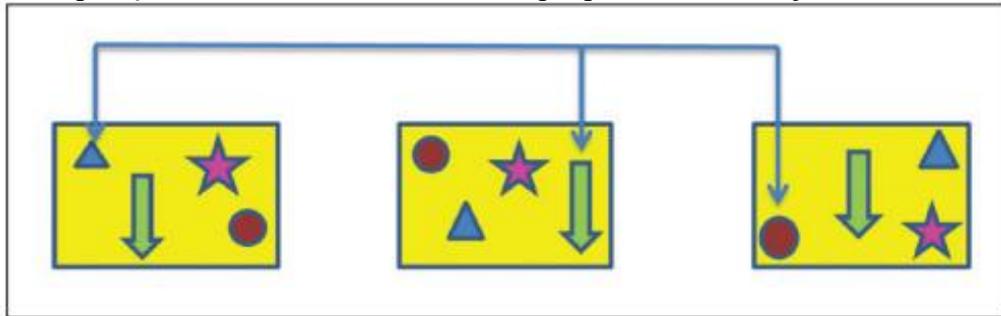
Apesar de pertencerem ao mesmo conjunto territorial litorâneo cearense, os municípios possuem singularidades quanto ao tempo da atividade e à quantidade, conduzindo para a Figura 3.

Figura 3 - Comparação entre conjuntos diferentes, a partir de um mesmo elemento.



Nos esquemas elaborados por Sposito (2016), esse considera dois aspectos que são fundamentais para a coerência da análise, os conjuntos diferentes (as distintas municipalidades litorâneas) a partir do mesmo elemento (uso residencial). Com base nessa estratégia de comparação e percurso intelectual, é possível indicar processos gerais e específicos engendrados pelo mesmo elemento. No entanto, enfatiza-se a dualidade do uso residencial litorâneo, ocasional e permanente, o que conduz para esquema comparativo complementar (Figura 4).

Figura 4 - Comparação entre elementos diferentes que pertencem a conjuntos semelhantes.



Fonte: Sposito (2016).

Nesse sentido, possuem a mesma finalidade residencial, porém, o uso difere, acrescentando a noção de tempo. O tempo do uso residencial (fracionado ou permanente) e o tempo de consolidação turística (representado pelo quantitativo e/ou crescimento dos domicílios de uso ocasional). Tais questões devem ser consideradas em virtude da localização em relação ao principal núcleo urbano metropolitano do estado, a metrópole Fortaleza.

Essa estrutura possui, essencialmente, dois movimentos. A centralização e a difusão de objetos e de fixos. No caso explicitado, existe uma descentralização das segundas residências tanto para o litoral oeste, como para o litoral leste, acentuando a urbanização. Assim, a dinâmica do processo é ampliada, descontínua e regionalizada, com intensidades diferentes e formas atualizadas que contrastam com momentos pretéritos (Sposito, 1999).

O crescimento econômico está condicionado à incorporação de novas áreas. A planificação econômica, a partir do turismo, condiciona a existência de paisagens litorâneas homogêneas. Porém, a depender do estágio de realização do turismo e da quantidade de domicílios de uso ocasional, maior é o número de correlações e de processos socioespaciais. Dado a esse fato, a fragmentação socioespacial apresenta-se como conceito auxiliar e operacional na análise comparada. Essa não se sobrepõe à produção urbana, mas especifica a

tessitura do conjunto de objetos, a considerar o uso ocasional posicionado linearmente às praias cearenses.

Para compreender a metrópole, e o processo de metropolização, gestado a partir dessa macroestrutura, onde difunde formas e delega funções, a fragmentação assume ambos os aspectos neste trabalho. Essa fragmentação socioespacial no litoral é resultado da consolidação do turismo e da vilegiatura marítima nos municípios litorâneos cearenses. O uso ocasional impõe-se como uso e ocupação no solo urbano, complementar à ocupação tradicional, ou seja, a fragmentação está particularizada por uma questão habitacional, ideia exposta por Sposito e Sposito (2020).

Para expor tal argumentação, foram articulados instrumentos analíticos por meio da operacionalização de softwares GIS e imagens de satélite. A operação censitária realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente aos anos de 2000, 2010 e 2022, assim como os estudos deste mesmo órgão, Áreas Urbanizadas do Brasil de 2005 e 2019, as plataformas IPECEDATA e o Mapeamento Social e Diagnóstico Participativo Social do Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira do Ceará (ZEEC), foram cruciais para o levantamento e exposição de dados secundários e primários.

Nesse sentido, a comparação foi baseada no tratamento de dados e nas exposições cartográficas, subsidiando os argumentos e as reflexões à luz do estado da arte. Com nível maior de detalhamento, o Quadro 4 expõe os procedimentos técnicos adotados em relação aos objetivos específicos.

Quadro 4 - Síntese dos objetivos e instrumentos de análise utilizados.

Objetivo Geral	
Analisar o uso residencial no litoral oeste cearense, especificamente, nos municípios de Caucaia, Trairi e Cruz, a partir da década de 2000, e compará-los à luz da metropolização turística.	
Objetivos Específicos	Instrumentos de Análise
1. Apresentar o processo de regionalização do turismo vinculado ao uso residencial ocasional e permanente por meio das transformações no tecido urbano litorâneo e da política de desenvolvimento para o turismo nos municípios de Caucaia, Trairi e Cruz.	IPECEDATA – Plataforma de Dados Ipece; Google Earth – Imagens de satélite; BGE – Dados censitários 2000, 2010 e 2022 (Dados de domicílios, domicílios de uso ocasional, sinopse do censo demográfico); IBGE – Áreas Urbanizadas no Brasil 2005 e 2019; Zoneamento Ecológico Econômico da Zona Costeira - ZEEC; MOPS – Mapas Estratégicos para Políticas Públicas (Ministério da Cidadania)
2. Indicar as formas de ocupação no território litorâneo do uso residencial ocasional e permanente, a partir da renda dos habitantes, das condições dos domicílios e da distribuição territorial do uso residencial.	
3. Examinar processos socioespaciais gerais e específicos mediante a relação do uso ocasional	

e permanente a partir da forma construída e das condições socioeconômicas dos habitantes.	
---	--

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para examinar os processos socioespaciais resultantes e a forma de ocupação no território (objetivos específicos 2 e 3), a fragmentação foi exposta por alterações da forma-conteúdo, ideia posta por Santos (1999). O uso residencial, ao longo dos períodos analisados, adquiriu formas diferenciadas de realização. O uso tradicional perpassa para o modo de vida e cotidiano urbano. As metamorfoses no espaço ocorrem nesse sentido, imbricando formas novas e velhas de ocupação, além dessa, o uso ocasional também é transformado – dos condomínios horizontais e residências unifamiliares para os resorts e condomínios verticais.

Assim, a forma, como elemento norteador, resulta diretamente das demandas funcionais da estrutura (a atividade turística atrelada ao imobiliário e aos lazeres). Ao passo que a urbanização avança nas bordas litorâneas, as formas reverberam como elementos espaciais explicativos para a reprodução de tal atividade. Associadas às novas tendências de lazer e moradia à beira-mar por parte de determinadas camadas da sociedade.

As formas, por mais que possam ser generalizadas, adquirem no lugar características diferenciadas e são frações de tempo materializadas. À medida que as transformações da sociedade ocorrem, no prolongamento do tempo, as formas envelhecem e podem assumir uma função diferente da qual foi designada. São elementos que evidenciam processos pretéritos materializados no território e dinamizados pelo espaço (Santos, 2020).

Outro sinônimo para destacar a forma-conteúdo seria a inércia dinâmica mencionada por Santos (1999), uma forma prática, inerte e resiliente que se torna mutável pelo tempo. Estudos que evidenciam a forma como elemento norteador para compreender o urbano são das mais variadas, podemos citar Holanda et. al. (2000), Carrión e Erazo Espinosa (2012), Siviero (2006) e Castrogiovanni (2013).

A conseguinte dimensão de análise, referente ao conteúdo, considera os movimentos e as características dos processos socioespaciais. O conteúdo é resultante dos anseios e das necessidades da sociedade em conjunto com as atividades econômicas e as decisões políticas. Todavia, nem sempre esses anseios são particulares dos indivíduos, também podem resultar de construções coletivas ou de ações econômicas verticalizadas, das necessidades de reprodução de capital.

Referente à diversidade dos processos socioespaciais, este estudo ressalta a justaposição. Consiste em um quadro espacial de coexistência entre formas e conteúdos

distintos. Em geral, justaposição e segregação socioespacial são processos analisados em conjunto, sendo complementares.

No entanto, apesar de apontar para a desigualdade de renda e de infraestrutura entre os domicílios de uso ocasional e permanente, existem lacunas metodológicas qualitativas das quais impedem com ênfase, apontar para a existência de segregação socioespacial. Fato que indicaria a negação da praia como ambiente do ócio para determinadas camadas menos abastadas da sociedade.

A justaposição refere-se à imposição de um determinado fragmento em relação de proximidade com os demais. A formação do tecido urbano consiste em justaposição de formas com conteúdos semelhantes e diferentes. Onde, na mesma rua, são justapostas casas, estabelecimentos comerciais, escritórios ou hotéis, por exemplo. Essa seria definição básica do urbano, o uso e parcelamento excessivo do solo. Assim, o aglomerado de linhas, pontos e de polígonos delinea o espaço urbano. Como nota, a justaposição socioespacial aqui trabalhada tem como referência Vasconcelos (2020) e Chamboredon e Lemaire (2016).

Os trabalhos realizados pelos autores apontam para a proximidade espacial entre camadas sociais, mas o aprofundamento da desigualdade de renda. Chamboredon e Lemaire (2016) enfatizam que a análise deve privilegiar as unidades e aos conjuntos habitacionais, com auxílio da comparação entre as formas, correlacionando a variável sócio-ocupacional com o padrão habitacional dos residentes. Com clareza, evidenciaram a correlação entre maior número de trabalhadores e operários vivendo em grandes conjuntos habitacionais. Em contrapartida, a classe média e alta habitando em condomínios e em bairros residenciais, fato que propicia a justaposição entre bairros residenciais com níveis diferenciados de renda.

Por isso a necessidade de compreender forma e conteúdo em paralelo. Em conjunto, fornecem uma compreensão sobre configuração territorial, resultado de diferentes práticas socioespaciais. Neste trabalho, a abordagem fundamenta-se no aspecto físico e estrutural das residências e na renda dos habitantes litorâneos. Na realidade brasileira, a variável renda é determinante para a indicação de processos socioespaciais e de inferências quanto às localizações das habitações, aos padrões de ocupação e ao cotidiano dos habitantes (Gonçalves, 1998; Maricato, 2011; Alves e Cavenaghi, 2016; Paiva e Golgher, 2009).

Para a configuração de formas e de conteúdos no espaço, as práticas socioespaciais, tradicionais ou modernas existem baseadas no uso do território. Santos (2002) e Almada (2019) conduzem esse conceito e o interpretam a partir da globalização e da intensificação do uso

parcelado do espaço. O território, uma fração do espaço e sinônimo de espaço habitado, resguarda e operacionaliza as diferentes regionalizações de caráter organizacional e solitária.

Considerando que o uso intermedia os fluxos (vice-versa), esse conceito é complementar à forma-conteúdo. O uso permanente refere-se ao horizonte das relações sociais e atribui a noção de vizinhança, enquanto o uso ocasional corresponde da ação externa (verticalizada) provocada pelos vilegiaturistas e pelo mercado imobiliário. Característica que reforça a lógica de ocupação paralela à praia complementar às áreas periféricas, com a população de baixa renda.

Nesse sentido, as áreas de habitat se impõem em detrimento do habitar. A identificação das lógicas de ocupação busca evidenciar como essa dualidade configura-se territorialmente, assim, é instrumento de argumentação e de elucidação de ambas as formas de morar e de ocupar o litoral, o tradicional e o moderno. Além dos conceitos geográficos fundamentais, a noção de tempo é fundamental, particularizando o uso ocasional pelo fluxo sazonal (fração de tempo) e permanente, onde o habitante possui única referência de moradia.

Além disso, tal ideia também tem relação com a urbanização e a metropolização turística (Cunha, 2017; Castro, 2016, Araújo, 2012). Fato a considerar a expressão do urbano litorâneo primeiro, na metrópole, e posteriormente, na totalidade da costa cearense. Na física, Einstein, ao discorrer sobre a Teoria da Relatividade e o Princípio da Equivalência, indica que o corpo com maior quantidade de massa possui um campo gravitacional uniforme capaz de encurvar o espaço-tempo o qual ocupa. O tempo, na física, não é absoluto, tal como na estrutura metropolitana.

O fator proximidade em relação à metrópole é determinante, considerando a estrutura e a influência que exerce em áreas próximas. A comparação entre a forma-conteúdo urbano e residencial tem esse fato como referência. O tecido urbano prolonga-se no litoral cearense denotado pelo lazer e pelo morar ocasional, à medida que esse tecido se distancia do núcleo metropolitano, a forma-conteúdo se realiza de forma rarefeita. Esse tecido abriga a sociedade urbana, o modo de viver e a produção econômica. É baseada nessa ideia que a morfologia urbana será analisada, quanto a imposição do valor de troca (Lefebvre, 2008; Carlos, 2017; 2020).

O valor de troca sobrepõe-se ao valor de uso em virtude da imposição da atividade econômica a qual privilegia as áreas paralelas à praia. Assim, o turismo e a vilegiatura marítima moderna impõe novos fixos e fluxos metropolitanos, como elemento metropolizador dos

lugares litorâneos turísticos (Marchena Gómez, 1995; Pereira, 2012; Reis Junior, 2017). Na atualidade, movimentam um grande quantitativo de pessoas, promove intercâmbios culturais, induz a produção imobiliária e exige fixos estruturais de integração, rodovias e aeroportos.

A metropolização turística renova o imobiliário e fortalece a integração por meio das praias. Paralelamente, conformam espaços litorâneos metropolitanos (Martins, 2015; Perez, 2018). A escala regional do uso ocasional permite analisar e comparar a problemática em diferentes municípios, acentuando a dualidade entre o habitar e o habitat.

3 A DUALIDADE DO USO RESIDENCIAL NO LITORAL CEARENSE: TEMPORALIDADES E FORMAS

Na atualidade, a urbanização no litoral do Ceará e do Nordeste tem uma forte influência da atividade turística, a realizar-se conjuntamente com a dinâmica imobiliária (Silva e Ferreira, 2008; Pereira, 2016; Pereira, Dantas e Gomes, 2016; Araújo, 2018). Considerando que o Estado do Ceará promoveu investimentos em infraestruturas urbanas, dentre essas, a concessão de terras para os grupos interessados e o incremento de infraestrutura urbana básica, como pavimentação, iluminação pública e esgotamento sanitário. Tais mudanças qualitativas no litoral do Ceará fortaleceram o fenômeno das segundas residências e valorizaram a renda da terra litorânea.

Face à precária integração litorânea, a partir da segunda metade do século XX e início do século XXI, a racionalidade da política econômica para o turismo transforma esse cenário. As rodovias pavimentadas, obras financiadas pelo poder público, incentivando a atração de grupos multinacionais e criando infraestruturas responsáveis por captar e distribuir turistas, são exemplos (Honório e Rocha, 2021; Ferreira, 2011, Dantas, 2010).

Na busca por compreender a complexidade e a amplitude desta atividade litorâneo-marítima atualmente, é necessária uma reconstituição histórica e geográfica do referido litoral. Assim, é possível inferir que a primeira forma de ocupar o litoral refere-se ao uso permanente, as tradicionais comunidades pesqueiras remanescentes de aldeamentos indígenas, possuíam formas e conteúdos próprios de realização do cotidiano.

3.1 O litoral dos pescadores e dos moradores efêmeros

Atualmente os espaços litorâneos são pontos privilegiados para a moradia secundária e para os empreendimentos turísticos imobiliários. Antes, nos séculos XVIII, XIX e início do século XX, as principais ocupações eram de comunidades de pescadores. Tal fato estava posto tanto para o litoral leste, com Aquiraz, Aracati e Icapuí, como no litoral oeste, com Caucaia, Acaraú, Jijoca de Jericoacora e Camocim, como menciona Dantas (2007) e Sousa (2007).

Sousa (2007), ao discorrer sobre as bases de povoamento que resultaram no surgimento e no crescimento das cidades cearenses, destaca que, ao final do século XVIII, o

Ceará possuía doze vilas instaladas e, dessas, 4 estavam localizadas no litoral: Aquiraz (1713), Fortaleza (1726), Aracati (1748) e Caucaia (1759). Quando não estava associada à atividade pesqueira, referia-se à atividade portuária, ao escoamento da produção que percorria o sertão cearense em direção à Pernambuco e Bahia.

Dantas (2007) enfatiza que o Ceará dispunha de duas características fundantes para compreender a formação territorial, a dos vaqueiros, atrelada ao sertão e aos caminhos do gado, e a dos pescadores, assentados no litoral. Essa última população estava associada à herança indígena (Dantas, 2020) (Figura 5).

Figura 5 - Artefatos indígenas de pesca.



Fonte: Comissão Científica de Exploração do Ceará; Secção Etnográfica - Disponível na Biblioteca Nacional do Brasil. Data de Imprensa: 1862.

Entre os séculos XIX e o início do século XX, há um processo de normalização da atividade pesqueira (Dantas, 2007). Essa é reconhecida pela classe política como uma possibilidade interligar os espaços de produção das cidades com as vilas que estavam localizadas, sobretudo, nas desembocaduras dos rios, como foi em Aracati, na foz do rio Jaguaribe e do rio Acaraú.

No primeiro momento (Brasil Império), é elaborado um código de condutas a ser adotados por tais indivíduos para regular a atividade do pescador. No segundo momento (Brasil

República), as comunidades de pescadores assumem o posto de guardião do mar, resguardando a costa contra possíveis invasões. O litoral não possuía a mesma relevância econômica e social dos dias atuais, tanto que a distribuição das sesmarias (durante o Brasil Colônia) desprestigiava essas áreas. A administração e a vigilância dos Terrenos de Marinha eram responsabilidades da coroa e, posteriormente, da república.

Os fluxos migratórios (reforçado no século XX), do sertão para o litoral, ocasionado pelos longos períodos de estiagem, reforçam o litoral como lugar de ocupação permanente. A fixação estava diretamente interligada com a maior possibilidade de adquirir alimento (Dantas, 2007). As características climáticas e geomorfológicas comuns ao litoral nordestino, como disponibilidade de ventos, temperaturas amenas e atividade pluviométrica abundante, possibilitavam, para além da atividade pesqueira, o plantio de determinadas culturas.

A atividade pesqueira estava localizada em toda a costa cearense, como demonstra a Lei Nº 11.459, de 2 de junho de 1988, promulgada no Ceará, meses antes da Constituição Federal de 1988, a qual reconhece a presença de colônias de pescadores do Estado do Ceará. Essa presença também é evidenciada na Planta Topográfica do Ceará de 1892 (Figura 6).

LEI Nº 11.459, DE 02.06.88 (D.O. DE 08.06.88)

Reconhece como de utilidade pública a FEDERAÇÃO E AS COLÔNIAS DE PESCADORES do Estado do Ceará.

O Governador do Estado do Ceará

Faço saber que a assembleia legislativa decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - São consideradas de utilidade pública a Federação e as Colônias de Pescadores deste Estado, a primeira com sede em Fortaleza e as Colônias em seus Municípios, assim discriminados: Z-1 em Camocim, Z-2 em Acaraú, Z-3 em Itaipoca, Z-4 em Mundaú, Z-5 em Paracuru, Z-6 em Pecém, Z-7 em Cumbuco, Z-8 em Fortaleza, Z-9 em Iguape, Z-10 em Caponga, Z-11 em Beberibe, Z-12 em Aracati, Z-13 em Orós, Z-14 em Banabuiú, Z-15 em Araras, Z-16 em Pentecoste e Z-17 em Icapuí.

Figura 6 - Planta topográfica do Estado do Ceará de 1892 com ênfase no litoral oeste.



Fonte: SOBREIRA, J. G. Dias. Apontamentos para a carta topográfica do Ceará - Disponível na Biblioteca Nacional do Brasil.

Tal delimitação por colônias indica o litoral como lócus de ocupação permanente, antecessora ao uso ocasional. Atrelada à existência de comunidades pesqueiras, como está posto

na referida lei e na localização de povoados e arraiais litorâneos em 1892. Nesse sentido, existe um cenário onde é possível compreender o litoral a partir da fixação sedentária.

Esse fato foi evidenciado em Fortaleza, onde essa fixação no litoral tinha nível maior de complexidade com a instalação da população empobrecida. Resultado da associação entre as comunidades pesqueiras e a migração de sertanejos para o setor litorâneo da capital (Figura 7).

Figura 7 - Condomínios horizontais de veraneio na praia de Icaraí em Caucaia.



Fonte: O Povo (1989) e citado por Pereira (2013).

Sob forte influência da maritimidade fortalezense nas décadas de 1960 e 1970, Cavalcante (2012) analisa a formação da vila de pescadores do Cumbuco (litoral de Caucaia) (Figura 8). A urbanização turística orientada pelo segmento das segundas residências está presente em quase toda totalidade litorânea do município (Araújo, Pereira e Paula, 2010; Silveira, 2011). O padrão e o modo de vida urbano caminharam em direção às ocupações pré-existentes.

Figura 8 - Comunidade pesqueira no Mucuripe e, ao fundo, ocupações permanentes em 1952.



Fonte: IBGE (1952).

Tal associação resultou na comunidade do Serviluz (bairro do Mucuripe), a presença de trabalhadores estava posta na década de 1950 em conjunto com a ocupação pré-existente de pescadores que circundavam o porto do Mucuripe. Houve processo de ocupação intenso do litoral desse município atrelado à população empobrecida que se associam, em partes, à atividade pesqueira, porém muitos não são absorvidos por tal atividade (Nogueira, 2006).

No setor litorâneo oeste ocorreu, de forma semelhante, entrelaçamento de ambos os perfis populacionais. Em 1930, a autora indica como momento inicial para a formação de favelas: Barra do Ceará, Pirambu, Mucuripe e Moura Brasil (Silva, 2018). Nessas localidades, estava posto o uso permanente do litoral, associado às necessidades básicas dos indivíduos – trabalho e moradia. O aumento das migrações para o litoral de Fortaleza e a ausência de infraestruturas urbanas para essa área aprofundam a questão. Esse fato reverberou em ocupações simples, desordenadas, esgotos à céu aberto e no aumento da violência urbana.

Um quadro socioespacial que perpassa das casas de palha e taipa para os cortiços em vielas. Essa correlação ganha ainda maior complexidade, pois, dada essa composição social para o litoral do Ceará, e, de forma específica, na cidade de Fortaleza, as demandas por lazer e

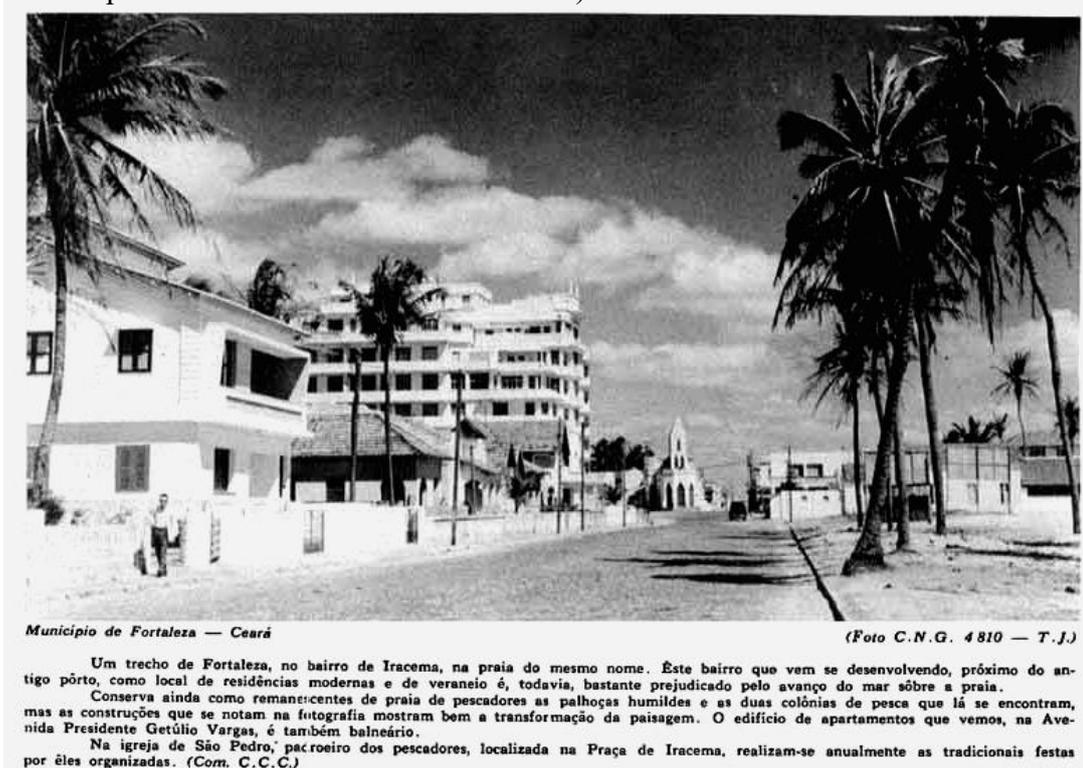
o turismo à beira-mar representam uma maior disputa territorial. O pescador, além de lutar no mar em busca de alimento, agora possui a necessidade de lutar pela terra (Dantas, 2007).

Como recurso analítico, tal forma de ocupação permanente refere-se à solidariedade orgânica, referente aos homens lentos. Mediante a instauração do cotidiano urbano no espaço, co-existem a reprodução da vida, referente às necessidades básicas dos grupos e dos indivíduos, mas também da produção econômica. A escala existencial considera o uso do território, por meio dessa, é possível observar a natureza do cotidiano e apontar para as estratégias de sobrevivência dos habitantes (Santos, 2008; Silveira, 2006; Carlos, 2017)

A partir das décadas de 1920 e 1930, houve o surgimento de segundas residências no litoral. Esse tipo de domicílio estava diretamente associado com as novas perspectivas de moradia e de uso dessa porção territorial da cidade. O habitar e o lazer à beira mar como uma moda foram absorvidos pela elite local, semelhante à invenção das praias ocidentais (Dantas, 2010).

As características paisagísticas do ecossistema litorâneo, entendido como produto, reverberaram em uma materialidade de fixos e de fluxos que irão marcar o desenvolvimento da atividade turística, o uso residencial ocasional é um exemplo disso (Figura 9).

Figura 9 - Segundas residências na praia de Iracema em 1958. Ao fundo, o Iracema Plaza Hotel (primeiro topônimo do Edifício Hotel São Pedro).



Tal uso justifica-se pela presença e pelo aumento de turistas baseados na modalidade de turismo de sol e mar. Refere-se a fator comportamental, visto que o turista busca recriar, no lugar de visitação, cenário semelhante   primeira residência, a qual será utilizada em momentos oportunos de viagem (Boyer, 2013). A padronização do consumo invade o lugar visitado, o turista coabita em momentos fracionados de tempo, o que também é denominado de veranistas de coabitação (Dantas, 2007).

Esse cenário foi demonstrado na orla de Fortaleza por Tavares (2022), quando menciona a construção do primeiro trecho da Avenida Beira Mar (anteriormente denominada de Avenida Getúlio Vargas) em 1963, consolidando a atividade turística, outrora marcada pelas caminhadas e banhos de mar para fins terapêuticos. Assim, existiu uma rápida associação entre as práticas de vilegiatura marítima e o turismo   beira-mar.

Nos setores da Praia de Iracema e do Meireles, houve o surgimento de restaurantes, bares, em partes, influenciados pelo crescimento do uso residencial (permanente e ocasional).   época, a maioria dos edifícios possuíam 3 pavimentos, no entanto, era possível visualizar edifícios residenciais com 12 pavimentos. Essa característica demonstrava a valorização do setor leste para o habitar permanente da elite e da classe média, e o morar ocasional, principalmente, na antiga Prainha do Outeiro (setor leste) (Tavares, 2022).

No século XXI, o elo entre o morar ocasional e o turismo   prolongado e fortalecido para os municípios adjacentes   Fortaleza. Esse tipo de uso residencial encontra-se, principalmente, nos municípios litorâneos da Região Metropolitana de Fortaleza (Quadro 5). Essa tendência difundiu objetos e fluxos turísticos, antes restritos aos perímetros da cidade. Fortaleza concentrou o primeiro movimento de urbanização litorânea atrelada às atividades turísticas, a organização da cidade entorno da produção imobiliária abriu a cidade para o mar por meio de investimentos públicos e de parcerias com o setor privado.

Quadro 5 - Domicílios de Uso Ocasional nos municípios da metrópole Fortaleza.

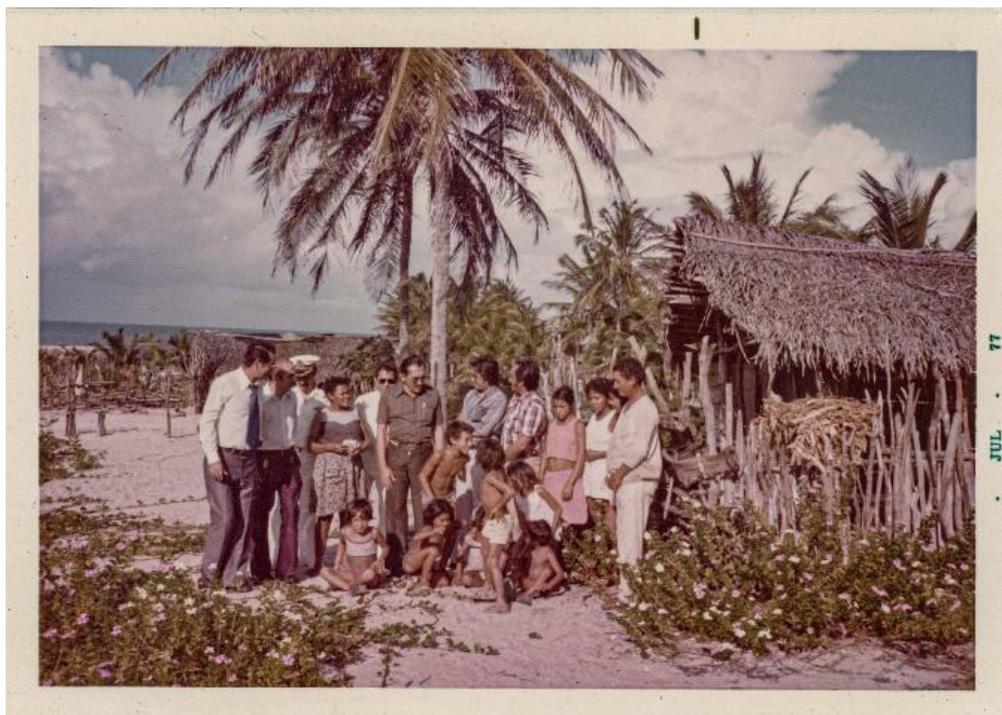
Domicílios de Uso Ocasional (Números Absolutos)					
Município	Ano				
	1980	1991	2000	2010	2022
Fortaleza	1476	4112	7942	15029	28101
Litoral Oeste					
Caucaia	1192	3877	6540	6009	13044
São Gonçalo do Amarante	256	1197	1822	2566	4165
Litoral Leste					
Aquiraz	1128	2566	4536	6534	11621

Fonte: Sinopse do Censo (1980, 1991, 2000, 2010 e 2022).

A urbanização turística resultante perpassou para os municípios de Caucaia (Praia de Icaraí e Cumbuco), Aquiraz (Praia de Porto das Dunas e Prainha) e, posteriormente, São Gonçalo do Amarante (Praia do Pecém) (Pereira, 2009; Araújo e Pereira, 2011), fato a confirmar a forte presença de domicílios de uso ocasional nesses municípios (Figura 10).

Essas transformações qualitativas repercutem no espaço litorâneo, a promoção política e econômica reforça a função residencial e o lazer no litoral. Nas décadas de 1980 e 1990, a expansão urbana nas bordas litorâneas é intensificada. Conjuntamente com os municípios interioranos adjacentes à Fortaleza (Maracanaú, Maranguape, Eusébio, Guaiúba), a entendemos como uma metrópole litorânea emergente turística e sertaneja no final do século XX. Essa compreensão indica a alteração da escala de realização das práticas de vilegiatura marítima e do turismo.

Figura 10 - Pescadores e empreendedores locais na praia do Cumbuco em 1977.



Fonte: Fonte: Arquivo da família Bôscó Dias e publicada pelo jornal Diário do Nordeste (2021). Data: julho de 1977.

No município de Trairi, Freitas (2023), ao caracterizar a atividade pesqueira artesanal no litoral oeste do Ceará, menciona as comunidades formadas de pescadores em Trairi, na praia de Mundaú, Flecheiras e de Guajirú, e aponta que a atividade econômica desses lugares, na atualidade, está de encontro com o turismo.

Em Jericoacoara, Molina (2007) bem descreve esse lugar, que perpassa de predominantemente pesqueiro, até as décadas de 1980 e 1990, com uso residencial permanente,

para eminentemente turístico, com uso ocasional (Figura 11). A relação marítima e da vilegiatura marítima, dos banhos de mar e das residências de veraneio, é transmitida e difundida. Esse crescimento tem repercutido no município de Cruz, tal como observado em Caucaia, a ocupação pré-existente pesqueira representava a principal forma de realização da economia (Figura 11).

No entanto, como expõe Silva (2019), à medida que o uso ocasional se impõe no litoral, a diferenciação socioespacial também é estabelecida, com maior nível de vulnerabilidade para os habitantes. Em geral, a autora constatou a insatisfação de parte da população com a infraestrutura local, a ausência de espaços de lazer, transporte público e o atendimento parcial da rede de saneamento.

Figura 11 - Vista panorâmica da Vila do Preá antiga.



Fonte: Coluna do Estadão: Mar Sem Fim, 2022. A imagem não possui data.

Essa localidade é apontada por Lima (2007) quando se refere ao crescimento turístico de Jeri. Os custos dos passeios para os turistas em direção à localidade são baixos, o acesso às lagoas de Jijoca e do Paraíso Amor (em Jijoca de Jericoacoara) é pelo litoral de Cruz. O diagnóstico preliminar sobre o litoral do município de Cruz, para elaboração do Projeto Orla (Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima), indica que a primeira forma de ocupação no litoral de Cruz foi a partir da pesca, as famílias de pescadores também estavam associadas à produção de artesanatos.

Evidenciados tais aspectos, construímos cenários onde o uso residencial permanente no litoral do Ceará estava posto, principalmente, com as comunidades pesqueiras. Especificamente no litoral de Fortaleza, em virtude da relevância econômica e política que foi

acumulada a partir do ciclo do algodão (final do século XIX), instalaram-se populações de imigrantes sertanejos.

Esse grupo associou-se com a população pré-existente de pescadores, entre o final do século XIX e início do século XX. Nesse município, as práticas de vilegiatura marítima (banhos de mar, caminhadas ao ar livre e o morar ocasional) antecederam à atividade turística. Neste caso, ocorreu uma rápida associação entre ambos, fato a repercutir nas franjas litorâneas metropolitanas.

Assim, dentre os municípios analisados, Caucaia posiciona-se como destaque turístico associado ao morar ocasional. Nas décadas de 1960 e 1970, a vilegiatura marítima prolonga-se para este litoral, principalmente, nos bairros de Iparana, Pacheco, Icaraí e Cumbuco (Pereira, 2013; Cavalcante, 2012; Silveira, 2011). O processo de urbanização turística atuou fortemente, e, como consequência, a intensa ocupação na faixa litorânea.

Nas localidades praianas de Trairi e Cruz, o uso ocasional efetivamente possui maior destaque no século XXI, resultado do êxito turístico da metrópole. A metropolização turística é redefinida para além da metrópole e da RMF, em virtude da descentralização de investimentos direcionados ao setor do turismo nas décadas finais do século XX (1980 – 1990).

É a partir da metade do século XX que o uso ocasional emerge como uma demanda interna e externa, da elite e da classe média local e dos turistas, buscando a fixação em períodos curtos. Tal influência perpassou do litoral de Fortaleza para áreas de proximidade (RMF), e hoje está projetado para a totalidade dos municípios litorâneos do Ceará, principalmente na porção oeste do estado.

Podemos visualizar isso na relação turística entre Jericoacoara, Camocim e Cruz (Quadro 6). São mudanças acentuadas do final do século XX (1990) ao início do século XXI (2000, 2010 e 2022). Neste caso, é um aspecto norteador, considerando que a dualidade do uso residencial é construída pela ocupação tradicional pesqueira e, posteriormente, pelo uso ocasional. Resultado da associação entre o turismo e a vilegiatura marítima.

Quadro 6 - Domicílios Particulares Não Ocupados - Uso Ocasional para o litoral da RMF e litoral oeste.

Variável - Domicílios recenseados (Unidades)				
Particular - não ocupado - uso ocasional				
Grande Fortaleza Litorânea (RMF)	Ano			
	1991	2000	2010	2022
FORTALEZA (leste e oeste)	4112	7942	15029	28101
AQUIRAZ	2566	4536	6534	11621
CASCAVEL	1018	1643	2574	4120
CAUCAIA	3877	6540	6009	13044
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	1197	1822	2566	4165
PARACURU	1377	1377	1694	3838
PARAIPABA	187	315	683	1358
TRAIRI	379	627	1699	3189
Caso Jericoacoara e proximidades				
CRUZ	161	157	316	1040
JERICOACOARA	0	174	251	849
CAMOCIM	217	443	704	1341
Total de Domicílios de Uso Ocasional por setor litorâneo - 2022				
Litoral Oeste: 36.240				
Litoral Leste: 27.959				

Fonte: Censo demográfico de 1991, 2000, 2010 e 2022.

Dado ao exposto utiliza-se as variáveis do Censo Demográfico de 2010 para corroborar com tais assertivas, e dar luz aos ambos os usos residenciais no litoral cearense. No contexto da urbanização turística, os municípios litorâneos sob influência da metrópole litorâneo-turística, como é o caso de Caucaia, Trairi e Cruz.

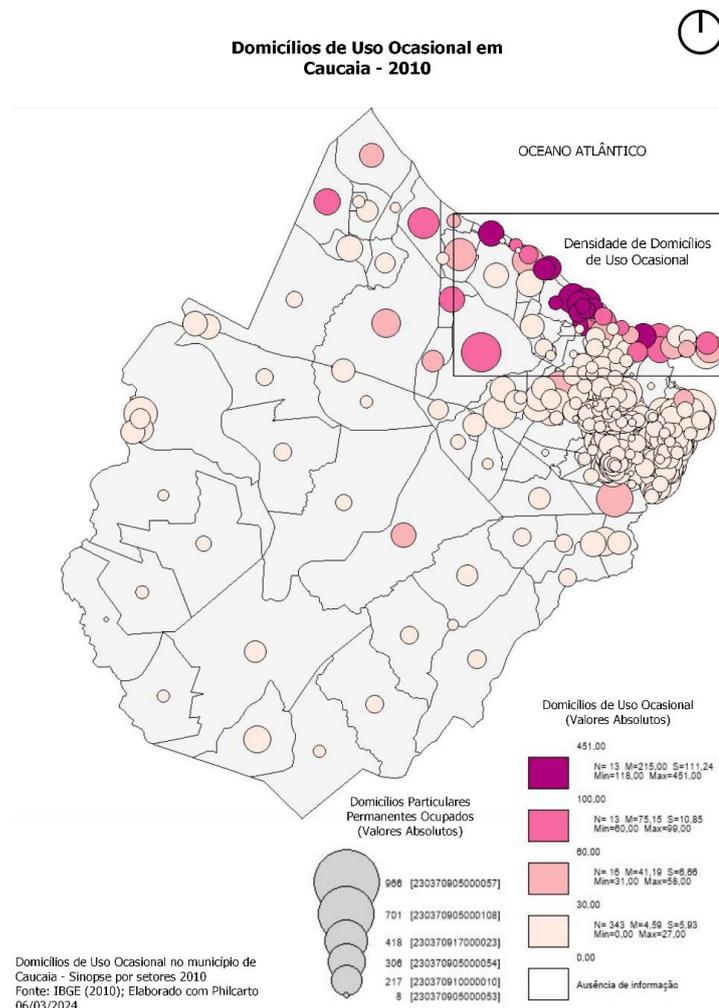
Amparada nessa perspectiva, é possível afirmar que ocorreu um processo em escala de fragmentação no tecido urbano litorâneo, orientada pelo lazer e pelas práticas de vilegiatura marítima. Ambas associadas com a dinâmica do turismo de sol e mar a impor alterações qualitativas no modo de vida tradicional permanente. O uso e o fluxo sazonal impõem-se e a urbanização absorve as ocupações pré-existentes, esse processo impõe contradições, descaracterizações e/ou expulsões, como exemplo, a fuga de pescadores do Cumbuco e do Icará (Cavalcante, 2012; Silveira, 2011).

A existência de domicílios do tipo ocasional na totalidade litorânea cearense fortalece esse argumento. São nos setores censitários paralelos ao mar onde existe a

predominância de domicílios de uso ocasional. Enquanto que, nos setores periféricos à praia, essa influência diminui predominando os domicílios particulares permanentes ocupados. Resumidamente, quatro características podem ser destacadas:

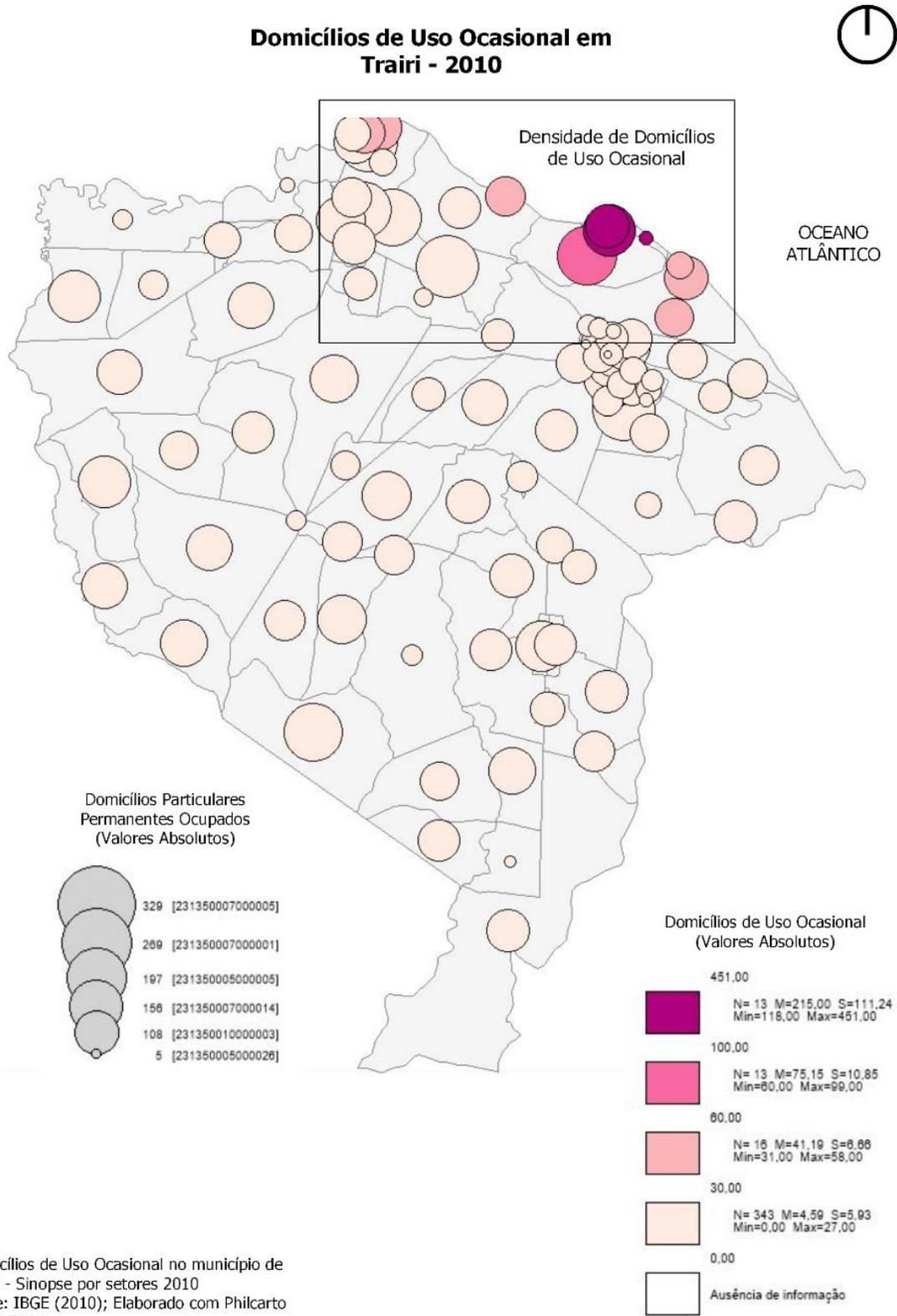
- O uso permanente em todos os casos (municípios) sobrepõe-se ao uso ocasional.
- Quanto aos domicílios de uso permanente defrontes com o mar, indica e confirma que essa é a primeira lógica de ocupação que se impõe no território litorâneo.
- Os domicílios de uso ocasional (sinônimo de segundas residências) como um fenômeno espacial para além de Fortaleza e da RMF.
- A intensificação desse tipo de domicílio precisamente em Caucaia e à medida que aumenta a distância em relação à metrópole, as quantidades diminuem. No entanto, a presença de segundas residências permanece privilegiando o litoral dos municípios de Trairi e Cruz. As Figuras 12, 13 e 14 expõem esse argumento.

Figura 12 - Domicílios de Uso Ocasional no litoral de Caucaia – 2010.



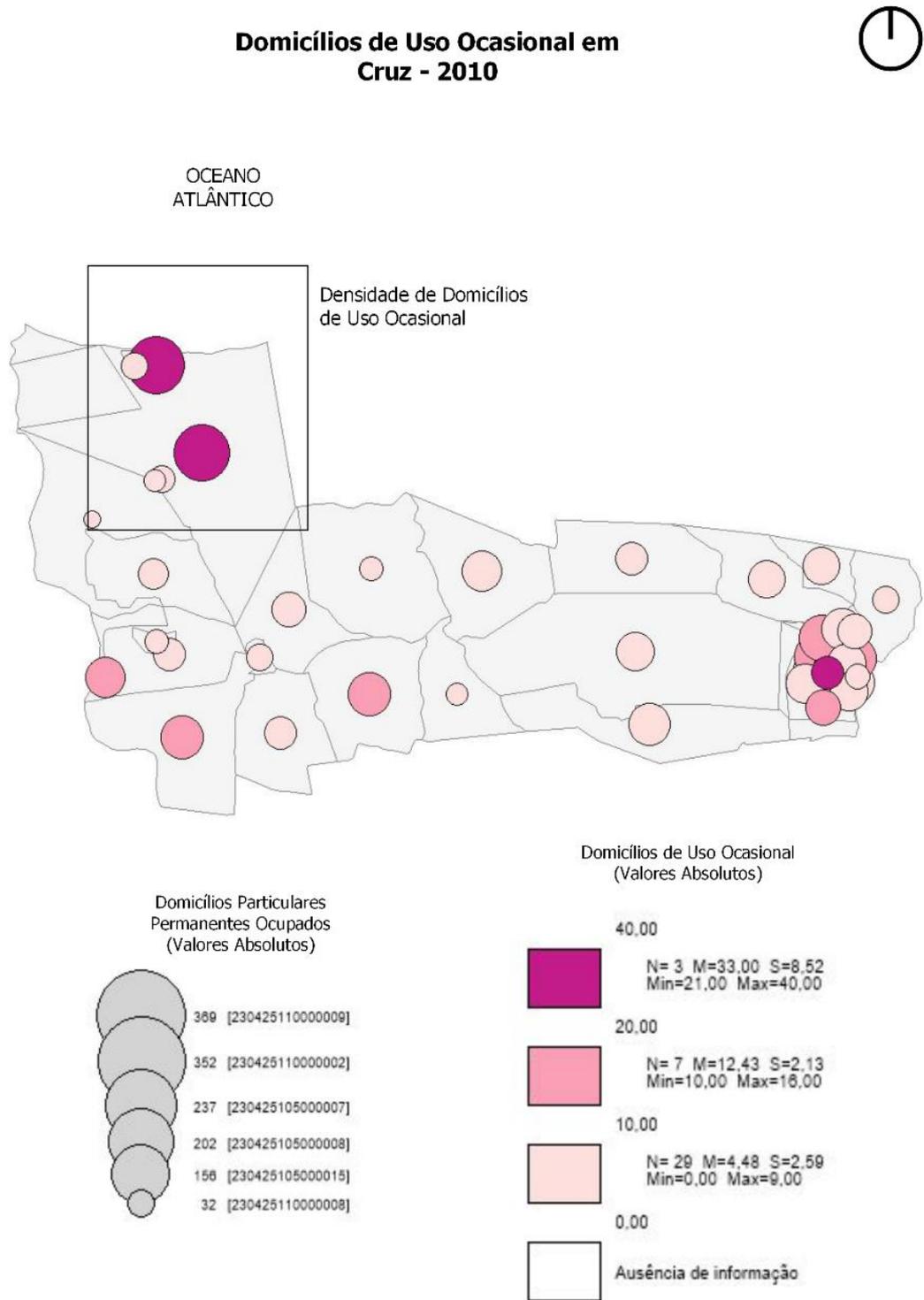
Fonte: SIDRA IBGE (2010) e sistematizado pelo autor.

Figura 13 - Domicílios de Uso Ocasional no litoral de Trairi – 2010.



Fonte: SIDRA IBGE (2010) e sistematizado pelo autor.

Figura 14 - Domicílios de Uso Ocasional no litoral de Cruz – 2010.



Domicílios de Uso Ocasional no município de Cruz - Sinopse por setores 2010
 Fonte: IBGE (2010); Elaborado com Philcarto
 06/03/2024

Fonte: SIDRA IBGE (2010) e sistematizado pelo autor.

Tal fato se justifica pelo desenvolvimento tardio da atividade em relação ao município de Caucaia. Nos três casos, está indicado tanto o habitar e o morar no litoral. Essa constatação é importante, pois se refere aos dados por setores censitários referente ao censo demográfico de 2010. Ilustra a consolidação do litoral do Ceará frente à atividade turística pautado no uso ocasional, aprofundando o processo de urbanização nas bordas do continente.

Mas por que o uso ocasional se apresenta na totalidade do litoral cearense? Primeiro, a associação direta entre as práticas de vilegiatura marítima e o turismo. Na perspectiva simbólica e econômica, a atividade turística consolida-se no litoral do Ceará sob a égide do lazer e do morar ocasional. O caso fortalezense repercutiu como uma moda para os demais balneários turísticos. Em segundo lugar, o papel do Estado na distribuição de investimentos para infraestrutura, principalmente, aeroportos regionais e rodovias estaduais, fortalecendo a integração litorânea entre os municípios.

3.2 Os ventos da modernidade no litoral do Ceará: políticas de desenvolvimento para o turismo e a metrópole litorânea-marítima

Inicialmente, o uso residencial no intraurbano litorâneo de Fortaleza estava para o residencial permanente tradicional com a comunidade pesqueira e popular, a última como sendo resultado da migração do sertão. Nesse entremeio, a elite local exprime um outro olhar para essa porção esquecida do espaço urbano fortalezense. Nas praias, os banhos de mar, as caminhadas ao ar livre e as residências de veraneio representaram as primeiras atividades de vilegiatura marítima no início do século XX (1920 – 1940).

A partir da segunda metade desse século, o turismo associa-se diretamente com tais práticas, consolidando a urbanização no litoral de Fortaleza e nos municípios de Caucaia, Aquiraz e São Gonçalo do Amarante (Araújo e Pereira, 2011). Ao final do século XX, Fortaleza torna-se um dos principais destinos turísticos do Ceará e do Nordeste, sendo a metrópole precursora no cenário cearense e difusora da maritimidade aos municípios litorâneos.

Essas difusões são impulsionadas por dimensões políticas e econômicas diante da nova perspectiva simbólica e econômica de apropriação das zonas de praia. Inicialmente, é importante pontuar que Fortaleza perpassa por transformações quali-quantitativas, tanto na porção litorânea, como na porção sertaneja. A dimensão industrial (Costa e Amora, 2015), em Maracanaú (construção do Distrito Industrial em 1963) e reforçada com o Porto do Pecém (em

2002), a dimensão habitacional (Pequeno, 2009) em Caucaia, Maracanaú e em Pacatuba (1980 e 1990), e a dimensão turística (Cunha, 2017), principalmente, em Caucaia e Aquiraz (construção do Beach Park em 1989 e a proliferação de estabelecimentos de hospedagem e de segundas residências para a RMF), com tais lógicas associadas à descentralização dos meios de transportes e das infraestruturas rodoviárias.

Por ser um processo que se dá por sua complexidade, é necessário o trabalho em diferentes escalas, do intraurbano para o regional litorâneo, com o objetivo compreender a metrópole litorâneo-marítima. Fortaleza é o principal município do núcleo metropolitano do Ceará e possui condições orçamentárias favoráveis e ampla capacidade de gestão administrativa. Desse modo, possui condições para intervir no espaço com o urbano e acelerar o processo da turistificação, fato que ocorreu intensamente nas décadas finais do século XX (1980 – 1990).

No contexto metropolitano, Fortaleza possui maior capacidade de receber turistas em virtude da maior oferta de estabelecimentos de hospedagem e maior oferta de serviços e atividades comerciais, assim como redes de infraestrutura urbana, como o aeroporto internacional Pinto Martins e a malha rodoviária integrada com o litoral, por exemplo. Mas para chegar a esse cenário, é necessário compreender as políticas de desenvolvimento turístico que reforçaram o quadro positivo do semiárido (Dantas, 2010).

De início, os planos de desenvolvimento do Ceará pouco mencionavam o turismo, pois ainda se encontrava em gestação e com pouca projeção econômica (Dantas, 2010). Esse quadro muda a partir das décadas de 1980 e 1990. Inicialmente, o II Plano de Metas Governamentais – II PLAMEG (Governo Virgílio Távora), em 1979, cita: “O turismo no Brasil representa atividade para a qual o Poder Público voltou sua atenção há praticamente uma década, com a implantação da Política Nacional de Turismo e a criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR)”. Durante esse período, são criados o Centro de Turismo e o Centro de Convenções em Fortaleza.

Posteriormente, surge o PRODETURIS – Programa de Desenvolvimento do Turismo em Zona Prioritária do Ceará (1989), criado pelo estado do Ceará. Tais investimentos ganham maior projeção com o PRODETUR/NE I (1992) e o PRODETUR II (2006). O posicionamento estratégico dessa política econômica teve como principal financiador o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) que, em conjunto com o Banco Nacional Desenvolvimento

Econômico e Social, são as principais entidades financeiras que captam recursos nacionais e estrangeiros e distribuem para os estados e municípios.

A tese realizada por Alves (2013) detalha essa política de investimentos massivos na região Nordeste. Concernente ao primeiro plano (PRODETUR I), esse possuía os respectivos componentes: 1: Aeroportos, 2: Transportes, 3: Saneamento Básico/Recuperação Ambiental, 4: Patrimônio Histórico. Depois do estado da Bahia, o Ceará foi o estado que mais recebeu recursos. A primeira etapa destacou-se por destinar recursos para a Costa do Sol (litoral oeste) e o município de Aquiraz (litoral leste), privilegiando a região metropolitana com obras de saneamento, recuperação ambiental, construção de rodovias e voos internacionais para o Aeroporto Internacional Pinto Martins (Figura 15).

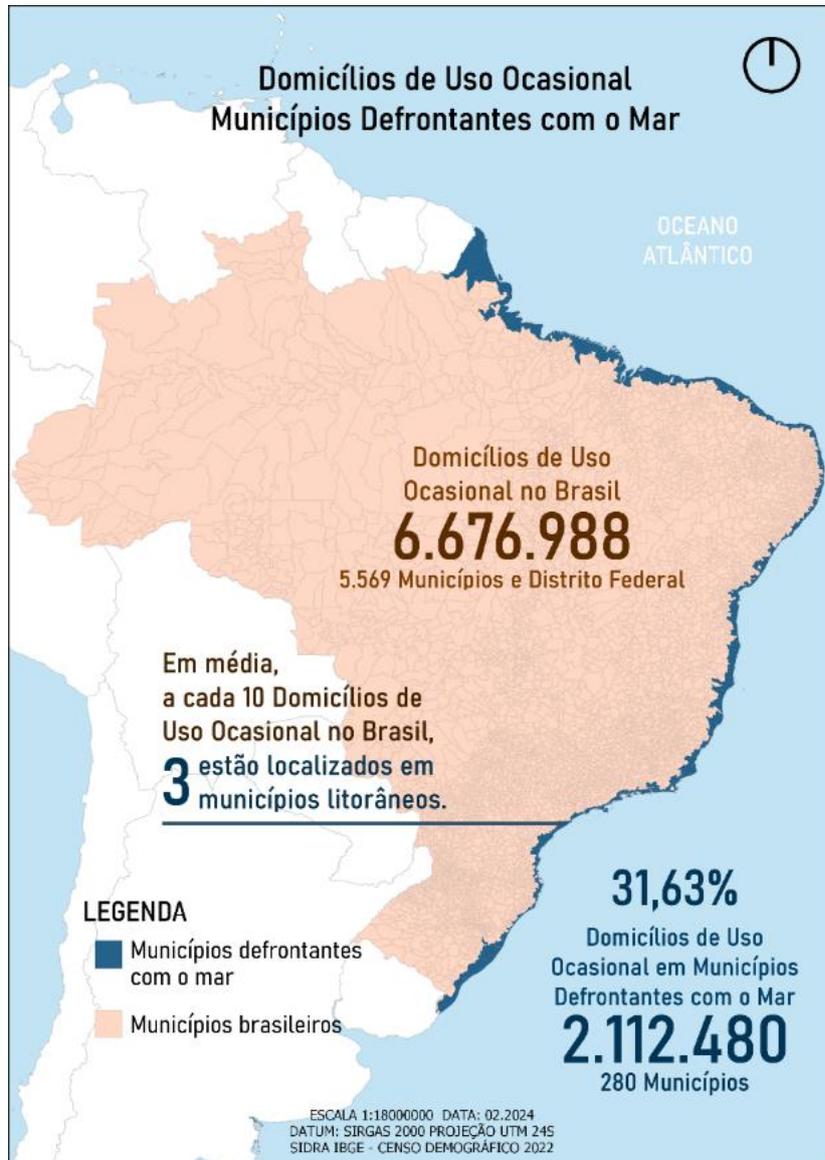
No PRODETUR II, o Ceará recebeu, aproximadamente, 60 milhões de reais de investimentos (Alves, 2013), e, além dos municípios incluídos no projeto antecedente, acrescentou Aquiraz (município localizado ao leste de Fortaleza), priorizando estudos e institucionalizações para o exercício e para o crescimento da atividade turística no Estado. Tais medidas são responsáveis por descentralizar as infraestruturas rodoviárias e relatórios técnicos resultantes de estudos institucionais (Alves, 2013; Paiva, 2014).

3.3 Dinâmica conjugada do habitat litorâneo

Com base nos expostos, turismo, vilegiatura e o uso ocasional possuem forte correlação, a vetorizar processo de urbanização, a qual se apresenta nas municipalidades litorâneas com destaque para as ocupações tradicionais pré-existentes. Desta forma, um crescimento conjugado e espacialmente afastado dos centros tradicionais dos municípios, localizados no interior do continente. Atualmente, o sucesso dos imóveis de uso ocasional, em partes, contribui para o crescimento do recorte territorial paralelo às praias.

No computo nacional, entre o Censo Demográfico de 2010 e 2022, o número cresceu de 3,9 milhões para 6,6 milhões no Brasil, aproximadamente. Em quantidade expressiva, essa tipologia está localizada, principalmente, em arranjos espaciais metropolitanos litorâneos, evidenciados pelo crescimento da dinâmica turística e do lazer (Dantas, Pereira e Vieira, 2024). Correlação espacial profunda na atualidade, em proporção, a cada 10 domicílios de uso ocasional no Brasil, 3 estão localizados em municípios defrontantes com o mar (Figura 19).

Figura 15 - Domicílios de uso ocasional em municípios brasileiros.



Fonte: Dantas, Pereira e Vieira, 2024.

Dada as identificações, é fato que as políticas de desenvolvimento para o turismo reverberaram em transformações sociais e econômicas para o litoral. A descentralização dos investimentos ocasionou em maior integração entre os municípios litorâneos. Característica marcante de valorização da renda da terra que se realiza tanto nas áreas próximas como nas áreas metropolitanas rarefeitas. Fundamental constatação que indica o prolongamento da fragmentação socioespacial, a qual se impõe nas áreas paralelas à praia. Fato que traduz a relação litorâneo-marítima no Ceará, através do uso residencial ocasional (Figura 16).

Figura 16 - Domicílios de Uso Ocasional no Ceará.



Fonte: Censo demográfico (IBGE, 2022).

A configuração territorial tende a reproduzir-se de forma semelhante, a recortar a planície litorânea em áreas onde o uso ocasional sobrepõe-se ao morar permanente, alterando o uso e o valor, o que aprofunda a diferença de renda com o morar pobre e tradicional, apesar da proximidade espacial entre ambas as tipologias. Para esse mercado, a especulação por espaço é a principal forma de ativação da atividade imobiliária, responsável por criar expectativas em torno de um empreendimento, favorecendo a rentabilidade do investimento.

Tal fato está posto nas três situações anteriores (Caucaia, Trairi e Cruz), com os loteamentos fechados, condomínios e os empreendimentos imobiliários na lógica de ocupação

paralela ao mar. O solo urbano litorâneo torna-se ponto de acirramento entre a apropriação privada e o uso coletivo, o espaço do cotidiano, onde se localiza as necessidades dos indivíduos, das quais, em muitos dos casos, difere das necessidades do uso privado (Carlos, 2017). Assim, o valor de troca incide sobre o espaço proporcionalmente ao prolongamento das áreas de habitat.

Em perspectiva regional, a conformação do processo de metropolização turística é condicionante para o aumento de valor da terra, conseqüentemente, o preço dos imóveis acompanha a apropriação simbólica do mar como ambiente de lazer. Trairi e Cruz são exemplares nesse sentido, a comunicação e informação estão para além do maior número de visitação, incide em maior crescimento quantitativo e qualitativo de formas-conteúdo paralelo à praia.

A forma difusa da metrópole acentua a fragmentação socioespacial. Como apresentado, o sucesso da vilegiatura marítima e do turismo representou perspectiva de desenvolvimento econômico associado ao morar ocasional. A noção fracionada de tempo, atribuída ao domicílio, também consiste em elemento caracterizador e comparativo do processo de regionalização. Visto que o fenômeno das segundas residências no litoral do Ceará atribui novos sentidos de apropriação territorial.

Nesse sentido, a fragmentação não considera somente o caráter disperso da metrópole, mas as interações sociais, visto que observamos um movimento da sociedade, do centro concentrado (da metrópole) para o menos concentrado e mais longínquo. Quando a cidade implode e explode (Lefebvre, 2008), os fragmentos do urbano se espalham para novos lugares.

Santos (2014b) apresenta duas perspectivas considerando os fenômenos e suas conseqüências no espaço, ou seja, rearranjos espaciais. Para o autor, o lócus principal da realização do cotidiano seria a horizontalidade, enquanto a outra, a verticalidade, assegura o funcionamento da economia global e metropolitana, onde estariam as demais instâncias da produção (circulação, distribuição e consumo). É por meio dessa que as decisões políticas e econômicas incidem, de forma verticalizada no lugar.

Tal fato repercute na produção de territórios desiguais. A atual natureza informacional e comunicacional da produção do espaço urbano se realiza de forma fracionada. Baseado na formação socioespacial (Santos, 2014b), considerando que o lugar consiste na

reunião de usos do território, é por meio desse que as atividades econômicas globalizadas são operacionalizadas, assim como a realização do cotidiano.

Os recortes territoriais são materializados a partir dessa dualidade, do uso diferenciado e fragmentado do território. Assume o lado perverso da diferenciação socioespacial, a desigualdade e a proximidade espacial, entre áreas valorizadas pelo mercado imobiliário e os domicílios do habitar periféricos à praia. Fato que explica a diminuição e/ou descaracterização das ocupações pré-existentes à urbanização, induzindo às práticas da urbanidade em detrimento às formas-conteúdo tradicionais.

Consoante a isso, temos a realização de uma atividade econômica advindo da estrutura metropolitana, por meio de uma metropolização turística, reforçando a função, atualizando as formas paralelas à praia e ampliando a área de influência da metrópole marítima. Porém tal exposto, auxiliado pelas cartografias e análises realizadas, a figura do habitante é atravessada por tal atividade, dada a reorganização do território para o incremento de tal atividade.

De forma semelhante ao exposto por Dantas (2010), Dantas (2020), Silva (1991) e Pereira (2015), há duas características gerais dos habitantes litorâneos, fato que será explorado a seguir. A existência de classes empobrecidas no litoral, em partes, corresponde à população tradicional associada à economia urbana, e dos residentes que possuem origens diversas, resultado da consolidação de áreas urbanizadas e da dinamicidade do espaço metropolitano.

De forma parcelada, a incorporação da modernização se realiza no litoral do Ceará, em particular para os municípios analisados. A reprodução da lógica de ocupação paralela à praia é dinamizada pelo imobiliário turístico. Esses ganham maior evidência nesses destinos, e resultam em formas modernas que contrastam com as formas antigas das residências de uso ocasional, ocorrem movimentos de renovação e de reforço da atividade.

Os empreendimentos denominados como “pé na areia” são um dos principais responsáveis pela carga de atualização do imobiliário no litoral. Aumenta a interação e a comunicação do mercado com os agentes políticos e econômicos em escala local e regional metropolitana. Característica que diversifica os serviços locais e aumenta o fluxo de turistas. As novas estratégias de compra e venda dos imóveis a beira mar inserem tal dinâmica em redes, fluxos de pessoas e de capital financeiro internacional, como, por exemplo, a chegada da multipropriedade no território cearense via inserção litorânea metropolitana (Maia Filho, 2023).

A difusão da forma se dá para além das áreas concentradas, contemplando, em partes, o litoral cearense. A presença de uma determinada forma atualizada no lugar está relacionada às particularidades e a relevância econômica que o território assume mediante as atualizações da realização da atividade. Isso está posto para o litoral de Caucaia, onde formas antigas de segundas residências contrastam com formas atuais, assim como há atualização mediante aos complexos turísticos imobiliários e aos hotéis.

Em Trairi e Cruz, esse contraste é percebido entre os empreendimentos imobiliários e a moradia tradicional dos moradores, em virtude de períodos diferenciados de realização da atividade turística, sobretudo nas décadas iniciais deste século, em 2000, 2010 e 2020. Enquanto que, em Caucaia, denotamos essas formas a partir da década de 1970. As Figuras 21, 22 e 23 demonstram essas características.

Figura 17 - Segundas residências e atualização do imobiliário turístico em Caucaia.

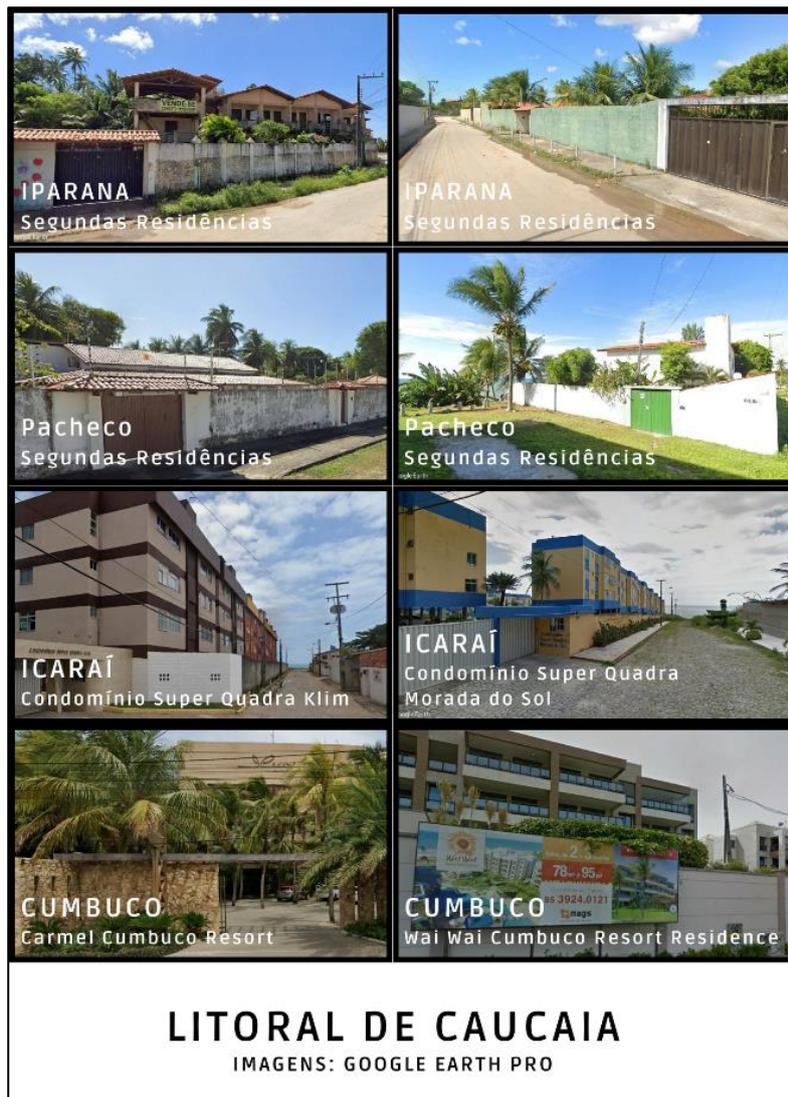
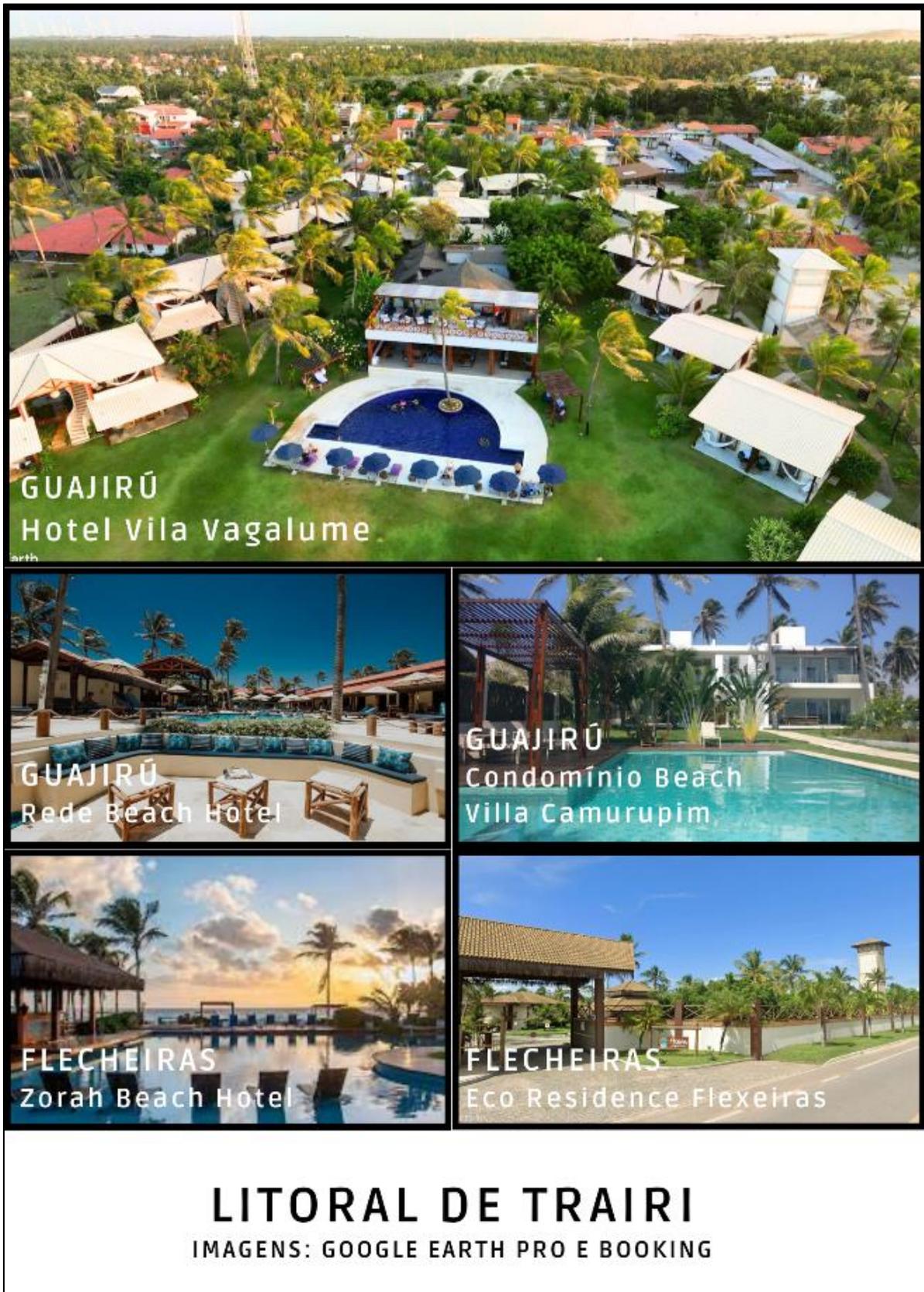
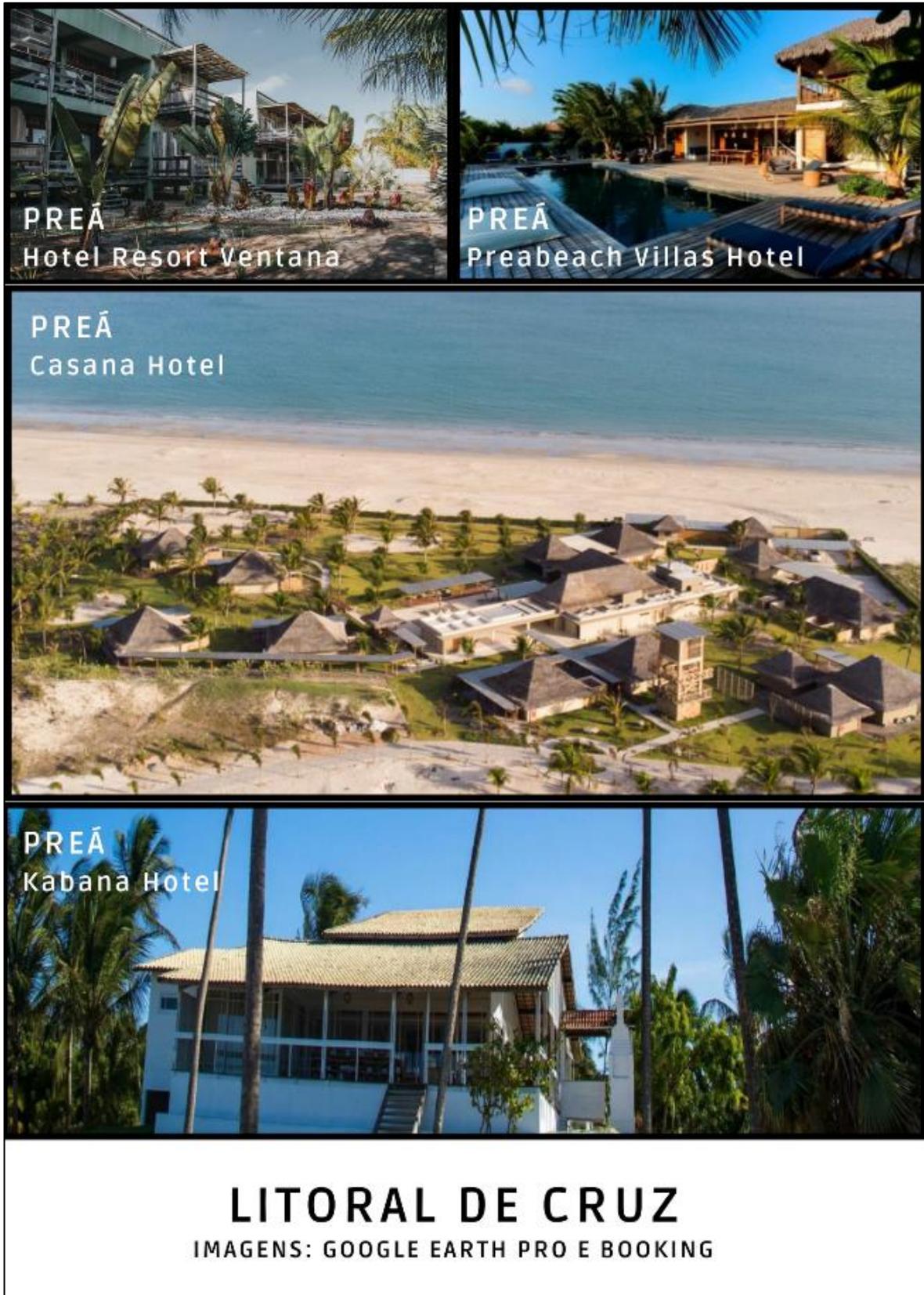


Figura 18 - Segundas residências e imobiliário turístico em Trairi.



Fonte: Imagens do Google Earth Pro e do site de hospedagens Booking.

Figura 19 - Segundas residências e imobiliário turístico em Cruz.



Fonte: Imagens do Google Earth Pro e do site de hospedagens Booking.

Cabe ressaltar que há coerência ao afirmar que processo de urbanização no litoral em muito tem influência das segundas residências, e, sobretudo, hoje, com a atualização dessas formas por empreendimentos imobiliários (Pereira, 2013).

Essas diferenciam-se em virtude da atualização do padrão de ocupação e de consumo dos turistas, reverberam nos novos condomínios de praia, nos resorts, condoresorts, flats e nos bangalôs, atrelados ao lazer à beira mar, os calçadões, os parques aquáticos, as práticas de vilegiatura no mar e na praia, vias, rodovias e a descentralização dos aeroportos, que dão maior capacidade de fluxo turístico, reforçando e valorizando a lógica de ocupação paralela à praia.

Cabe destacar que o uso residencial no litoral tem duplo significado, é o lugar do lazer e da visitação, mas concomitantemente, o lugar da moradia e do uso permanente. No entanto, a modernização e as infraestruturas urbanas tendem a renovar-se em uma parcela do espaço, criando cisões de tempo e de formas. Esses objetos que contornam o mar não se explicam sozinhos, mas pela relação econômica e simbólica da sociedade com o mar (Dantas, 2020). A reproduzir áreas homogêneas particularizadas pela atividade turística (Góis, 2020).

O conteúdo da forma tem relação direta com a temporalidade de realização dos processos econômicos e sociais. Como assim definiu Santos (2014b), as técnicas são uma medida de tempo, ou seja, são datadas, o tempo atribui nova corporeidade à forma e revela como, quando e para qual finalidade foi produzida. Vergara e Vieira (2005) afirmaram que a nova ordem global requer estruturas organizacionais apropriadas para a flexibilidade e velocidade exigidas das organizações.

Tais elementos emergem na paisagem litorânea do Ceará em novas localizações, como é o caso do Hotel Resort Ventana e do Casana Hotel, na praia do Preá, e na praia do Guajirú (Trairi), com o Hotel Vila Vagalume. Paralela à praia, a metropolização realiza-se por meio da atualização das formas-conteúdo organizacionais, os empreendimentos turísticos imobiliários, ampliação das rodovias, investimentos em saneamento básico e a chegada de grupos econômicos hoteleiros nacionais e internacionais interligados com redes econômicas financeirizadas, atribuem, conjuntamente, uma nova face da urbanização turística (Figuras 24, 25 e 26).

Figura 20 - Ações e estratégias de desenvolvimento da atividade turística na praia do Preá.

VERSÃO IMPRESSA

Vila Galé perto do Preá

2018-08-31 01:30:00

31.08.2018

Segunda-feira pode haver batida de martelo no projeto da rede portuguesa Vila Galé de instalar um resort na praia do Preá, ao lado de Jericoacoara, no município de Cruz. Haverá conversa com os donos do terreno pretendido. O grupo português é a maior rede de resorts do Brasil e já abriu sua oitava unidade no País, em caráter de soft opening (experimental). O Vila Galé Touros Hotel Resort Conference & Spa - na Praia de Touros, a 80 km de Natal - tem 514 acomodações. A inauguração oficial será amanhã. O resort vai funcionar no sistema all inclusive - pelo qual os hóspedes têm acesso ao cardápio incluído na diária. O hotel opera o maior centro de convenções do estado, com capacidade para até 1.200 lugares. O investimento no hotel é de declarados R\$ 150 milhões.

Home > Negócios

XP Asset lança fundo imobiliário de olho nos "bons ventos do Preá"

Companhia pretende captar até R\$ 200 milhões para investir no Grupo Carnaúba, que está criando uma "cidade-destino" na praia cearense buscada por praticantes de kitesurf

Carlos Serrano 25/07/23 10:02

25.07.2023

São 4,2 km de frente para a praia em um total de 12 milhões de metros quadrados. Nesse idílio, localizado na praia do Preá, a Meça dos praticantes de kitesurf, no Ceará, 8 milhões de metros quadrados estão pousados entre a estrada e o aeroporto de Jericoacoara e mais 4 milhões de metros quadrados entre a estrada e a praia.

Preá: Grupo Carnaúba aporta R\$ 530 milhões para desenvolvimento turístico e imobiliário da região

14.06.2023

A praia do Preá, localizada no município de Cruz, possui nome do Ceará, recebe investimentos de R\$ 530 milhões do Grupo Carnaúba com a construção de três zonas empresariais nos setores imobiliário e turístico. Entre elas a Vila Carnaúba, de 180 milhões e inclui seis hotéis. Aventura, do grupo espanhol de hotéis residences, de 140 milhões; e o Carnaúba VIT&F, de 210 milhões. Já cinco anos o local vem atraindo empresários de todo o mundo.

2ª Edição do Desafio Sertões Kitesurf no Preá acontece neste fim de semana

21.07.2023

O desafio das 2ª edição do Desafio Sertões Kitesurf no Preá, acontece oficialmente neste fim de semana (20 e 21 de julho) na praia do Preá, no Ceará. O evento contará com a presença de mais de 100 praticantes de kitesurf de todo o mundo.

Grupo empresarial quer levantar R\$ 200 milhões para projeto imobiliário de luxo na Praia do Preá

18.08.2023

Escrito por Redação, negocios@ovpn.com.br / F11 Aug 18 07:00:09 BRF 2023.

Iniciativa do FII XP Grupo Carnaúba está de olho na transformação do local no primeiro destino turístico planejado do Brasil

CRUZ

Fonte: Jornal OPOVO (2018, 2023), Jornal Diário do Nordeste (2023), Jornal NEOFEED (2023).

Figura 21 - Ações e estratégias de desenvolvimento da atividade turística nas praias de Trairi.

Expansão do Santander no Ceará chega a Trairi, que ganha sua primeira agência

09.08. 2021

- Banco adotará protocolos sanitários necessários para preservar a saúde de seus clientes e funcionários, como será feito em seus pontos de atendimento.

São Paulo, 09 de agosto de 2021

A 41ª agência do Santander Brasil no Ceará será inaugurada oficialmente nesta sexta-feira, em Trairi. A loja, uma das oito novas previstas pelo Banco para ser aberta localizada na Avenida Padre Tomás Felis Amengal, nº 320, Centro.

"Quando você está em Trairi, é inevitável não se lembrar do seu litoral repleto de sobretudo as praias de Recheitas, Mundai e Guajiru. Converter este potencial sustentável é um grande desafio no qual o Santander entende que pode ser um parceiro essencial, observando a vocação turística da cidade e como isso constitui uma cadeia de serviços a partir de redes de hotéis, pousadas, lojas, restaurantes destaca Paulo César de Lima Alves, superintendente executivo da Rede Norte do Brasil.

Este potencial turístico faz com que Trairi seja um importante centro comercial do seu município e desenvolveu, naturalmente, um espírito empreendedor nos traierenses.

TRAIRI

Cearenses brilham e conquistam etapa do Circuito Brasileiro de Kitesurf

20.06. 2022

Artur Santos, Victor Emanuel e Maria Beatriz dos Santos conquistaram medalhas do Circuito Brasileiro no município de Trairi, no Ceará.

THE CORAL BEACH VAI INVESTIR CERCA DE R\$ 15 MILHÕES EM MELHORIA NA ESTRUTURA

25.08. 2022

Com obras autorizadas, moradores e turistas serão beneficiados com duplicação de trecho da CE-085 entre Trairi e Itapipoca

08.03. 2023

EHTL TAMBÉM É LAZER

08.03. 2023

Fonte: Superintendência de Obras Públicas - SOP (2023), Jornal Brasilturis (2022), Jornal Diário do Nordeste (2022) e Santander (2021).

Figura 22 - Ações e estratégias de desenvolvimento da atividade turística nas praias de Caucaia.

Litoral de Caucaia recebe investimento de R\$ 85 milhões em saneamento básico

A Vila do Cumbuco, no município, já está recebendo os serviços de saneamento básico. Antônio Carlos Santos

23/05 | 16h 24, 2022 | João Lovelato - Top Notícias



04.06.2022

Ordem de serviço para a execução das obras de saneamento básico, 17/05/2022 (Foto: Paulo de Caucaia/República)

O Governo do Ceará e a Prefeitura de Caucaia, a 15 km da Capital, anunciaram nesta quinta-feira, 3, a execução de obras do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) e Abastecimento de Água (SAA) no litoral do município. A medida será aplicada na praia de Cumbuco e região, beneficiando cerca de 23 mil habitantes. Ao todo, serão investidos cerca de R\$ 85,600 milhões nas obras.

CAUCAIA

Grupo Vila Galé investe R\$ 60 milhões no 2º hotel da rede em Caucaia (CE)

Empreendimento será o primeiro da linha Collection no Brasil e atende segmento de luxo

13.06.2023



Imagem aérea do Hotel Vila Galé Cumbuco

Com investimentos de **R\$ 60 milhões**, o Grupo Vila Galé lançará mais um empreendimento hoteleiro no Estado do Ceará. Localizado na Região Metropolitana de Fortaleza, em Caucaia, o hotel **Vila Galé Collection Sunset Cumbuco** vai gerar 100 empregos diretos, 500 indiretos e deve ser inaugurado no final de 2024.

Espigões de Caucaia, entregues há 10 meses, aumentam circulação na orla

Pela primeira vez após meses para a conclusão de obras, 8 espigões que antes estavam com obras, estão entregues.

17.08.2023



Praia de Espigões de Caucaia. Crédito: RSE CUBA

Dez meses após serem entregues, os três espigões da orla de Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), mostram papel central no aumento da circulação de pessoas na área. Comerciantes e frequentadores avaliam de forma positiva a implantação dos equipamentos, que visam ampliar o avanço do mar sobre a faixa de areia.

A Prefeitura de Caucaia afirma que está procurando captar recursos para a construção de outros oito espigões. A promessa é entregar, ao todo, 11 equipamentos até o fim da gestão municipal atual.

Cumbuco receberá três novos empreendimentos do Vila Galé

A rede portuguesa iniciará a construção de mais um hotel, o terceiro no Estado, e

26.08.2023



JOSÉ Bock, presidente e fundador da rede de hotéis Vila Galé e o CEO Sérgio Pedreira. Ceará Notícias

A praia do Cumbuco, localizada no município de Caucaia, receberá três novos empreendimentos da rede Vila Galé. Um deles é focado 100% no turismo o Vila Galé Sun Ser Collection Cumbuco, com investimento de **R\$ 65 milhões**. Será o terceiro hotel no Estado.

Fonte: Jornal Diário do Nordeste (2022, 2023) e Jornal 100X Brasil: Investimentos em Turismo (2023).

As referidas figuras apontam para a maior oferta de infraestruturas rodoviárias e para estratégias de grupos econômicos empresariais, os quais atuam, concomitantemente, reforçam a ocupação paralela ao mar. A paisagem natural, apropriada como produto valorizado, reflete na necessidade constante de renovação do imobiliário e um fluxo maior de turistas que ocupam o lugar turístico por temporadas.

Mas esse seria uma fração do uso, o outro se refere aos moradores, que também participam efetivamente na produção e reprodução desse espaço, conseqüentemente, reverbera em uma estrutura territorial diferenciada, enquanto que um recorte está posto para luminosidade, outra está posta para a opacidade, semelhante à perspectiva de Santos (2008).

Em virtude da incidência do processo de metropolização por intermédio da atividade turística, pode-se compreender que a dinâmica da urbanização está posta para ambas as tendências de territorialização, prolongando-se entre áreas paralelas e periféricas à praia. Se, por um lado, há a valorização da terra pelo imobiliário, por outro, aprofunda-se a necessidade por serviços de uso coletivo (creches, escolas e postos de saúde e de assistência social).

Por isso que se torna necessário contornar a discussão diante desses fatos, o reforço da fragmentação espacial na dimensão residencial, por meio do processo de metropolização e os novos rearranjos espaciais, em conjunto com a atividade turística, capaz de alterar o perfil das habitações e de integrar a metrópole a lugares cada vez mais distantes.

A metrópole tem a capacidade simultânea articular suas funções por meio das relações de curta e de longa distância, seja pela comunicação e interação virtual, e isso acontece, sobretudo, pelas infraestruturas rodoviárias. Não à toa que há uma imensa preocupação dos atores políticos e econômicos que participam da gestão metropolitana, em aumentar e em modernizar a malha rodoviária.

O simples fato da chegada de um trecho de rodovia pode significar uma transformação da infraestrutura local, locus privilegiados de mobilidade urbana, mas também para assentamentos urbanos e para informação, tendo em vista que as rodovias são uma das primeiras infraestruturas urbanas a receberem rede de sinal telefônico e de internet móvel. A rodovia aparece nesse cenário como uma ponte entre os espaços turísticos, o mar é a amenidade natural conquistada pelo turista, o que é necessário para a articulação metropolitana e para o fortalecimento dos grupos econômicos interessados, é a mobilidade por excelência. Fato esse que as políticas de desenvolvimento do turismo no Ceará lograram êxito ao descentralizar os

investimentos públicos e prolongar essa atividade tanto em direção leste, como em direção extremo oeste.

As rotas turísticas são um bom exemplo disso, a Rota do Sol Poente (no litoral oeste do Ceará), a Rota das Falésias (litoral leste) e a Rota das Emoções (litoral do Ceará e do Maranhão), tal como afirmam as propagandas das agências de turismo: “*nunca foi tão fácil viajar.*” A mobilidade e a interação entre as pessoas e entre os lugares são aspectos possíveis pela comunicação, isso fortalece a integração de áreas distantes do seio da metrópole.

A cidade litorânea, de vista para o mar, adquire importância no cenário econômico, consequência das políticas de ordenamento territorial que privilegiam as bordas do continente. A praia é uma limitação natural, mas é o ponto de partida para o aumento das áreas urbanas e para o desenvolvimento econômico.

Um aspecto interessante de ser evidenciado é que a limitação terrestre (o mar) induz processo de ocupação urbana linear, a lógica paralela é capaz de integrar diferentes municípios, como é o caso das áreas litorâneas de Caucaia, Fortaleza e Aquiraz, mas também integrando as praias de Flecheiras, Guajirú, Jijoca de Jericoacoara e a praia do Preá.

3.4 Tecido urbano e o uso residencial: a dinâmica da urbanização e da fragmentação socioespacial

Esse atual momento da urbanização, que corresponde ao processo de metropolização (Lencioni, 2020) e de urbanização extensiva (Monte-Mór, 2008) tem relação com a proposta elaborada por Lefebvre (2008), sobre a zona crítica que atua sobre o tecido urbano. As estruturas metropolitanas representam a massificação desse processo. A gestão e administração exercem papel fundamental na racionalidade da política econômica ao formar áreas de influência de curta e longa distância.

Esse movimento orientado pelas práticas socioespaciais, tem como referência a praia como ambiente de lazer e moradia. Nesse sentido, a fragmentação assume forma-conteúdo. Metropolização e fragmentação estão correlacionadas, sendo a metropolização como uma indução para a formação dos fragmentos. A fragmentação constituída como uma condição para a reprodução do processo de metropolização.

Para Santos (2014b), o espaço geográfico se caracteriza como um conjunto indissociável de sistema de objetos e de sistema de ações, são dois campos que dialogam, sendo

assim, o espaço geográfico é capaz de interligar a forma-conteúdo das fragmentações, as quais objetivam homogeneizar o espaço. Com efeito, ao tratar sobre a fragmentação socioespacial, não devemos considerar o fragmento como algo independente.

Na verdade, há dois movimentos, a fragmentação que é resultante da reestruturação metropolitana e a coesão desse conteúdo metropolitano que incide no lugar. A maior quantidade de domicílios de uso ocasional e permanente reverbera maior dinâmica da urbanização, acentuando ambas as formas de ocupação e de organização no território. A acentuada valorização econômica das áreas paralelas à praia é indicativa de tal característica.

A comunicação em escala local e global impõe novos rearranjos espaciais e territoriais. O litoral se consolida na atualidade em função de lazer e do turismo, antes restrito à atividade portuária. Essa nova função tem como cerne o processo de urbanização turística. Tal assertiva é corroborada nos destinos turísticos de Caucaia, Trairi e Cruz, entre 2005 e 2019 (Quadro 7).

Quadro 7 - Comparação de áreas urbanas entre 2005 e 2019, em Caucaia, Trairi e Cruz.

MUNICÍPIO	km ² - (2005)	km ² - (2019)	VAR - km ²	RM	km ² - litoral (2005)	km ² - litoral (2019)	VAR - km ²
CAUCAIA	59,36	74,59	15,23	SIM	14,99	15,86	0,87
TRAIRI	3,24	14,72	11,48	SIM	0,88	2,84	1,96
CRUZ	1,49	8,96	7,47	NÃO	0	3,66	3,66

Fonte: IBGE - Áreas Urbanizadas do Brasil - IBGE (2005 e 2019).

As diferentes intensidades do processo de urbanização no litoral é um elemento comparativo que aponta para os diferentes momentos de inserção dos municípios na lógica litorâneo-marítima. Mediante a isso, em relação aos três municípios analisados, Cruz destaca-se com a maior variação de áreas urbanas (km²) entre 2005 e 2019. Em Caucaia, esse número é menor, tendo em vista a inserção na rota da vilegiatura marítima e do turismo nas décadas de 1960 e 1970.

Tal aspecto refere-se à intensificação da disseminação do urbano no espaço. Adaptando esse entendimento ao nosso caso, uma urbanização fragmentada e especializada pelo uso ocasional no litoral. Rego e Meneguetti (2011) clarificam sobre o tecido urbano e a tessitura nas cidades, significa a inter-relação de elementos, por exemplo, as edificações, o sistema viário e o padrão de parcelamento do solo. Em Caucaia, é possível afirmar que existe uma densidade desses elementos no litoral correspondente ao uso permanente e ocasional.

Partindo disso, temos um primeiro movimento da urbanização turística, de lógica paralela ao mar associada uso residencial ocasional, principalmente mansões e condomínios

horizontais de veraneio. Ao final do século XX, esse tipo residencial estava para além de Fortaleza, precisamente em Caucaia, Aquiraz e São Gonçalo do Amarante (Araújo, Pereira e Paula, 2010).

Na atualidade, o uso ocasional está para a totalidade dos municípios do litoral cearense, característica indutora da urbanização. Nesse sentido, a maior intensidade uso ocasional tem um fato locacional importante, pois foram nos espaços litorâneos próximos à Fortaleza onde a vilegiatura marítima fragmentou-se inicialmente.

Dado ao cenário exposto, a disseminação das segundas residências e da maritimidade acompanha os projetos de desenvolvimento do turismo, a política de investimentos de caráter descentralizado acentuou a fragmentação socioespacial, se antes as amarras da ocupação desse litoral eram baseadas no uso residencial permanente, na figura tradicional do pescador, novas formas repercutem, ao passo que o imaginário social da praia como lugar de moradia temporária para os turistas ganha evidência com o *marketing* político. A praia do Cumbuco (Caucaia) é um exemplo (Figura 27).

Figura 23 - Comparativo de imagens entre 1988 e 2023 da Vila de Pescadores do Cumbuco.



Fonte: À esquerda, Colônia de Pescadores do Cumbuco Z-7; citada por Cavalcante (2012). À direita, vista aérea da vila (Google Earth Pro, Data: 6.2023).

Concernente a Santos (2014), a sociedade age sobre o espaço e não sobre os objetos físicos. O espaço é síntese de um momento, ao passo que essa atribui um novo valor social realiza-se em formas a partir da atribuição de funções, que podem ou não incidir em novas formas, assim como reaproveitar as formas pré-existentes.

No caso explicitado, há o reforço da função turística para a totalidade do litoral cearense, a partir da imagem positiva do semiárido, que produz e reproduz formas residenciais. Constitui-se a partir do elo do turista com o lugar marcando espacialidades como Trairi e Cruz.

O processo de metropolização consiste em uma mudança analítica do espaço, impondo novas funções e/ou renovando a existente. Nesse termo, a função residencial ocasional é reforçada no perímetro litorâneo, integrando os lugares a partir dos lazeres e do turismo. Tanto os lugares turísticos mais próximos como os mais distantes em relação à metrópole. É possível falar em uma reestruturação do espaço urbano da metrópole (Rolnik e Frúgoli Junior, 2001; Soares, 2006). Essa estrutura possui maior capacidade de difundir funções, dispersando fixos e fluxos metropolitanos. Fato que permite extrapolar a escala para nível regional.

De forma simultânea, a sociedade induz um processo de valorização social do mar, e de outro, as formas turísticas materializadas, as quais impactam na produção do espaço urbano litorâneo, cada vez mais marcado pelas demandas de lazer e turismo. Lefebvre (2008) indica que o espaço é homogêneo, fragmentado e hierarquizado.

Nesse sentido, é importante indicar dois sentidos: primeiro, a metrópole é, por essência, fragmentada, e segundo, estamos nos referindo à metrópole difusa. Nesse sentido, a expansão do tecido urbano dessa metrópole marítima é orientada pelo processo de metropolização no perímetro litorâneo, e, como principal desdobramento, as segundas residências.

A ideia de Santos (2023) é da fragmentação socioespacial como um recurso analítico capaz de evidenciar a realidade, consoante ao exposto por Sposito e Sposito (2020), que indicam a lógica fragmentária e seus desdobramentos por meio da indução da metrópole, e como expostos, essa difusão é social e politicamente construída. Utilizamos essa ideia para elucidar a reestruturação do espaço e a especificidade da tessitura urbana.

A fragmentação socioespacial não se sobrepõe à produção do espaço urbano litorâneo, mas específica e condiciona os movimentos da urbanização. Ideias semelhantes são colocadas por Legroux (2021) e Barata-Salgueiro (1997). Um instrumento analítico, considerando que estamos nos referindo a um litoral em processo de urbanização, onde a dinâmica econômica verticaliza-se sobre o território. A atividade turística não se apresenta de forma homogênea em todo litoral, mas em determinados setores.

É muito comum correlacionar a fragmentação somente à pobreza ou desigualdade social, é também isso. Porém, a análise tende a ser superficial, pois desconsidera um outro papel que exerce essa fragmentação, quanto à alocação de serviços públicos e de empresas privadas que se utilizam das infraestruturas urbanas herdadas e/ou criadas, mas sem se desligar a

administração da estrutura principal. A prestação ou a utilização desses serviços nem sempre se refere aos grupos mais pobres da sociedade, mas também, e, sobretudo, à classe média.

A perspectiva que abordamos tem semelhança com Botelho (2005), onde o autor coloca a produção imobiliária e o mercado financeiro como responsáveis pelo aprofundamento da fragmentação socioespacial da cidade de São Paulo. Mesmo que a distância geográfica entre os mais ricos e os mais pobres seja pequena, o aprofundamento se dá pela discrepância de renda, da qualidade de vida e da infraestrutura dos domicílios.

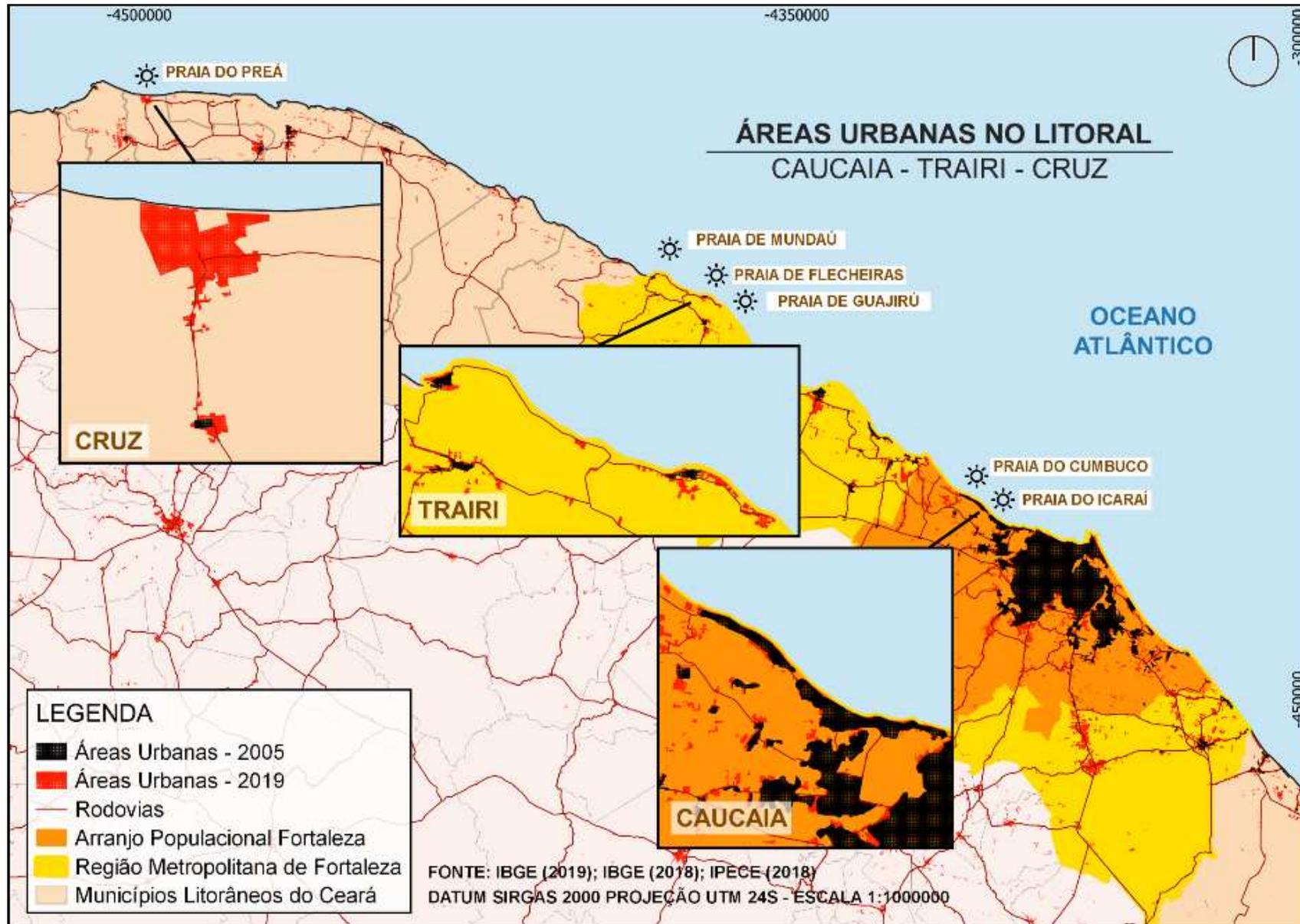
A metrópole é um estado constante de produção e de reprodução dessa desigualdade, em virtude da expansão de uma raridade espacial para novos eixos e sentidos. A lógica do centro das classes abastadas e da periferia pobre é alterada, não explicando, no contexto da metropolização, os novos fluxos. Tais elementos novos e velhos são absorvidos e transformados no/pelo tecido urbano, como uma estrutura porosa.

Quando um tecido de algodão é fortemente tencionado somos capazes de perceber sua resistência, a quantidade imensa de fios entrelaçados e os espaços vazios entre os fios esticados, isso só é possível quando o observador está próximo. Quando esse tecido é observado a alguns metros de distância, ele é observado pelo conjunto como uma unidade (uma letra, um símbolo, uma estampa), um tecido íntegro/liso.

Quando mencionada a fragmentação do espaço metropolitano, é um esforço de análise, é a tensão que se exerce para compreender a metrópole difusa. Porque é nessa tensão que encontramos as contradições da forma de reprodução da atividade capitalista manifestada no cotidiano dos habitantes, é nessa perspectiva que se encontra os problemas urbanos. As contradições, ao mesmo tempo em que são produtos perversos, são condições de reprodução da própria metrópole.

Assim, buscaremos evidenciar as transformações no tecido urbano, a partir do início deste século, e para isso, utilizaremos dados espaciais sobre áreas urbanas obtidas pelo IBGE (2005 e 2019), em conjunto com uma composição de imagens de satélite do Google Earth, que permitam indicar as atuais formas e as transformações no espaço-tempo mencionadas nos municípios selecionados, a Figura 28 apresenta isso. A utilização desses instrumentos busca evidenciar, em primeiro lugar, como a fragmentação socioespacial, orientada pelo conteúdo residencial, se apresenta e é absorvido pelo tecido urbano litorâneo, e em segundo lugar, como essa estrutura é dinamizada pelos conteúdos (processos), por isso, constitui-se como uma primeira evidência em relação à ocupação residencial no litoral.

Figura 24 - Áreas urbanas no litoral de Caucaia, Trairi e Cruz entre no período de 2005 a 2019.



Fonte: IBGE - Áreas Urbanizadas do Brasil - IBGE (2005 e 2019) e elaborado pelo autor.

Como exposto, observa-se uma expansão desse tecido para áreas próximas à praia e para áreas em direção ao interior do continente. Dantas (2010) pontua duas formas de dominação do litoral, uma lógica perpendicular e outra paralela à praia. A primeira refere-se às formas diretamente interligadas à maritimidade, às infraestruturas rodoviárias e o imobiliário urbano, enquanto o aeroporto, ao interior da capital, refere-se à antiga lógica de dominação interiorana.

Dada essa ideia, adaptamos essa dinâmica marítima-sertaneja para esta discussão, na perspectiva da ocupação, e assim, apresenta-se uma lógica de ocupação paralela à praia e uma lógica de ocupação periférica à praia, pois, com o apoio da figura apresentada anteriormente (Figura 28), ilustramos que a lógica de ocupação, além de prolongar-se paralelamente ao mar, está a avançar para o interior do continente. Fato esse que buscaremos dar maior clareza, por meio da identificação de áreas urbanas no litoral (2005 e 2019) e de imagens de satélite do *Google Earth Pro* (2023), nesse primeiro momento, a preocupação é apresentar ambas lógicas de ocupação no território.

Posteriormente, em conjunto com a identificação de usos, de alguns conflitos nessas localidades e a renda dos habitantes tornam-se variáveis essenciais concernentes ao conteúdo das lógicas de ocupação. Além disso, utilizamos como base o documento “Mapeamento Social e Diagnóstico Participativo” referente à atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira do Ceará, o qual indica a existência de comunidades rurais e pesqueiras paralelas às praias.

3.4.1 A lógica de ocupação paralela à praia

Esse movimento foi detectado com maior clareza em Fortaleza com o processo de urbanização em direção à praia, a partir da década de 1940, e com a construção das primeiras residências de uso secundário, antes disso (século XVIII, XIX e início do século XX) essa lógica de ocupação era predominantemente de comunidades pesqueiras. No entanto, dada as exposições e evidenciadas transformações, esse conteúdo foi socialmente transformado.

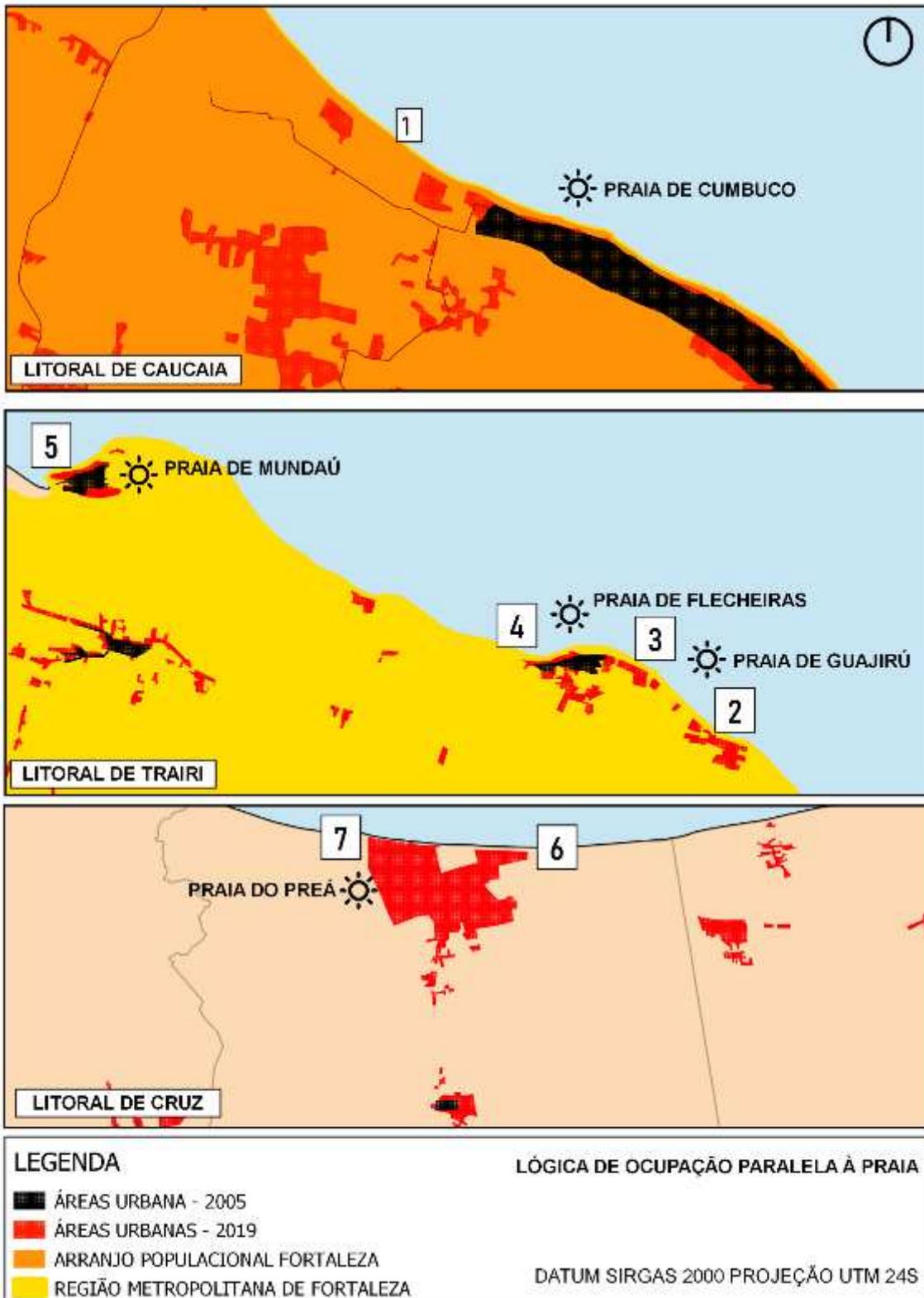
O conteúdo simbólico positivo do semiárido litorâneo e a apropriação deste pelo mercado imobiliário, reverberou em um processo socioespacial acentuado, sobretudo pela classe média. Contudo, em determinados bairros litorâneos de Fortaleza, as habitações de uso

permanente associados à pobreza resistiram, como é o caso do Mucuripe, Cais do Porto e o Pirambu.

Pereira (2013), ao esclarecer sobre a modernização do litoral cearense, deste o início do século XXI, indica que a reprodução das estações balneárias está diretamente associada às empresas imobiliário-turístico, resultado dos investimentos públicos e do marketing político, mas tal aspecto apresenta-se com intensidades diferenciadas para o litoral. Dessa forma, ambas as formas de uso residencial coabitam.

Desse modo, temos uma alteração significativa de escala, que antes se restringia à Fortaleza, mas que, nas décadas de 1980 e 1990, ganha força, principalmente, em Caucaia e Aquiraz, e atualmente, em virtude da consolidação da imagem turística, da maior incorporação imobiliária no litoral e do maior fluxo de turistas, para outras localidades litorâneas. As Figuras 25, 26 e 27 demonstram isso.

Figura 25 - Lógica ocupação paralela à praia no litoral e áreas urbanas.



Fonte: IBGE (2005 e 2019) e sistematizado pelo autor.

Figura 26 - Lógica de ocupação paralela à praia em Caucaia e Trairi.



Fonte: Imagens do Google Earth Pro e sistematizadas pelo autor.

Figura 27 - Lógica de ocupação paralela à praia em Trairi e Cruz.



OBSERVAÇÃO

* ÁREAS IDENTIFICADAS/INTERPRETADAS A PARTIR DO ZEEC

Nessas figuras, foram apresentadas duas principais características das ocupações paralelas: (a) caso específico em Caucaia, com predomínio expressivo de condomínios, loteamentos nas áreas próximas ao mar. Tal característica, também presente em Trairi e Cruz, é responsável pela expansão do tecido urbano, sob a óptica fragmentaria homogênea e (b) o habitar próximo ao mar, fato peculiar ainda presente em Caucaia com a comunidade pesqueira no Cumbuco, e com maior expressividade no litoral de Trairi e de Cruz. Além disso, tal forma de tradicional perpassada para a urbanidade é contida por inúmeros quarteirões adjacentes associados à tipologia ocasional, ora residências unifamiliares ora empreendimentos turísticos imobiliários.

3.4.2 A lógica de ocupação periférica à praia

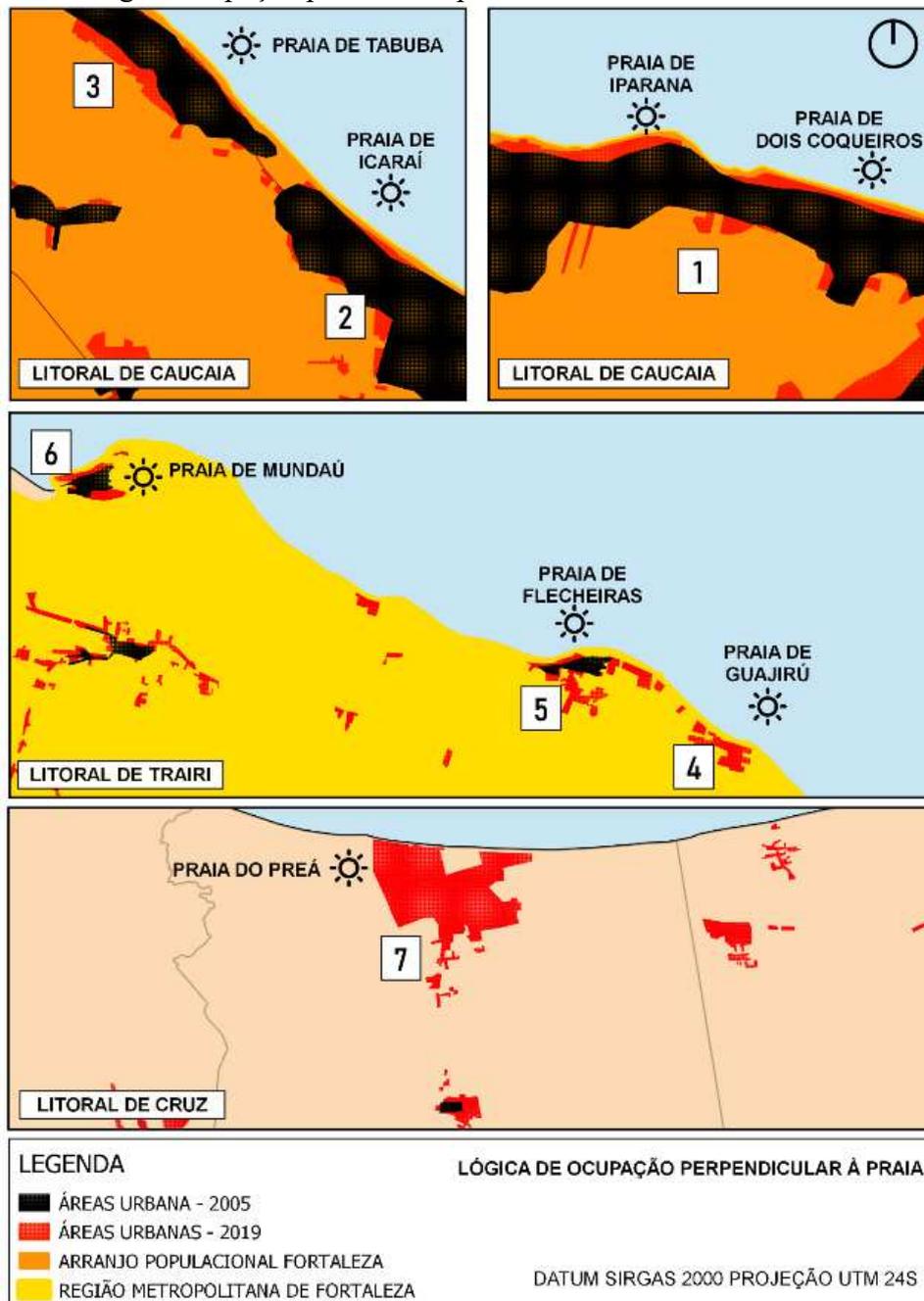
Em Fortaleza, Silva (1992) identificou, desde 1930, um conjunto de favelas no litoral, ou próximas, como o Mucuripe (1933), Lagamar (1933) e o Morro do Ouro, próximo à Jacarecanga (1930). Consoante ao que Araújo e Costa (2016) apontam que, em 1945, os bairros mais pobres de Fortaleza eram o Pirambu e o Moura Brasil, esses estavam localizados, à época, em terrenos de marinha e hoje, de acordo com a classificação do IBGE, são aglomeradas subnormais, esse aspecto perpetuou-se para o litoral oeste.

Cavalcante (2012) é enfático ao apontar a modernização seletiva do litoral a partir da vila de pescadores do Cumbuco e dos impactos do turismo, sobretudo das segundas residências, tais transformações descaracterizaram as atividades tradicionais dos moradores, que envolvia a pesca e o cultivo de frutas. Acentuada pela chegada de agentes imobiliários, na década de 1970, os quais regularam os tamanhos das residências, para os moradores que não conseguiam adequar-se às normas, era aplicada uma multa em que, em virtude disso, muitos desses abdicavam da propriedade.

É possível interpretar a amplitude desse processo por meio do estudo elaborado por Paz (2020), que enfatiza a formação de aglomerações de moradores, resultante da expulsão do Cumbuco, em comunidades como Parazinho, ao interior do continente. É em virtude disso, que, em relação às Figuras 4, 5 e 6 (seção 2.1), os setores censitários mais distantes em relação à praia são as que mais possuem número de domicílios particulares de uso permanente e isso não se reflete somente em Caucaia, mas em Trairi e Cruz.

Há um movimento conjugado entre maior número de domicílios de uso ocasional paralelos à praia e maior número de domicílios de uso permanente periféricos à praia, mas, em determinados setores, a coabitação é mais clarividente, como na Praia do Preá (em Cruz), na Praia de Flecheiras e Guajirú, em Trairi, assim como na Praia da Tabuba, do Icaraí e da Iparana em Caucaia, as Figuras 32, 33 e 34 ilustram tal fato.

Figura 28 - Lógica ocupação periférica à praia no litoral e áreas urbanas.

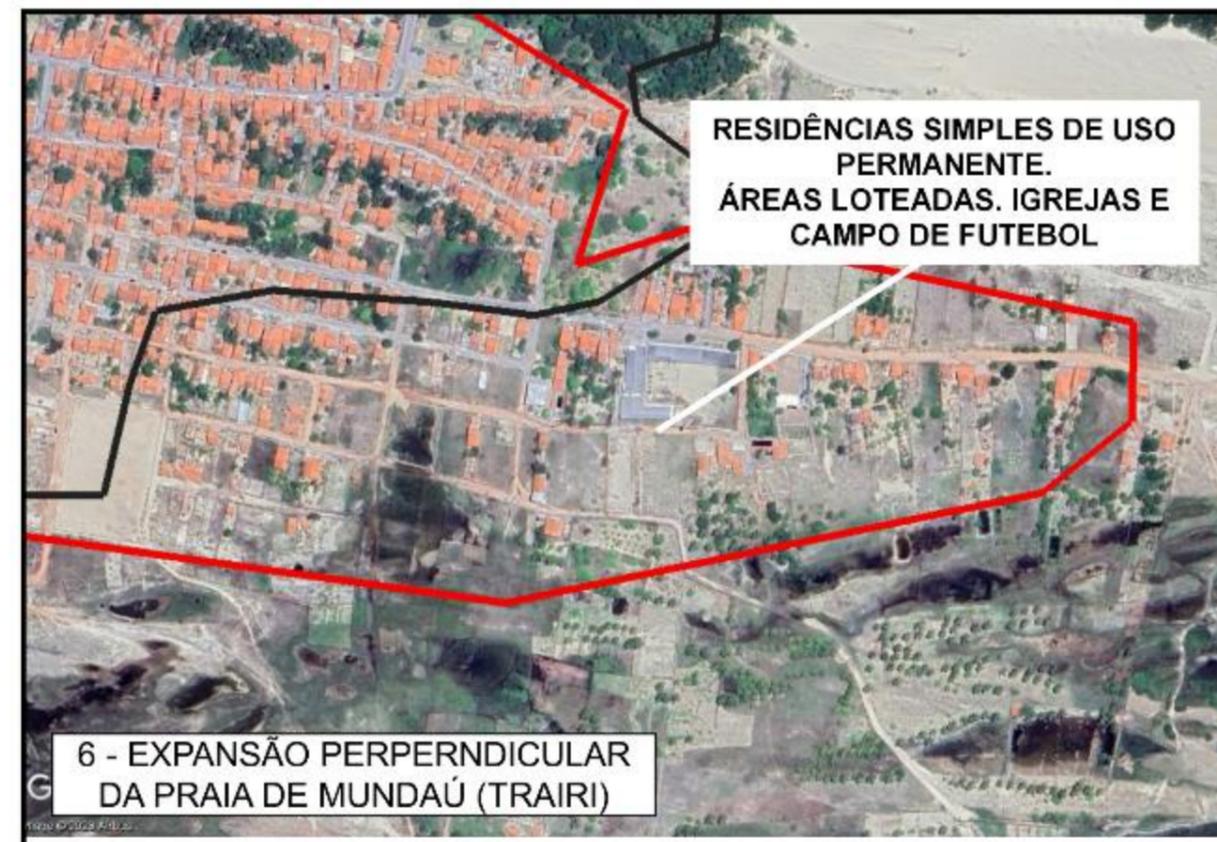


Fonte: IBGE 2005 e 2019. Sistematizado pelo autor.

Figura 29 - Lógica de ocupação periférica à praia.



Figura 30 - Lógica de ocupação periférica à praia.



OBSERVAÇÃO

* ÁREAS IDENTIFICADAS/INTERPRETADAS A PARTIR DO ZEEC

Considerando as áreas paralelas, existe complementariedade nos usos do território, os quais também transferem para as áreas periféricas à praia, novas formas-conteúdo. Sob essa perspectiva de ocupação, duas análises podem ser consideradas: (a) ao passo que as áreas paralelas à praia de Caucaia são densamente ocupadas pelo uso ocasional, as áreas periféricas são dotadas de maior expressividade das habitações permanentes, fato que traduz a existência de comunidades urbanas em bairros de consolidação do imobiliário ocasional, Icaraí e Cumbuco; (b) Em Trairi e Cruz, a intensidade considerável do imobiliário alterou, em partes, a composição socioespacial litorânea, apesar da presença de setores com domicílios permanentes paralelos à praia, os novos sentidos da apropriação urbana conduzem a análise para duas tendências de apropriação territorial. A expansão paralela às zonas de praia pelo imobiliário ocasional, enquanto que a expansão periférica à praia é conduzida por setores populares remanescentes de comunidades pesqueiras.

4 O LITORAL EM RECORTES TERRITORAIS

Para se aproximar ao recorte socioespacial litorâneo, utilizamos a ideia do território usado, que transpassa a ideia do território como forma, enrijecido pela ação e normas do Estado. Tal perspectiva conduz à leitura dialética e dinâmica do território, intermediado por objetos e ações, sinônimo de espaço habitado. Onde é evidenciada a prática espacial no cotidiano (Santos, 2002; Santos 2014; Silveira, 2011; Silveira, 2012; Ferrão, 2010; Pereira, 2024).

A considerar as duas perspectivas de ocupação, na porção paralela, a perspectiva do uso ocasional é diretamente proporcional ao desenvolvimento da economia do setor turístico, sobrepõe-se ao uso permanente. Essa parcela do território é frequentemente acionada pela metropolização turística. A gestão e administração metropolitana são responsáveis, em partes, pela maior quantidade de informação e, conseqüentemente, integração. As políticas setoriais destinadas para os municípios litorâneos a fim de incrementar a atividade turística são exemplares.

Conduzido, em muitas das vezes, por ações estranhas e contraditórias de agentes externos, o uso do território emerge como uma possibilidade de análise e de contraponto. É a resposta dada pela ação verticalizada dos grupos econômicos e das organizações públicas, refere-se à possibilidade de análise, mas também de um retorno às discussões que interligam a horizontalidade das relações sociais (Santos, 2014a).

Por isso, torna-se o encontro das ações verticais do planejamento e da planificação econômica com a horizontalidade presentes no cotidiano dos habitantes. Do novo ao velho, do antigo ao contemporâneo, cenário complexo que reflete em maiores disputas por território. Ao identificar as características do tempo presente, torna-se aliado para pressupostos de tempos futuros. Neste trabalho, além das formas construídas e da configuração territorial, o conteúdo é evidenciado pelos processos e práticas socioespaciais. A depender da renda dos moradores, a justaposição entre os usos é evidenciada.

Nesse recorte proposto, a referência territorial tem como base os indicativos de ocupação paralela e periférica ao mar. A ação fragmentada sob a luz do uso residencial, a qual indica a valorização da renda da terra urbana, diferencia-se a depender da distância espacial da metrópole e da inserção quantitativa dos domicílios ocasionais.

Assim, os casos diversificam-se, inclusive alterando áreas de uso ocasional para uso permanente de classe média, em contrapartida, a existência de populações inseridas precariamente no contexto da urbanização. Características essas que, analiticamente, são expostas por uma dualidade, os moradores do lado de lá (paralelos à praia) e os moradores do lado de cá (periféricos à praia).

4.1 Os moradores do lado de lá

A mudança de perfil dos moradores litorâneos também ocorreu especificamente em Fortaleza e prolongou-se para as demais localidades litorâneas, assim como foi lócus inicial de realização da atividade turística, das residências de uso ocasional, da difusão da maritimidade, da vilegiatura marítima e da valorização econômica do solo urbano litorâneo. Além de polarizar com as áreas do sertão, essa cidade foi a primeira, no cenário cearense, a transformar seu litoral em lugar de moradia permanente.

Na Praia de Iracema, por exemplo, no final do século XIX, as moradias dos mais pobres eram as choupanas (casas de palha), como descreve Andrade (2012) e Tavares (2012). A construção de segundas residências inicia-se no começo do século XX (1920, 1930 e 1940) consoante à Costa (2007) e Tavares (2022), assim como os clubes de veraneio, no mesmo período, dão maior notoriedade às atividades de lazer e turismo.

Costa (2007) aponta que, em 1930, já era possível visualizar uma cidade desigual, com uma segregação residencial no leste associada à renda. Nas décadas seguintes, 1940 e

1950, setores da praia de Iracema foram erodidos devido à barragem de sedimentos ocasionada pela construção do Porto do Mucuripe. Na década de 1960, há uma reocupação intensa nessa área.

Em paralelo, às medidas dos governos municipais e estaduais para estagnar a erosão das praias, durante a gestão do prefeito Cordeiro Neto, foi construído um trecho da avenida Beira Mar, que resultou na expulsão da população pobre que ainda residia nessa referida praia. Esse setor de Fortaleza conhece um processo acelerado de urbanização e de verticalização.

A partir dessa década (1960), a construção de edifícios residenciais de uso permanente se entrelaçava com o uso ocasional e com os estabelecimentos de hospedagem. Tavares (2022) cita alguns desses, o Palácio Atlântico (1965), Jaqueline (1968), o Arpoador (1970-1972), e em 1978, a construção do Hotel Esplanada.

Ao final do século XIX e início do século XX, a população de pescadores e de imigrantes da seca coexistiam nesse litoral. A projeção econômica e social da praia, principalmente, da Beira Mar, do Meireles e do Mucuripe, ocasionou em maior especulação fundiária, o que atraiu a classe mais abastada da cidade para esses bairros litorâneos, antes localizada nos bairros do Centro e Jacarecanga (Dantas, 2010).

Consoante ao autor, além da Praia de Iracema, o bairro do Meireles também desponta como lugar de moradia próxima ao litoral. Em virtude da expansão da cidade de Fortaleza, outras centralidades surgem, a dividir a dependência com o Centro do comércio que se tornara popular, a Aldeota emerge como uma centralidade comercial e administrativa, nas décadas de 1940 e 1950, o que explica a relevância do bairro Meireles, entre uma centralidade associada aos serviços e à administração pública e, do outro lado, o lazer à beira mar.

Na década de 1970, Dantas (2010) enfatiza: “As praias de Iracema e do Meireles, ocupadas anteriormente por classes abastadas, como lugar de veraneio e de lazer, transformam-se em lugar de habitação e de lazer”. Da mesma forma que foi possível a coexistência entre os imigrantes do sertão e os pescadores, agora, há outro perfil residencial presente no litoral de Fortaleza, das residências de uso ocasional e do uso permanente pela classe média.

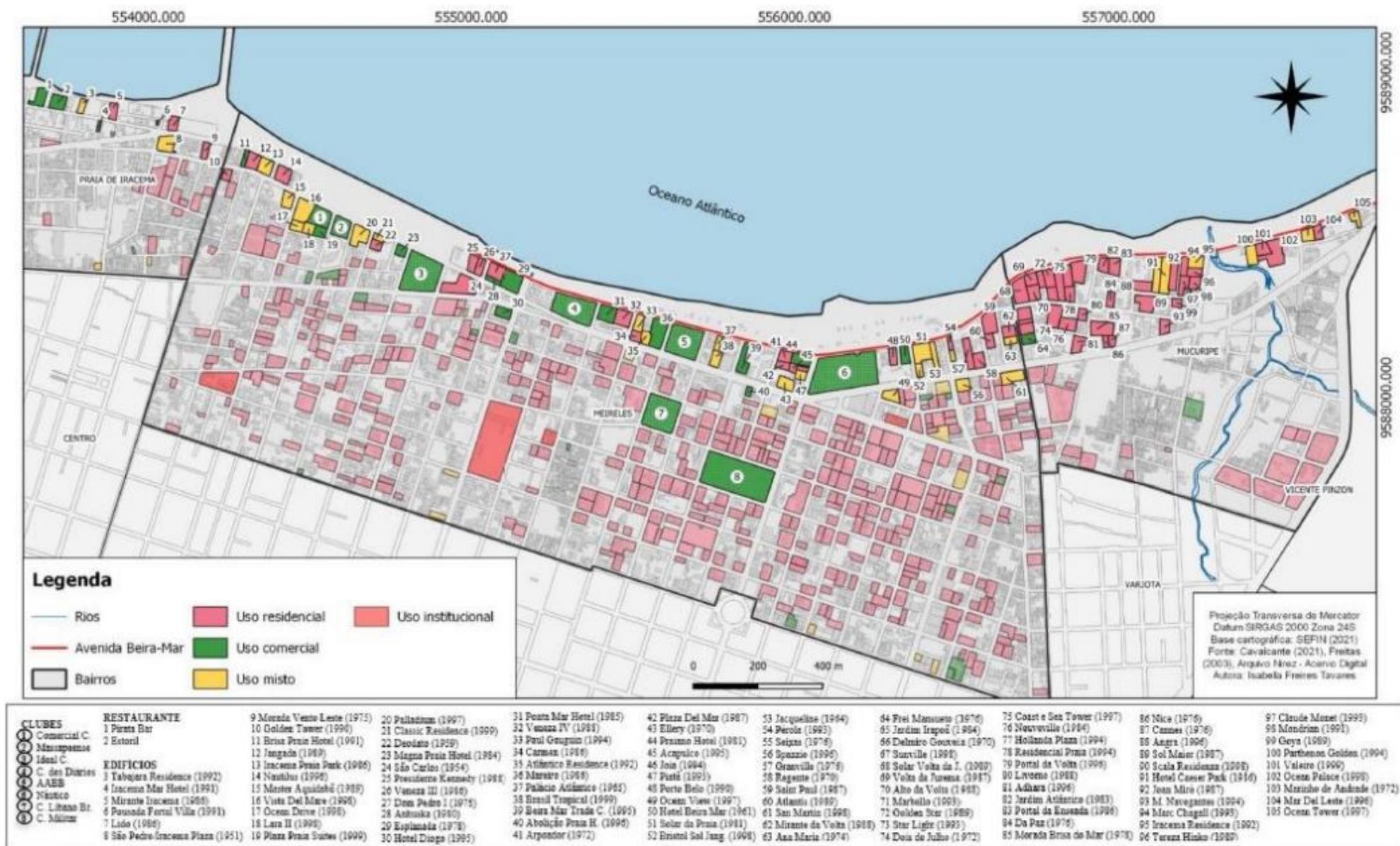
Enquanto isso, é acentuada a expulsão dos mais pobres pelos conjuntos habitacionais distantes do Centro (para o Conjunto Palmeiras, ao sul de Fortaleza, e para o Marechal Rondon, em Caucaia) e pelas infraestruturas urbanas que reorientam os novos sentidos da cidade, em direção oeste, leste e sul, com a avenida Perimetral, Washington Soares e a Avenida Leste Oeste, nas décadas de 1970 e 1980.

Dantas (2020) ainda pontua o conflito de usos no litoral consoante a todas as transformações indicadas, entre usos antigos (dos mais pobres, pescadores e da atividade portuária) e novos usos, com o aumento das demandas de lazer e recreação. Pós-década de 1970, o mesmo autor pontua os conflitos entre os moradores e os turistas, evidenciando o perfil dos usos residenciais – morar ocasional e o morar permanente de classe média. Os moradores questionavam o barulho e as intensas obras, consequência do processo de turistificação acelerado com a chegada de hotéis, pousadas e de estabelecimentos comerciais.

No final da década de 1980, o Banco Nacional da Habitação foi extinto, no entanto, esse foi responsável por atenuar as questões habitacionais dessa cidade, com a construção de conjuntos habitacionais para áreas carentes de infraestruturas urbanas. As décadas finais deste século foram marcadas por um conjunto de obras orientadas pelo planejamento urbano e regional que visavam transformar Fortaleza em uma cidade atraente para investidores estrangeiros e turistas, em vias de torna-se uma metrópole nordestina robusta. As políticas de desenvolvimento do turismo (décadas de 1980, 1990 e 2000) foram responsáveis pela divulgação desta cidade para o estrangeiro.

Paralelamente, ocorreu o reescalonamento das atividades comerciais e turísticas em Fortaleza, a verticalização acentuada estava associada à maior dinâmica do mercado imobiliário e da construção civil, consequentemente, maior poder aquisitivo da classe média. A Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), de 1990 e de 1996, consolida a verticalização da orla associada ao uso ocasional e permanente, sendo que o último se sobrepõe ao primeiro, como afirma Tavares (2022). Isso pode ser visualizado na Figura 35 com edifícios residenciais e mistos em 1996, e confirmado na Tabela 8, o qual aponta a renda dos habitantes desse bairro para o ano de 2010.

Figura 31 - Caracterização do uso e ocupação da orla após o Plano Direito e a Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1996.



Fonte: Tavares (2022).

Quadro 8 -Relação entre o uso ocasional e permanente nas praias de Mucuripe, Meireles e Praia de Iracema em 2010.

Relação do uso residencial ocasional e permanente (2010)				
Bairro	Ano x Espécie			
	2010			
	Total	Particular Ocupado	Particular - Uso ocasional	Relação Ocasional x Total de Domicílios (%)
Meireles - Fortaleza	16813	12691	2049	12,19
Mucuripe - Fortaleza	5577	4454	658	11,80
Praia de Iracema - Fortaleza	1790	1090	187	10,45
Bairro	Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita (%)			
	Total	Até 1/4 de salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo
Meireles - Fortaleza (CE)	100	0,87	3,09	6,29
Mucuripe - Fortaleza (CE)	100	4,17	9,97	18,76
Praia de Iracema - Fortaleza (CE)	100	1,8	8,84	18,22
Bairro	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos
Meireles - Fortaleza (CE)	10,03	8,95	18,54	48,91
Mucuripe - Fortaleza (CE)	15,15	8	11,79	30,4
Praia de Iracema - Fortaleza (CE)	21,33	11,08	16,13	20,79

Fonte: Censo demográfico 2010 e sistematizado pelo autor.

No Meireles, aproximadamente, 50% dos habitantes possuem renda maior que 5 salários mínimos, de forma semelhante ao Mucuripe e Praia de Iracema. A renda *per capita* é a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio dividida pelo número de seus moradores, essa auxilia na compreensão sobre a capacidade de adquirir bens e de utilizar serviços pela família.

No entanto, os dados do censo demográfico de 2000 se referem à renda *per capita* sinteticamente, por setor censitário e não por domicílio. Contudo, apontando para as consequências da valorização das áreas litorâneas, o censo demográfico de 2010 confirma a

tendência de incorporação do litoral de Fortaleza para moradia permanente pelas classes mais abastadas.

Entre 1980 e 1990, o lazer à beira mar e as atividades de vilegiatura marítima prolongam-se para áreas adjacentes do município de Fortaleza (Cunha, 2017; Pereira, 2006). Com exceção para Caucaia, onde tais práticas socioespaciais são datadas a partir da década de 1960. Em Aquiraz, o parque aquático Beach Park é construído em 1989, a CE-025 interligou a avenida Washington Soares com Porto das Dunas, além dessa, Prainha, Iguape e a praia do Presídio foram localidades onde o uso ocasional teve repercussão (Pereira, 2006).

Em Caucaia, com semelhante intensidade, a construção de mansões e dos condomínios horizontais para o uso ocasional. Como em Fortaleza, o fato aponta para a coexistência de residências de pescadores e de turistas, do uso permanente e ocasional. Isso parece ser uma marca de ocupação e de contato inicial entre as atividades tradicionais e a modernidade.

Silveira (2011) pontua que a praia de Icaraí, em 1960, possuía algumas comunidades de pescadores remanescentes de sociedades indígenas, a principal evidência era a toponímia antiga da localidade, “Caraçuí”, que significa “bentas e/ou sagradas” em referência ao mar. Em 1964, é renomeada para Icaraí pelo empresário Francisco Martins de Moraes, influenciado pela praia de Icaraí em Niterói (Rio de Janeiro), onde era ocupada por residências da classe média.

Silveira (2011) cita o livro *Ceará*, de 1966, com autoria de Antônio Martins Filho e Raimundo Girão, os quais descrevem, nesse período, os passeios de praia aos domingos, as belezas naturais, e a abundância dos mariscos, era um movimento provocado por vilegiaturistas insatisfeitos com a poluição das praias de Fortaleza.

Entre 1960 e 1970, foi construído o Centro de Veraneio do Icaraí com 195 unidades de uso ocasional e os proprietários residiam em Fortaleza, criando um cenário semelhante à primeira residência. A primeira era mais próxima do posto de trabalho, dos serviços de uso coletivo e da administração pública, e a segunda representava lazer aos finais de semana, possibilitado pelas rodovias de acesso à sede do município de Caucaia para o litoral.

Anos mais tarde, na década de 1990, foi construída a ponte sob o Rio Ceará, a qual permitiu maior mobilidade entre esses municípios. Enquanto isso, em Fortaleza há o reescalonamento da atividade turística, maior verticalização dos edifícios e, além disso, é importante mencionar a mudança do perfil dos habitantes no litoral: 1: Segundas residências e

uso permanente de pescadores/pobres (décadas de 1920, 1930, 1940 e 1950) 2: Segundas residências e uso permanente de classe média (1960 - período atual).

Em Caucaia, de acordo com Silveira (2011), entre 1960 e 1970, as poucas ocupações eram de pescadores, somente em 1980 e 1990 é que a primeira associação emerge (segundas residências e pescadores). Ainda na década de 1980, há a construção do condomínio Super Quadra Klim, com 114 unidades, o Super Quadra Morada do Sol Nascente, em 1985, o Residencial Yparacáí, na década de 1990, juntamente com o Icaráí Atlantic Village e Panorama Privée, no mesmo período.

A notabilidade de Icaráí ocorreu durante a abertura econômica e política do Brasil (período de redemocratização), assim como as praias de Aquiraz. Baseado no princípio federativo, os estados e os municípios tiveram maior autonomia para planejar e gerir os recursos públicos, assim como estabelecer relações diretas com o mercado privado, há uma ativação do mercado da construção civil nesse período, como demonstrou Rufino (2012) e Tavares (2022).

Para o Cumbuco, Cavalcante (2012) constrói uma importante interpretação entre a vila de pescadores do Cumbuco e a chegada de empreendimentos para as segundas residências, por meio da construtora Placitude, responsável pela construção dos condomínios Kite Village I, Varadas do Atlântico e do Kite Village Premium. Cavalcante (2012) também pontua, que em 1978, com a chegada da Construtora Cumbuco LTDA., é elaborado um reordenamento das habitações de pescadores, que antes estavam espalhados pelo litoral.

Houve também uma tentativa de replicar aspectos arquitetônicos estrangeiros no imobiliário, como é o caso do hotel Saint Tropez des Tropiques, na década de 1980, denotando a área para o turismo internacional, outros condomínios associados ao morar ocasional surgem nessa década: Penthouse, Royal Beach e Jardim Reale. Atualmente, a atualização dessas formas repercutiu no condomínio WAI WAI Cumbuco e no Hotel Resort Vila Galé (grupo português). Porém, a vila de pescadores ainda resiste no local, com a presença de um núcleo comercial voltado ao turismo.

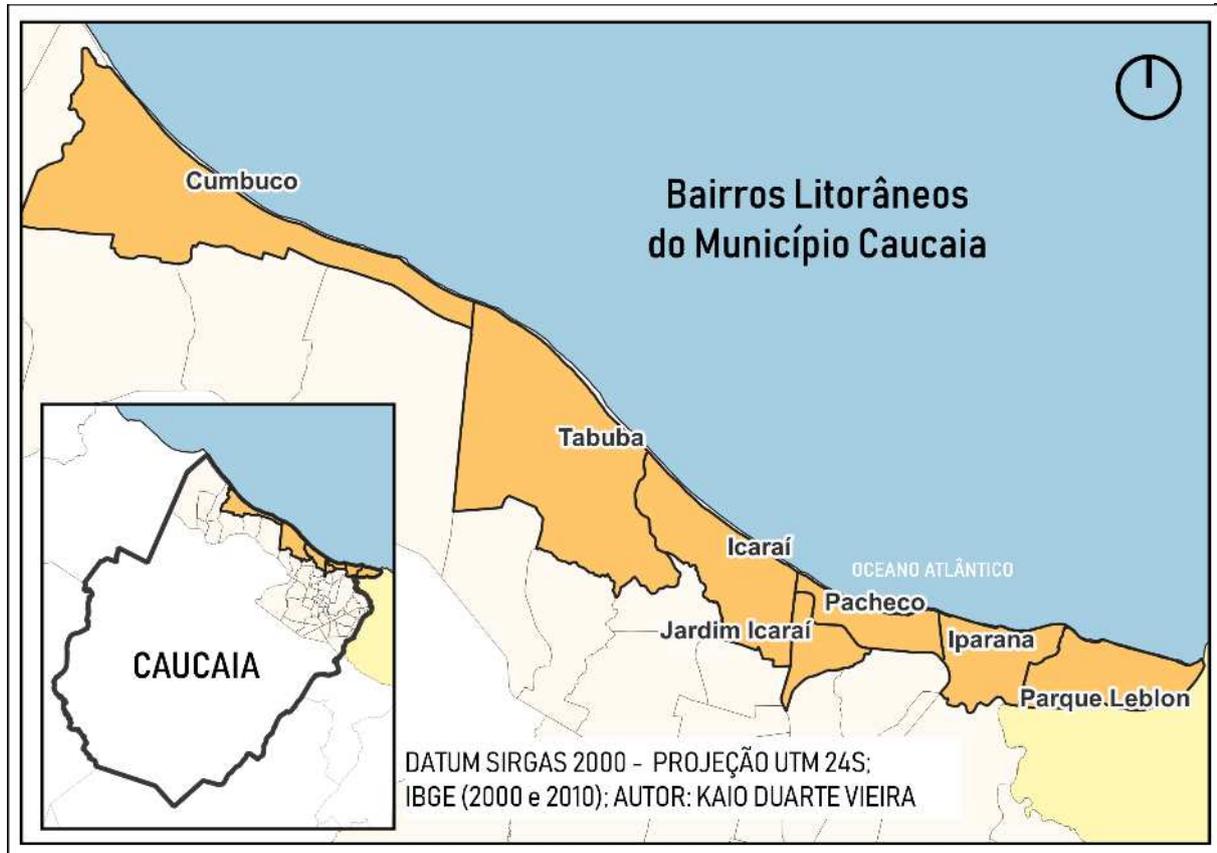
Ou seja, no Cumbuco, o morar ocasional coexiste com a antiga e pequena população de pescadores que ainda residem e resistem na vila, porém como aponta o autor e Paz (2020), há um forte de relação do ordenamento territorial que perpassou a vila. Com a fuga dos moradores, os que não possuíam condições financeiras para adaptar as residências em conformidade com a construtora recém-chegada, para a localidade de Parazinho (localizada na Praia da Tabuba, próximo às dunas).

Consoante ao que é apresentado por Silveira (2011), para o Icaraí, destaca-se a influência de Fortaleza e do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), em 2001, onde atraiu mão de obra de maior renda para esse setor do litoral, e contribuiu para a mudança de perfil de segunda residência para primeira residência.

Esse fato não repercutiu para a totalidade do litoral, tampouco, para o bairro do Icaraí por completo, mas em setores específicos, onde se localizam os condomínios de praia horizontais. Além dessa localidade, a praia do Pacheco e o setor paralelo ao mar do Parque Leblon também apresenta tal característica.

A Figura 36 indica a composição de bairros litorâneos em Caucaia e o detalhamento das classes de rendimento per capita e relação ocasional e permanente, enquanto que, na Figura 37, é possível identificar com maior clareza nos setores censitários tais afirmações.

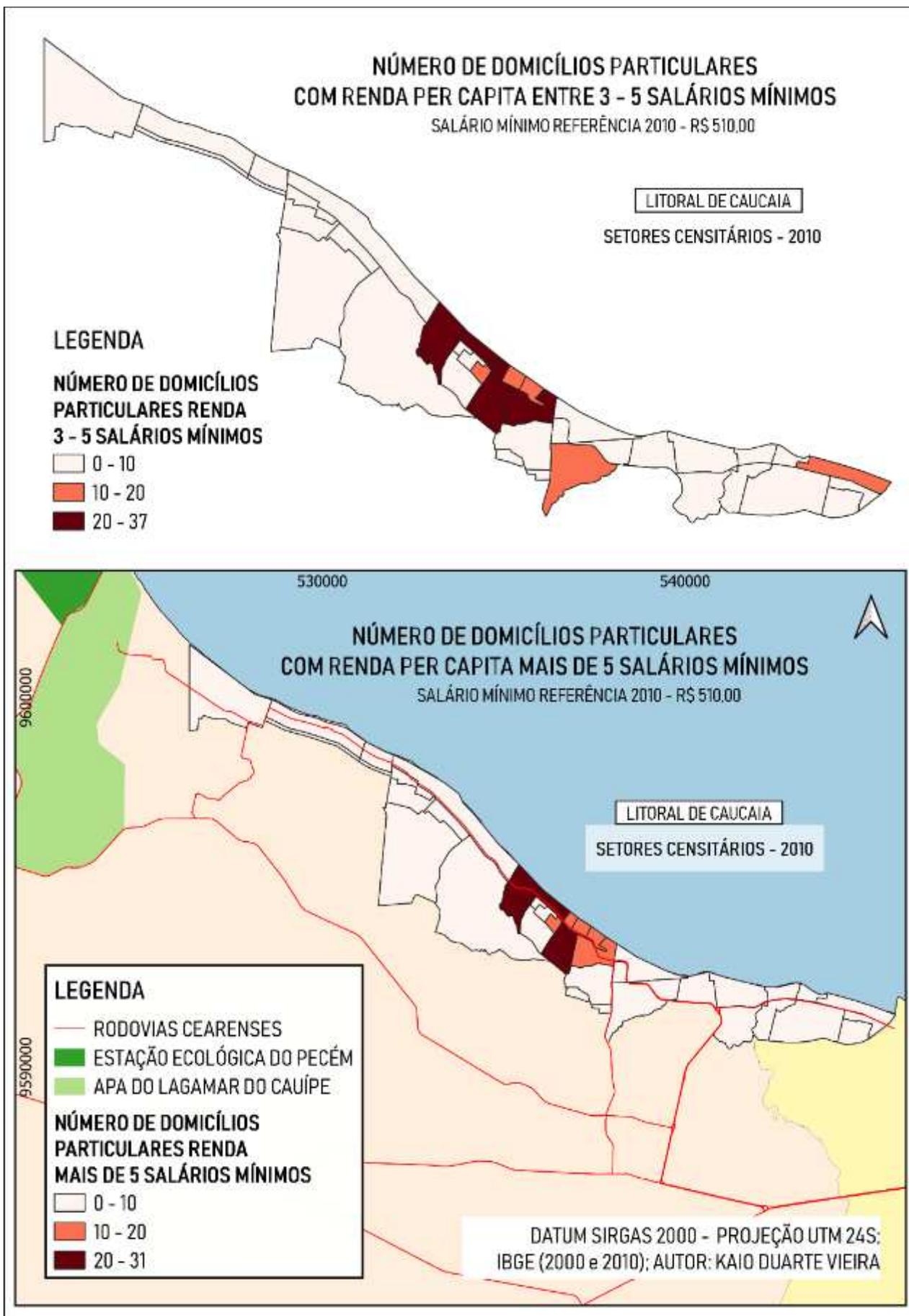
Figura 32 - Bairros litorâneos no município de Caucaia e a composição de renda per capita por bairro.



Relação do uso residencial ocasional e permanente (2010)				
Bairro	Ano x Espécie			
	2010			
	Total	Particular Ocupado	Particular - Uso ocasional	Relação Ocasional x Total de Domicílios (%)
Cumbuco - Caucaia (CE)	1188	641	435	36,62
Icarai - Caucaia (CE)	5874	3275	2248	38,27
Iparana - Caucaia (CE)	2084	1586	210	10,08
Jardim Icarai - Caucaia (CE)	632	541	43	6,8
Pacheco - Caucaia (CE)	861	513	249	28,92
Parque Leblon - Caucaia (CE)	1790	1366	178	9,94
Tabuba - Caucaia (CE)	1805	1212	459	25,43
Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita (%)				
Bairro	Total	Até 1/4 de salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo
Cumbuco - Caucaia (CE)	100	20,82	33,52	30,56
Icarai - Caucaia (CE)	100	16,12	26,74	24,25
Iparana - Caucaia (CE)	100	27,66	33,23	25,44
Jardim Icarai - Caucaia (CE)	100	21,28	27,03	33,29
Pacheco - Caucaia (CE)	100	22,62	36,29	20,98
Parque Leblon - Caucaia (CE)	100	27,99	31,68	25,6
Bairro	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos
Cumbuco - Caucaia (CE)	9,64	2,04	1,02	0,71
Icarai - Caucaia (CE)	15,41	5,14	5,24	3,55
Iparana - Caucaia (CE)	7,49	1,75	1,3	0,83
Jardim Icarai - Caucaia (CE)	7,88	3,44	2,5	1,38
Pacheco - Caucaia (CE)	8,44	3,15	2,08	2,71
Parque Leblon - Caucaia (CE)	8,57	1,58	1,41	1,08

Fonte: Censo demográfico (2010) e sistematizado pelo autor.

Figura 33 - Domicílios particulares com renda per capita entre 3 - 5 salários mínimos e mais de 5 salários mínimos.



Fonte: IBGE (2010) e sistematizado pelo autor.

Dessa maneira, assemelha-se à dinâmica observada no litoral de Fortaleza, onde a ocupação pré-existente é de uso permanente (núcleo de ocupações de pescadores). Em segundo momento, o morar ocasional se impõe (aumento de turistas de coabitação), e, dada as consequências do turismo no desenvolvimento da economia urbana e a posição estratégica do litoral para atividades portuárias e industriais, o morar permanente se impõe novamente, mas associado a maior renda dos moradores.

Mas ainda cabem considerações específicas para Caucaia, das quais reverberam com maior força em Cruz e Trairi, onde as faixas de rendimento *per capita* entre $\frac{1}{4}$ salário mínimo e 1 salário mínimo são preponderantes no morar permanente. Na ocupação paralela ao mar em Caucaia, como demonstrado nas figuras anteriores, emergem duas possibilidades, a mudança de uso da propriedade por parte do proprietário (de segunda para primeira residência) ou em virtude da valorização desse espaço para o mercado imobiliário, a venda e a compra desses imóveis são destinadas ao público de maior renda.

Cunha (2017) aponta que o crescimento da demanda dos lazers foi o movimento inicial que atravessou a localidade do Icaraí, no entanto, dado ao crescimento de serviços e do comércio na localidade, o uso ocasional transformou-se em morar permanente. O setor do comércio que se apresenta em lugares turísticos influi na transformação da segunda para a primeira residência.

Tanto há um consumo orientado por estabelecimentos de pequeno e médio porte, os bares, restaurantes, pequenas lojas de *souveniers* e de artesanatos, como há um consumo orientado por grandes estabelecimentos, com maiores infraestruturas. Todas essas características, moradia secundária, condomínios fechados e a formação de áreas comerciais em lugares turísticos representam a ideia da fragmentação socioespacial que permeiam inicialmente no intraurbano litorâneo da metrópole e impactou na mudança do uso residencial.

Além disso, no bairro Jardim Icaraí, localizado entre os bairros da Iparana e do Icaraí, reverbera uma outra dinâmica do uso residencial permanente associada à construção de condomínios fechados. Esse bairro não é litorâneo, no entanto, recebe influência turística direta de Iparana e do Icaraí, além disso, o entroncamento da avenida Ulisses Guimarães (integra os municípios de Caucaia e de Fortaleza por meio da Ponte do rio Ceará) e da CE-090 (interliga o litoral do município com o centro de Caucaia), permitem o aumento da mobilidade e a localização estratégica desse bairro. Fato esse que, dentre os bairros listados e juntamente com

Icarai e Iparana, surge com um número semelhante de pessoas com rendimento *per capita* acima de 5 salários mínimos.

No entanto, essa lógica não se apresenta com mesma intensidade em Cruz e em Trairi, municípios mais distantes de Fortaleza. A classe média ainda não se apresenta no morar permanente, a correlação de usos residenciais ainda está posta na dicotomia ocasional e permanente de pescadores e de população com baixa renda. Fato que pode ser demonstrado na Tabela 9, onde há o crescimento, entre 2000 e 2010, das segundas residências nos distritos de Mundaú, Flecheiras e Caiçara (onde se localiza a praia do Preá, em Cruz), conseqüentemente, a porcentagem desse uso aumenta em relação ao total de domicílios.

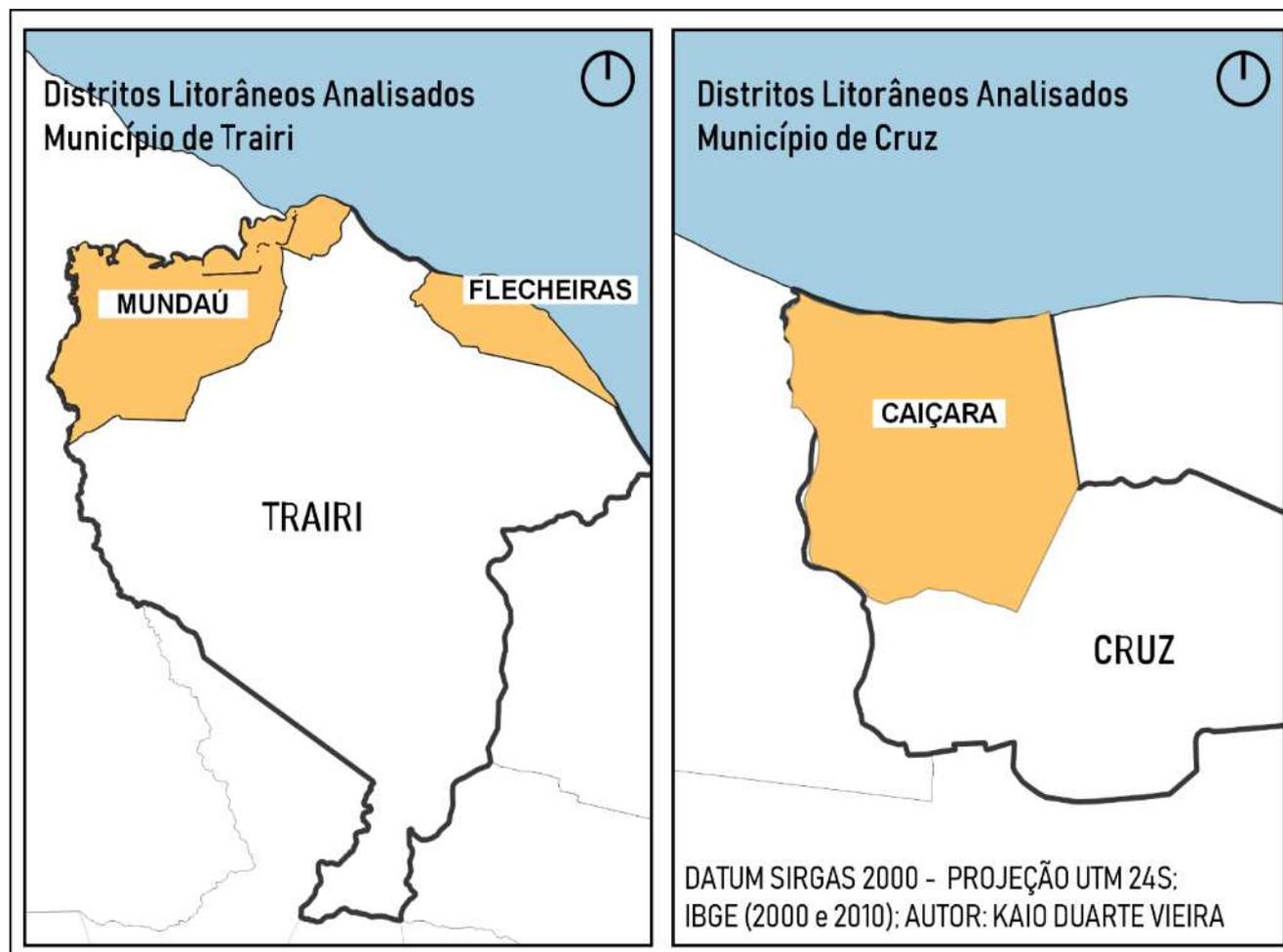
Nessas espacialidades, o movimento de turistas intensifica-se em virtude da melhoria das estradas e dos transportes, mas as classes de maiores rendimentos não se fixaram na praia. Em hipótese, essa ausência está relacionada ao fato de que, no litoral desses municípios, não foram criadas condições favoráveis para a formação e/ou migração de uma camada mais abastada, como foi apresentado na praia de Icarai e do Pacheco, em Caucaia, como a descentralização das atividades portuárias, por meio do Complexo Industrial do Pecém, e a proximidade com Fortaleza, são fixos que também explicam esse movimento. De tal maneira que, mesmo com o aprimoramento da malha rodoviária em Trairi e Cruz, as maiores classes de rendimento não estão para o uso residencial permanente, como é possível visualizar na Figura 38.

Quadro 9 - Relação do uso residencial ocasional e permanente em Cruz e Trairi (2000 – 2010).

Relação do uso residencial ocasional e permanente (2000 e 2010)								
Distrito	Ano x Espécie							
	2000				2010			
	Total	Particular ocupado	Particular - Uso ocasional	Relação Ocasional x Total de Domicílios (%)	Total	Particular ocupado	Particular - Uso ocasional	Relação Ocasional x Total de Domicílios (%)
Caiçara - Cruz (CE)	951	745	31	3,26	1406	1080	96	6,83
Flecheiras - Trairi (CE)	950	665	171	18	1751	1058	538	30,73
Mundaú - Trairi (CE)	1931	1555	141	7,3	2382	1868	252	10,58

Fonte: Censo demográfico (2000 e 2010) e sistematizado pelo autor.

Figura 34 - Distritos litorâneos dos municípios de Trairi e de Cruz e as classes de rendimento per capita por distrito.



Classes de rendimento nominal domiciliar per capita em distritos litorâneos de Trairi e Cruz (2010)				
Distrito	Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita (%)			
	Total	Até 1/4 de salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo
Caiçara - Cruz (CE)	100	44,09	28,38	19,82
Fleicheiras - Trairi (CE)	100	37,67	30,32	22,01
Mundaú - Trairi (CE)	100	53,45	25,7	14,94
Distrito	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos
Caiçara - Cruz (CE)	3,45	0,55	0,23	0,44
Fleicheiras - Trairi (CE)	5,06	1,45	0,96	0,52
Mundaú - Trairi (CE)	2,78	0,4	0,26	0,1

Fonte: Censo demográfico (2010) e sistematizado pelo autor.

Nascimento (2008) aponta para a expansão do município para o litoral, nas localidades as quais estão sendo analisadas, Flecheiras, Mundaú e Guajirú, e a dependência econômica do município em relação a Fortaleza e Itapipoca. A referida autora pontua que essas localidades litorâneas têm atraído construções à beira mar, com loteamentos, casas de veraneio, pousadas, bares e restaurantes, tal como confirmamos anteriormente por meio das imagens de satélite. As unidades de hospedagem reverberam em maior número nas áreas mais próximas ao mar: pousadas e hotéis, assim como atividades de vilegiatura marítima no mar, o *sandboard* e o *kitesurf*.

Nascimento (2008) ainda pontua que o crescimento da economia local, a partir dos anos 2000, permite que a população tradicional se fixe no município. Em Mundaú, ainda é destacado que a atividade pesqueira representa o principal núcleo de moradores, o cultivo de algas e artesanatos locais são atividades econômicas tradicionais, mas há o surgimento de restaurantes, bares e estabelecimentos hoteleiros.

Assim, há um rearranjo produtivo na área que não reflete em uma mudança de perfil dos moradores, mas a sobrevivência dos pré-existentes, porém em referência às colocações postas pela autora, o setor da praia ao entrelaçar-se com as segundas residências e estabelecimentos de hospedagem, valoriza a renda dos terrenos. Nessa análise, está posto para Trairi e Cruz, a predominância da lógica da utilização do litoral durante a alta estação, tal como predominou nos anos 1970, 1980 e 1990, no litoral de Caucaia.

Da mesma forma, o município de Cruz. A principal localidade praiana desse município é a Praia do Preá (no distrito de Caiçara), e os aspectos mais importantes desse município para esse estudo é o crescimento expressivo de áreas urbanas litorâneas (entre 2005 e 2019), das residências de uso ocasional e do aeroporto regional de Jericoacoara, que se localiza em Cruz e que fica a 30 km de Jeri e 19,1 km da Praia do Preá.

Tanto no setor leste como no setor oeste dessa praia, há ocupações referentes aos estabelecimentos de hospedagem, o Hotel Resort Ventana e o hotel Kite Lodge Brasil. O crescimento econômico da Praia do Preá a partir da dinâmica turística, em muito tem influência de Jijoca de Jericoacoara, que, em virtude do sucesso turístico e do crescimento limitado por áreas protegidas - o Parque Nacional de Jericoacoara e a Área de Proteção de Jericoacoara - a Praia do Preá surge como uma área de suporte, pois possibilita o uso e o parcelamento do solo urbano litorâneo.

Isso é confirmado por Sousa (2007), quando menciona o município sob influência do turismo em Jericoacoara, além disso, existe uma rota turística realizada por veículos de *buggy*, que interliga as praias de Jeri, Cruz e de Acaraú (Praia da Barrinha de Baixo), o que valoriza turisticamente a orla do município, e elucida os elementos estruturais-físicos (áreas urbanas, leitos de hospedagem, estabelecimentos de hospedagem e segundas residências) e fluídos (maior visitação e mobilidade de turistas no local e em áreas adjacentes).

Nesse sentido, a lógica de ocupação paralela ao mar é complementar à lógica de ocupação periférica à praia, dado ao fato que a última tem maior peso do uso permanente e a valorização dos imóveis mais próximos ao mar tende a afastar a possibilidade de compra e venda das camadas mais pobres.

Porém, ao que é apresentado, essa forma de ocupação tem apresentado semelhanças e singularidades, sobretudo, quando identificamos na praia de Icarai e do Pacheco, o uso permanente de classe média que se apresenta em maior intensidade em relação a outras localidades litorâneas de Caucaia, e tal fato tem relação com as transformações no setor oeste de Fortaleza. A mobilidade aprimorada e a realocação da atividade industrial e portuária influenciaram no uso residencial permanente de maior renda, enquanto que, em Trairi e Cruz, as características da ocupação paralela ao mar são semelhantes às praias de Cumbuco e de Tabuba.

Por exemplo, onde os domicílios de uso permanente de renda baixa coexistem com as segundas residências. Pode-se afirmar que setores litorâneos de Icarai e do Pacheco guardam semelhanças com o litoral de Fortaleza, com a presença de moradores de classes de maiores rendimentos (mais de 3 salários mínimos por pessoa) *per capita* no litoral, mas a dicotomia de uso residencial ocasional e permanente com moradores de classes baixas também se apresenta, paralelos entre o Cumbuco, Tabuba, Parque Leblon, Mundaú, Flecheiras e Guajirú. Essa noção indica que a ocupação periférica à praia é complementar, dado ao fato de que com a valorização da terra e do imobiliário, os mais pobres ocupam áreas mais distantes em relação à praia.

Ambas as lógicas de ocupação no litoral são reforçadas em virtude da atualização da função turística e das formas litorâneas. Se o turismo e a visitação no litoral do Ceará crescem, resultado de uma política massiva de investimentos públicos e privados para inserir o estado na rota do turismo nacional e internacional, essa atividade tende a atualizar-se mediante ao processo de metropolização.

A relevância que possui a metrópole fortalezense ao polarizar com todos os municípios litorâneos (REGIC 2018), em muito se deve a atividade turística metropolitana. Essa influência se reflete no campo abstrato, na conquista da praia e do mar (atividades de lazer, banhos de mar, caminhadas), e no campo da materialidade, no imobiliário urbano turístico, destinado para a moradia temporária (ocasional) ou em períodos flexíveis (hotéis, resorts, flats, pousadas).

Mas, além disso, esse processo tende a reproduzir processos e formas semelhantes em lugares distintos, mas é um conjunto de ações e de objetos do lugar que tendem a flexionar para as semelhanças e para as diferenças, tal como foi exposto nas três situações postas.

4.2 Os habitantes do lado de cá

Dado ao exposto, é possível indicar que a composição do morar permanente na praia ora reflete em uma apropriação pelas classes de maior rendimento, ora é traduzido pela ocupação das classes de menor rendimento, e essa é a questão que irá nortear o percurso final desse estudo.

Na ocupação paralela ao mar, pode-se identificar com clareza que o movimento da classe média está intimamente relacionado com a valorização mercadológica da praia, consoante a outros aspectos que indicam a dinâmica da metropolização, como o surgimento e a formação de áreas comerciais e de serviços em lugares turísticos, a descentralização das atividades portuárias e a qualidade de infraestrutura rodoviária, permitindo maior mobilidade, além da proximidade com o núcleo metropolitano, as quais foram responsáveis pela alteração da composição social do uso residencial, como é o caso do litoral de Caucaia, fato esse que não se apresenta em Trairi e em Cruz.

No litoral cearense, consoante às exposições, o morar permanente se apresenta nas duas formas de ocupação litorânea, paralela e periférica, no entanto, a depender da temporalidade de desenvolvimento da atividade turística e da atuação do mercado imobiliário. Ambas lógicas podem apresentar metamorfoses, em um movimento dialético que combina: a moradia das classes mais abastadas paralela à praia e a moradia da população tradicional (pescadores e marisqueiros remanescentes de populações indígenas) e dos pobres em ambas lógicas de ocupação em relação à praia.

Considerando que esses são os primeiros a ocupar as zonas de praia, essa coexistência do perfil de moradores apresentou-se inicialmente em Fortaleza, como indicou Dantas (2010), fato esse que refletiu na interpretação dos dados censitário de 2000 e de 2010. Com isso, reconduzimos as tabelas 8 e 9 (apresentados anteriormente) conjuntamente para explicitar, com maior ênfase, a maior porcentagem representativa de classes com rendimento mensal per capita menor ou igual a 1 salário mínimo em Caucaia, Trairi e Cruz (Quadro 10).

Quadro 10 -Classes de rendimento nominal domiciliar per capita em distritos e bairros de Caucaia, Trairi e de Cruz (2010).

Classes de rendimento nominal domiciliar per capita em distritos e bairros litorâneos de Caucaia, Trairi e de Cruz (2010)				
Distrito	Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita (%)			
	Total	Até 1/4 de salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo
Caçara - Cruz (CE)	100	44,09	28,38	19,82
Fleicheiras - Trairi (CE)	100	37,67	30,32	22,01
Mundaú - Trairi (CE)	100	53,45	25,7	14,94
Distrito	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos
Caçara - Cruz (CE)	3,45	0,55	0,23	0,44
Fleicheiras - Trairi (CE)	5,06	1,45	0,96	0,52
Mundaú - Trairi (CE)	2,78	0,4	0,26	0,1
Bairro	Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita (%)			
	Total	Até 1/4 de salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo
Cumbuco - Caucaia (CE)	100	20,82	33,52	30,56
Icaraí - Caucaia (CE)	100	16,12	26,74	24,25
Iparana - Caucaia (CE)	100	27,66	33,23	25,44
Jardim Icaraí - Caucaia (CE)	100	21,28	27,03	33,29
Pacheco - Caucaia (CE)	100	22,62	36,29	20,98
Parque Leblon - Caucaia (CE)	100	27,99	31,68	25,6
Bairro	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos
Cumbuco - Caucaia (CE)	9,64	2,04	1,02	0,71
Icaraí - Caucaia (CE)	15,41	5,14	5,24	3,55
Iparana - Caucaia (CE)	7,49	1,75	1,3	0,83
Jardim Icaraí - Caucaia (CE)	7,88	3,44	2,5	1,38
Pacheco - Caucaia (CE)	8,44	3,15	2,08	2,71
Parque Leblon - Caucaia (CE)	8,57	1,58	1,41	1,08

Fonte: Censo demográfico (2010) e sistematizado pelo autor.

Diante às exposições realizadas, podemos atualizar o ponto de vista colocado por Dantas (2010), o qual menciona à formação de favelas no século XIX e início do século XX, como um fenômeno específico de Fortaleza, sendo possível, neste século XXI, a inserção do litoral de Caucaia diante de tal perspectiva?

Primeiro, temos a formação de uma pequena classe média que reside em determinados setores do litoral, como está posto para o Icaraí, Pacheco, mas também para

Iparana, diferente de Fortaleza, onde há uma intensidade e homogeneização entre as classes de maior rendimento entre as praias de Iracema, Meireles e Mucuripe, em maior volume.

Em segundo lugar, com o processo de metropolização, a redistribuição de equipamentos de mobilidade, da atividade industrial e portuária, para o litoral de Caucaia, onde se torna estratégico para o desenvolvimento da economia urbana metropolitana. Para, além disso, as remoções da população tradicional e pobre que residiam nas praias do setor leste de Fortaleza também refletiram, em menores proporções, no litoral do Icarai (Silveira, 2011) e do Cumbuco (Cavalcante, 2012), orientados por uma estratégia específica de desenvolvimento e de ordenamento territorial a partir da turistificação e da atuação do mercado imobiliário.

No entanto, diferente de Fortaleza, Paz (2020) aponta que a população que saiu das áreas próximas ao mar, como foi o caso da vila de pescadores do Cumbuco, não foi destinada para setores distantes do litoral (como aconteceu em Fortaleza), mas estão próximas ao campo de dunas, como é o caso da comunidade de Parazinho, na praia da Tabuba, reforçando a lógica de ocupação periférica à praia.

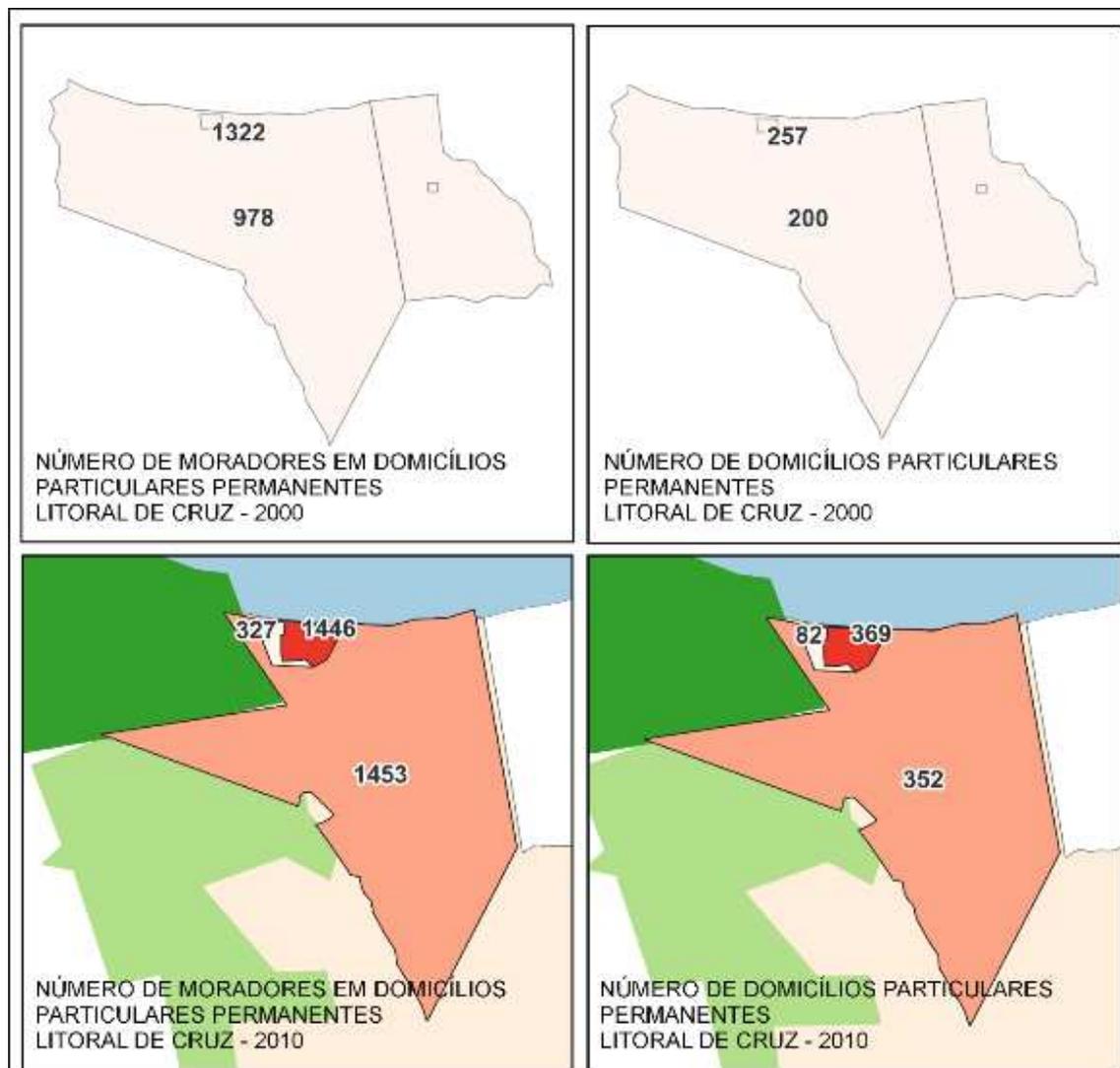
Para delinear a complexidade do morar permanente que o litoral de Caucaia assume conjuntamente com Fortaleza, fato esse que foi identificado na análise considerando a renda *per capita* dos moradores, nesse momento, iremos realizar um percurso partindo das áreas de menor concentração e distantes da metrópole, para áreas de maior concentração do fenômeno turístico e mais próximas da metrópole.

Inicialmente, serão os casos de Cruz e de Trairi, e posteriormente, Caucaia, para assim, entender formas diferenciadas de reprodução do uso residencial no espaço litorâneo, a partir da renda dos moradores. Em virtude desse detalhamento, foi necessário um aprofundamento da análise considerando os setores censitários dos respectivos censos analisados (2000 e 2010).

Considerando que, no Censo Demográfico de 2000, a variável renda *per capita* se refere para a totalidade do setor censitário e não para a quantidade de moradores específica para cada nível de rendimento, foi observado a variável rendimento dos responsáveis pelos domicílios, para assim possibilitar comparações entre 2000 e 2010.

Dessa forma, Cruz apresenta o perfil residencial entre o uso permanente com moradores de renda baixa e o uso ocasional, a inexistência das classes de maior rendimento indica uma homogeneização quanto à presença de famílias de menor rendimento, tanto na lógica periférica como na lógica paralela ao mar, isso pode ser visualizado na Figura 35.

Figura 35 - Número de domicílios, de moradores e do rendimento dos responsáveis em 2000 e 2010 no município de Trairi.



Rendimento dos Responsáveis pelos Domicílios – CENSO DEMOGRÁFICO DE 2000									
½ SM	½ - 1 SM	1 – 2 SM	2 – 3 SM	3 – 5 SM	5 – 10 SM	10 – 15 SM	15 – 20 SM	+ 20 SM	SEM RENDIMENTO
52	90	43	4	5	2	0	0	0	4
81	114	31	4	9	8	4	0	0	6
Rendimento dos Responsáveis pelos Domicílios - CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010									
½ SM	½ - 1 SM	1 – 2 SM	2 – 3 SM	3 – 5 SM	5 – 10 SM	10 – 15 SM	15 – 20 SM	+ 20 SM	SEM RENDIMENTO
23	33	15	1	2	3	1	0	0	4
90	176	58	16	6	6	2	1	2	13
119	152	40	6	1	1	2	0	0	39

Fonte: Censo demográfico de 2000 e de 2010 e sistematizado pelo autor.

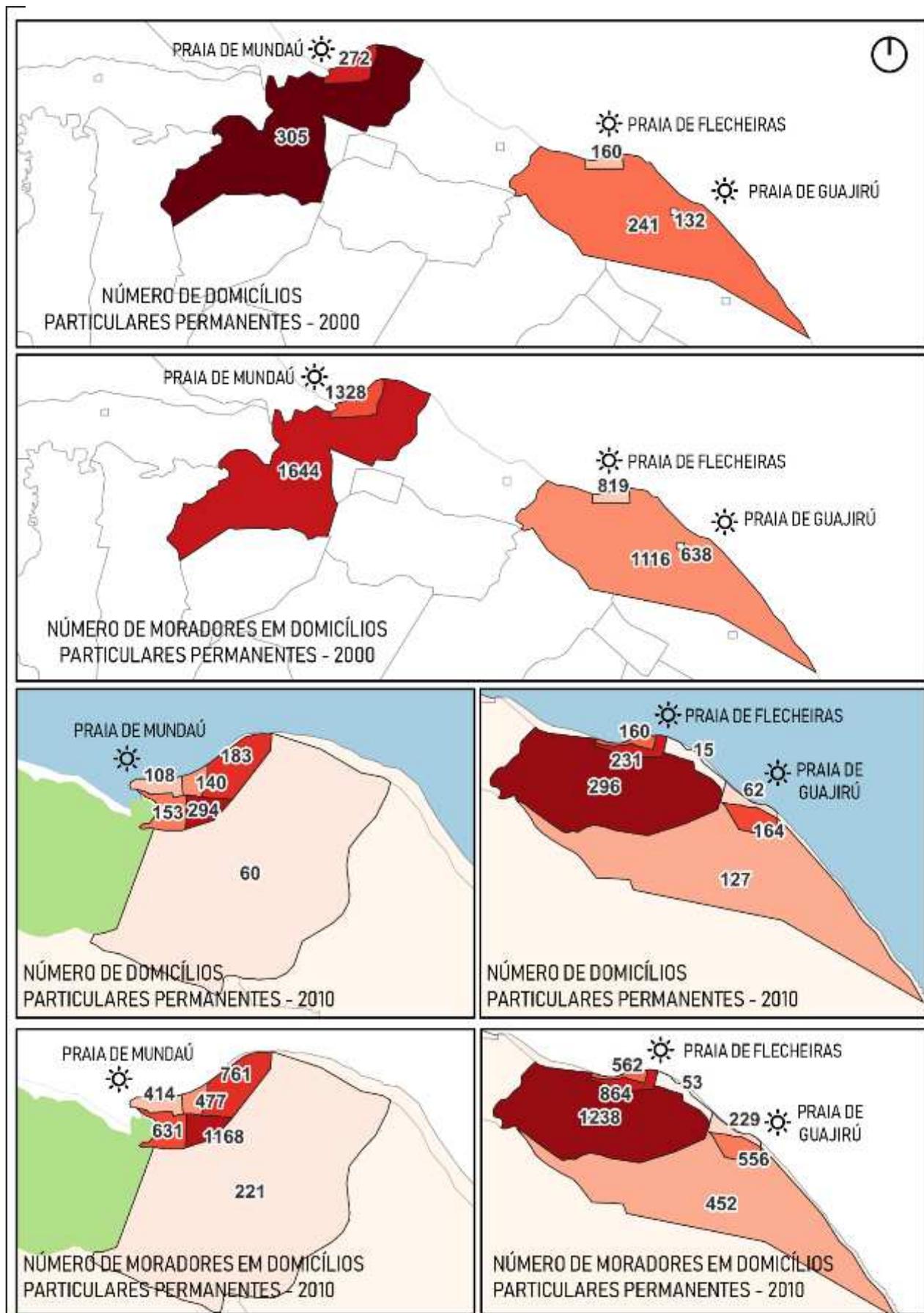
Em comparação ao Censo Demográfico de 2000, somente é possível indicar dois setores censitários ocupados por pessoas e por domicílios, no menor setor, próximo ao mar, há 257 domicílios, com 1.322 moradores, em 2010, esse número cresce para 1.773 moradores e 451 domicílios, enquanto que na área periférica à praia do Preá, o número de moradores cresce de 978 (2000) para 1.453 (2010). Entre 2000 e 2010, é possível afirmar que a renda dos responsáveis pelos domicílios permanentes é baixa para essa localidade litorânea e identifica-se o crescimento no número de moradores associado a rendimentos que variam entre $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 2 salários mínimos.

Nos 2 setores censitários de 2000, é possível identificar que a renda dos responsáveis pelos domicílios, em maioria, varia entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo, há um grupo menor de responsáveis entre 1 e 2 salários mínimos, e em menor número, 28 responsáveis com rendimentos entre 3 e 20 salários mínimos. Em 2010, de forma semelhante, há a mesma configuração de rendimento, porém, enquanto que, em 2000, existiam 337 responsáveis com renda até 1 salário mínimo, em 2010, esse número cresce para 593, em relação à faixa de renda entre 1 e 3 salários mínimos, o número cresce de 82 responsáveis para 136, assim como os responsáveis sem rendimento, indicando a dependência dessas famílias por programas de assistência social.

Com relação aos números de moradores em 2010, o destaque é para um setor censitário que abarca tanto o litoral como o interior do continente, posteriormente, os setores ao redor da área urbana principal da Praia do Preá. Nos 3 setores censitários analisados (censo de 2010) a média de moradores por domicílio é semelhante, fato esse que se observado com o crescimento de áreas urbanas litorâneas, indica que é o uso residencial um dos responsáveis pelo processo de urbanização litorânea, tanto pelo uso residencial ocasional (paralelo ao mar), como no uso residencial permanente (periférico e paralelo ao mar).

De forma semelhante, o litoral do Trairi apresenta essa mesma configuração, onde o rendimento baixo dos moradores está para totalidade litorânea desse município, como está posto para as praias de Mundaú, Flecheiras e Guajirú, a Figura 36 e a Quadro 11 identificam tais afirmações.

Figura 36 - Número de moradores e de domicílios no litoral de Trairi.



Fonte: Censo demográfico de 2000 e de 2010 e sistematizado pelo autor.

Quadro 11 - Rendimento dos responsáveis pelos domicílios particulares permanente de 2000 e de 2010.

Rendimento dos Responsáveis pelos Domicílios - CENSO DEMOGRÁFICO DE 2000												
Localidade	Domicílios Particulares Permanentes	Moradores	1/2 SM	1/2 - 1 SM	1 - 2 SM	2 - 3 SM	3 - 5 SM	5 - 10 SM	10 - 15 SM	15 - 20 SM	+ 20 SM	SEM RENDIMENTO
MUNDAÚ	305	1644	40	59	14	2	2	0	1	0	0	145
MUNDAÚ	272	1328	18	20	5	1	0	0	0	0	0	32
FLECHEIRAS	241	1116	15	57	23	2	8	2	1	0	0	24
FLECHEIRAS	160	819	97	122	22	7	6	5	1	1	0	11
FLECHEIRAS/GUAJIRÚ	132	638	79	192	22	2	4	1	0	0	0	5
Rendimento dos Responsáveis pelos Domicílios - CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010												
Localidade	Domicílios Particulares Permanentes	Moradores	1/2 SM	1/2 - 1 SM	1 - 2 SM	2 - 3 SM	3 - 5 SM	5 - 10 SM	10 - 15 SM	15 - 20 SM	+ 20 SM	SEM RENDIMENTO
MUNDAÚ	108	414	31	50	16	2	0	1	1	0	0	8
MUNDAÚ	60	221	11	21	5	0	0	0	0	0	0	24
MUNDAÚ	183	761	50	87	16	7	4	3	1	0	0	19
MUNDAÚ	294	1168	105	129	36	3	2	2	0	1	0	16
MUNDAÚ	140	477	39	61	26	6	4	3	0	0	0	7
MUNDAÚ	153	631	62	58	15	4	3	4	0	0	0	10
FLEICHEIRAS	15	53	5	5	4	0	0	0	0	0	0	1
FLEICHEIRAS	296	1238	81	121	50	5	0	1	2	0	0	39
FLEICHEIRAS	231	864	45	99	39	13	6	5	1	0	0	23
FLEICHEIRAS	160	562	19	76	28	10	5	10	0	3	1	12
FLEICHEIRAS/GUAJIRÚ	127	452	44	47	13	3	2	1	1	0	0	16
FLEICHEIRAS/GUAJIRÚ	62	229	8	33	11	2	0	0	0	0	0	9
FLEICHEIRAS/GUAJIRÚ	164	556	46	72	26	3	4	2	0	0	0	11

Fonte: Censo demográfico de 2000 e de 2010, e sistematizado pelo autor.

Nesses lugares turísticos (praias de Trairi e Cruz), as figuras do pescador e do habitante da praia possuem maior força em relação ao litoral de Caucaia e de Fortaleza, sobretudo, na lógica de ocupação paralela à praia, em virtude da maior incidência de processos de expulsão e de ordenamento do territorial a partir da atividade turística que os dois últimos casos apresentaram.

Considerando as três localidades, Mundaú se destaca no número de habitantes, com 3.671, depois, Flecheiras, com 2.717, e por último, Guajirú, com 1.237, em comparação ao total de habitantes entre 2000 e 2010, um crescimento acima de dois mil habitantes. A exceção está posta em setores censitários próximos ao mar em Flecheiras, onde o rendimento é igual ou maior que 10 salários mínimos, é de 30 responsáveis, no entanto, o baixo rendimento dos responsáveis está posto para ambas lógicas de ocupação.

Ao analisar e comparar os setores censitário de 2000 e de 2010, é possível apontar transformações nesses lugares por meio do desmembramento de setores, são movimentos, ao

longo dos anos, da urbanização, pois indica o aumento da quantidade de domicílios, conseqüentemente, de moradores. Diferente de Caucaia, o litoral desse município ainda não está densamente ocupado, apresentando fragmentações urbanas onde localizam-se as três principais localidades litorâneas analisadas, a intermediação entre essas praias dar-se pelas CE-163 e CE-346.

Nesse sentido, reverberam semelhanças quanto ao perfil do uso residencial observado na praia do Preá: residencial ocasional e residencial permanente (pescadores e responsáveis com baixo rendimento). Nas áreas periféricas, existe uma correlação entre o número maior de domicílios e a renda menor dos habitantes, onde diminui ou desaparece os domicílios de uso ocasional.

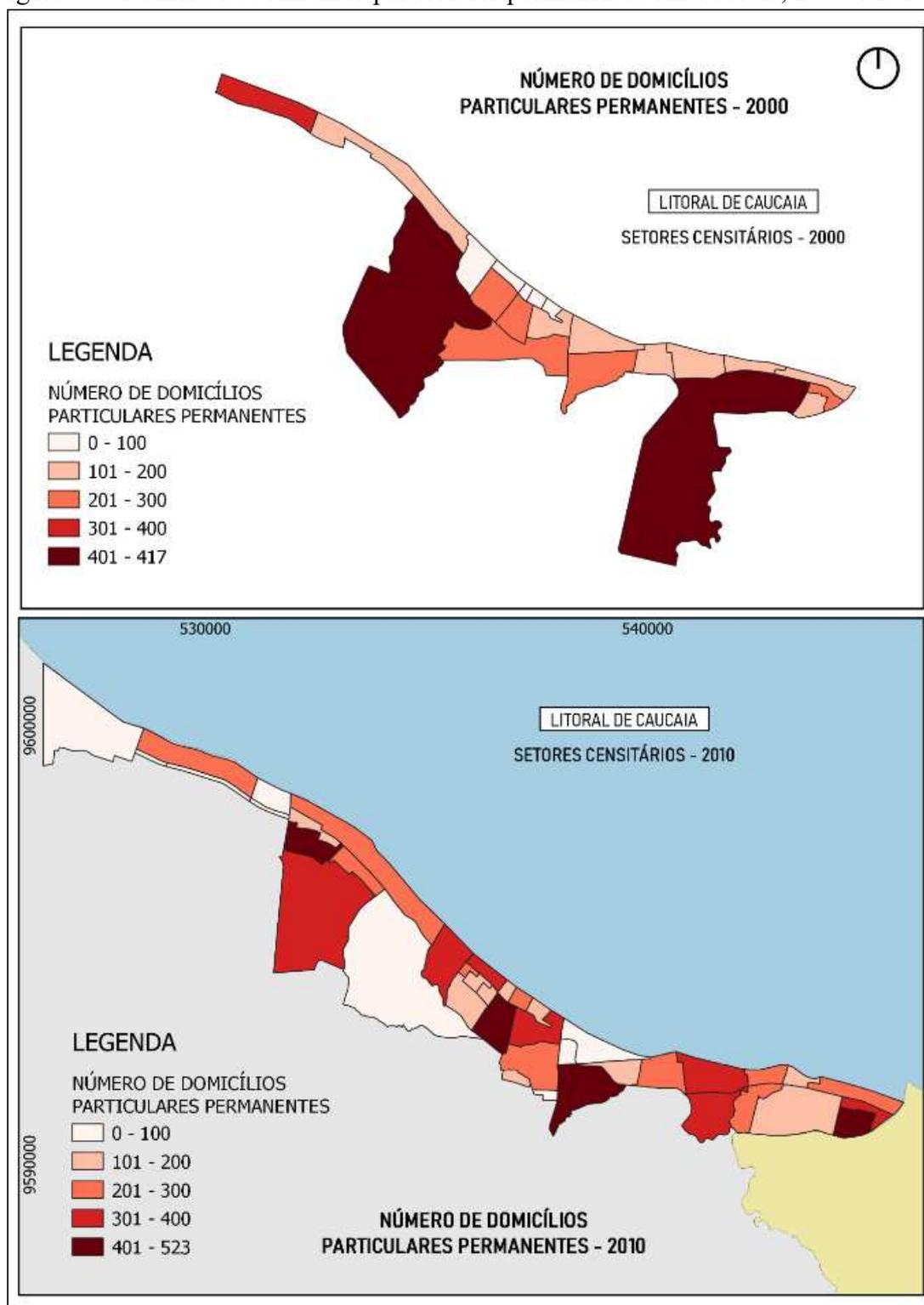
Como é possível observar em Flecheiras, a complexidade do morar permanente de menor renda aumenta, dada às condições de renda que são homogêneas, em sua maioria, pertencem às faixas de renda abaixo de $\frac{1}{2}$ até 1 salário mínimo e nesses mesmos setores é onde se concentram os responsáveis dos domicílios sem rendimento mensal.

Em Mundaú, essa configuração está presente em setores menores. É na área de expansão onde os responsáveis possuem menor faixa de renda, a predominância é da faixa de renda que varia entre 1 e 3 salários mínimos. Na localidade de Guajirú igualmente, mas existe outro aspecto que também merece ser mencionado, que, em virtude da localização próxima entre as praias de Flecheiras e de Guajirú, um vetor de expansão e de integração entre ambas com os empreendimentos turísticos imobiliários paralelos ao mar, tanto que nesses setores não há variação de renda e poucos são os domicílios de uso permanente, enquanto que na forma de ocupação periférica, essa lógica é inversamente proporcional, assim como foi observado na praia do Preá.

Exposta as duas situações geográficas litorâneas, é que se pode compreender a maior complexidade que assume o litoral de Caucaia na perspectiva do morar permanente, em Cruz e Trairi, essa configuração estava posta para as duas formas de ocupação com o mesmo perfil de moradores de baixo rendimento. Fato diferente para Caucaia, onde os setores paralelos à praia do Icaraí, Pacheco e Iparana, a renda *per capita* dos moradores é alta, mas a predominância está para os moradores de baixo rendimento. Assim, existe uma correlação de usos residenciais permanentes nessa lógica de ocupação, as Figuras 41 e 42 indicam para a maior concentração de domicílios e de moradores para a lógica periférica, sobretudo em 2010

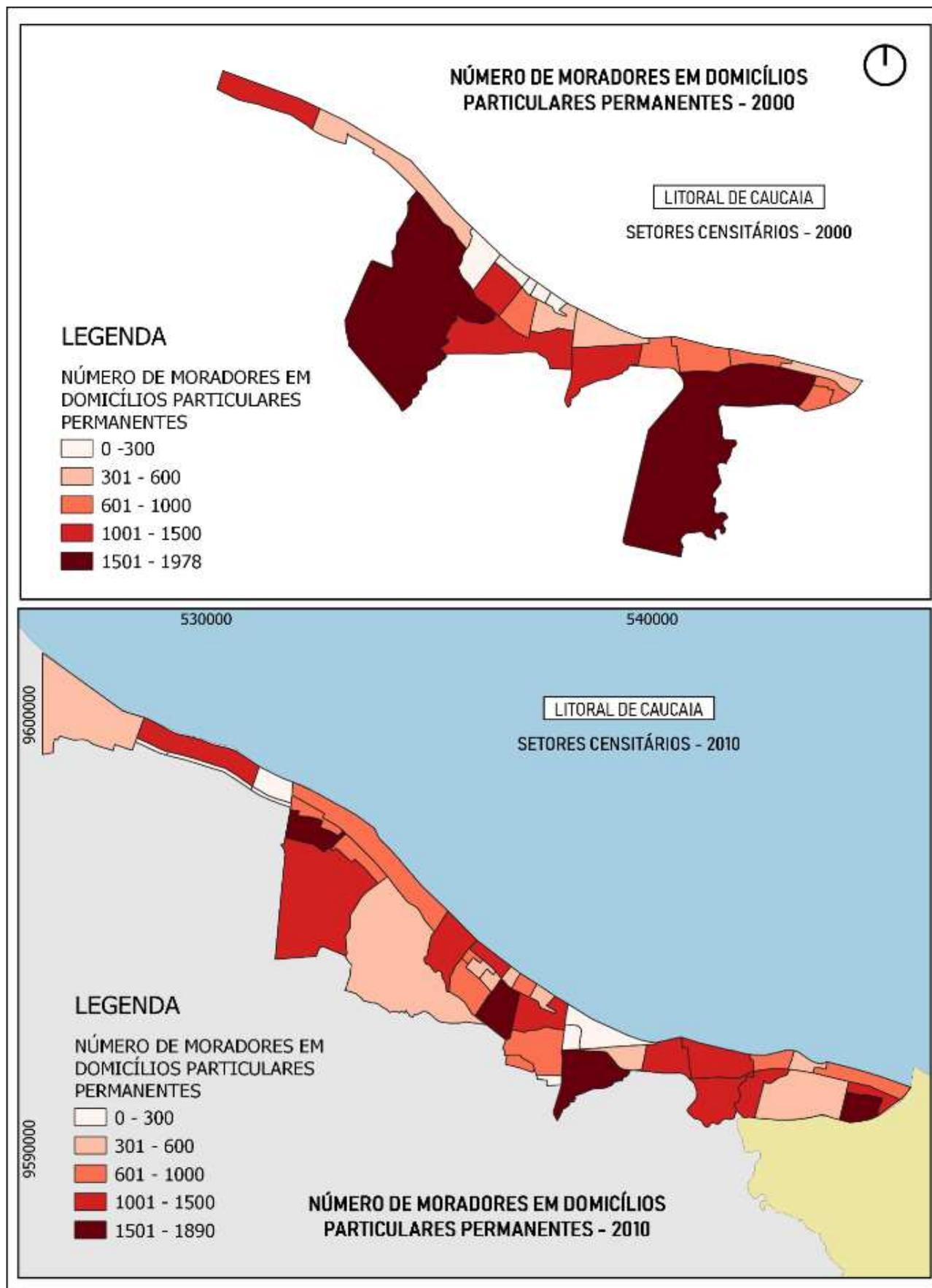
e a Figura 43 generaliza as variáveis de $\frac{1}{2}$ salário mínimo até 1 salário mínimo e de 1 salário mínimo até 3 salários mínimos.

Figura 37 - Número de domicílios particulares permanentes em Caucaia, 2000 e 2010.

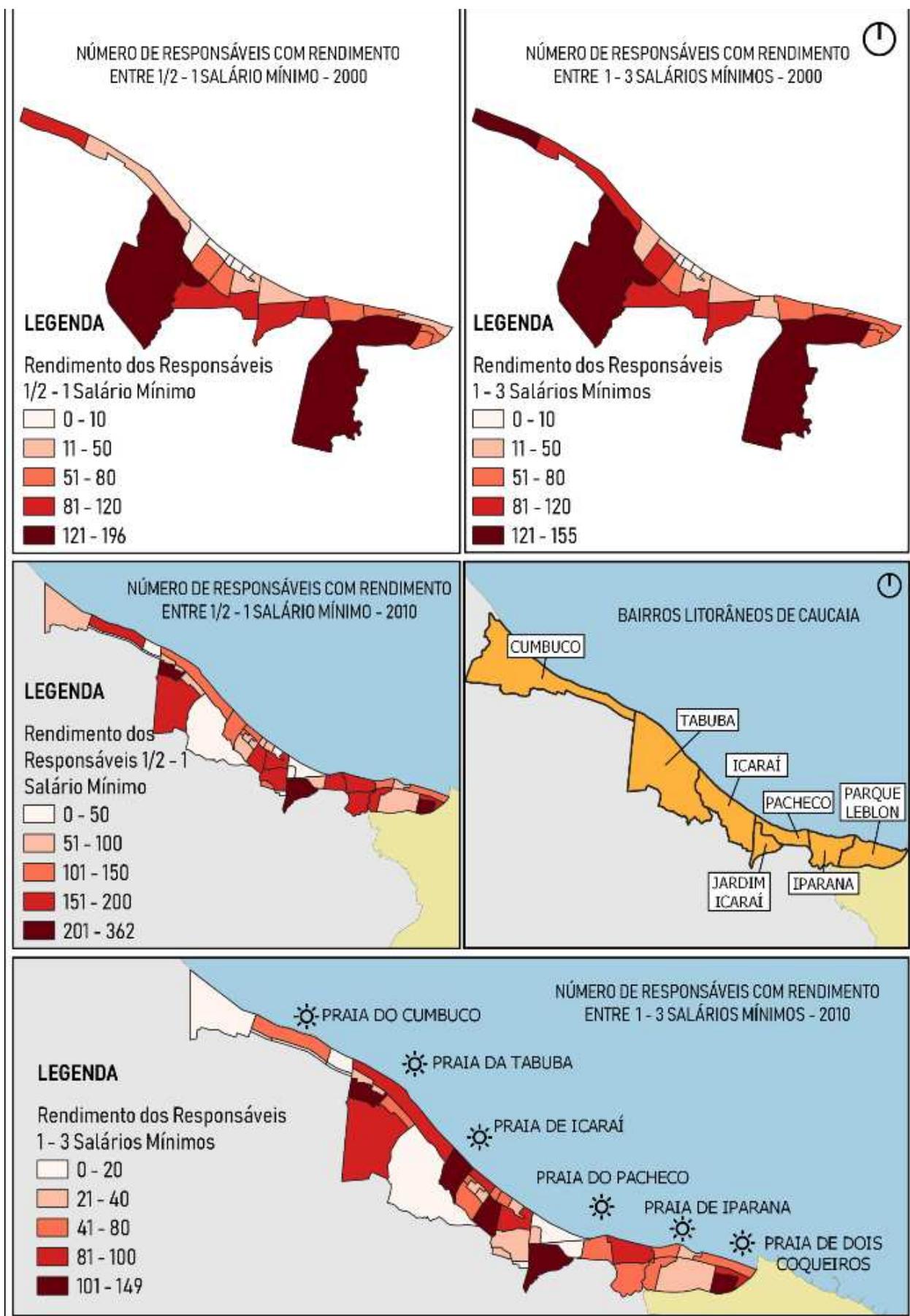


Fonte: Censo demográfico de 2000 e de 2010, e sistematizado pelo autor.

Figura 38 - Número de moradores em domicílios particulares permanentes em Caucaia, 2000 e 2010.



Fonte: Censo demográfico de 2000 e de 2010, e sistematizado pelo autor.



Fonte: Censo demográfico de 2000 e de 2010 e sistematizado pelo autor.

Dessa forma, respondendo a indagação posta no início desta seção, não é possível afirmar que o litoral de Caucaia se configura territorialmente de forma semelhante à Fortaleza, de acordo com a análise de Dantas (2010). Enquanto que, no litoral de Fortaleza, existe maior correlação e homogeneidade quanto ao uso residencial permanente de alto rendimento (Tavares, 2022) e de menor rendimento (Silva, 2018) na escala dos bairros, no litoral de Caucaia, essa correlação está posta em menor escala, nos setores censitários, ou seja, os bairros são marcados por heterogeneidades quanto a renda e aos perfis de usos residenciais.

Mas em relação às exposições do litoral de Trairi e de Cruz, sim, Caucaia possui diferenças em virtude extensão territorial das áreas urbanas no litoral, da quantidade de habitantes e de domicílios, da presença da classe média paralela à praia e de setores censitários periféricos que resguardam moradores de baixo rendimento, isso está para o litoral dos bairros da Tabuba, Icaraí, Jardim Icaraí, e do Parque Leblon.

Nesses bairros, coexiste um perfil de uso residencial paralelo à praia diferenciado: moradores de alto rendimento, moradores de baixo rendimento e o uso ocasional paralelos à praia, e nos setores periféricos, assemelha-se aos dois outros litorais, onde existem, de forma preponderante, moradores com baixo rendimento (1/2 a 1 salário mínimo). No Cumbuco, o perfil dos usos residenciais assemelha-se a Trairi e Cruz, com moradores de baixo rendimento e o uso ocasional postos na ocupação paralela à praia, considerando a presença da vila dos pescadores.

O bairro do Icaraí apresenta características diferenciadas quanto às ocupações paralelas e periféricas. Dos bairros litorâneos, esse é o que apresenta maior diversidade quanto ao uso residencial dada a presença forte de todas as classes de rendimento. Esse bairro apresenta, em maior número, a classe média, mas também um número expressivo de habitantes com rendimento abaixo ou igual a 1 salário mínimo. Esses estão localizados em setores mais distantes da praia e aos condomínios horizontais, onde se localiza a comunidade de Ypacarai. Além desse, tal característica está presente em menor quantidade para todos os bairros litorâneos, no Parque Leblon, Iparana e na Tabuba.

Entre 2000 e 2010, há um pequeno decréscimo no número de habitantes, mas um crescimento no número de domicílios. Do Parque Leblon, primeiro bairro no sentido Fortaleza – Caucaia, à Tabuba, é possível apontar que as áreas de expansão periféricas estão associadas aos domicílios particulares permanentes ocupados.

Na Tabuba, entre 2000 e 2010, há um desmembramento dos setores censitários que resultou do crescimento dos domicílios, é possível identificar, a partir disso, setores censitários de menor extensão territorial, o número de moradores expressivos e adensados, nessa área, localizam-se na comunidade de Parazinho.

No censo de 2000, já é possível indicar que as maiores quantidades de domicílios estão localizadas em setores mais distantes do mar, e, em 2010, de forma mais precisa, os setores diminuem, isso indica uma concentração de moradores e de domicílios em áreas menores. O mesmo acontece para as áreas periféricas dos bairros do Pacheco, da Iparana e do Parque Leblon, onde há o desmembramento de setores em relação ao Censo Demográfico de 2000, o que permite inferir que em áreas menores há uma quantidade maior de domicílios justapostos de uso permanente correlacionado com o baixo rendimento dos responsáveis.

A mudança na característica residencial em Caucaia é evidente e o uso residencial permanente marcado por ambas lógicas de ocupação tem representatividade em relação ao que Silveira (2011) e Cavalcante (2012) discutiram para esse litoral nas décadas de 1970, 1980 e 1990. O uso residencial ocasional e permanente no litoral passa por atualizações nesse sentido, em que há uma predominância nesse município no número de domicílios permanentes e ocupados (ou seja, domicílios ocupados no momento da realização da pesquisa censitária), considerando o crescimento no número de moradores e de domicílios de uso ocasional, em áreas conjugadas com o crescimento de domicílios de uso ocasional.

A análise a partir das duas formas de ocupação em relação à praia possui maior notoriedade e importância quando são direcionadas variáveis como renda dos responsáveis e renda *per capita*, pois auxilia na compreensão do quadro socioespacial presente, possibilita a identificação de processos, indica o reforço da função turística, a partir do uso ocasional. Isso é fato, pois essas características não reverberam para a totalidade litorânea.

Dada a desconcentração da atividade turística de sol e mar, a qual foi gestada no seio da metrópole, processos e formas são refletidos em novas áreas e/ou atualizados, permitindo a coexistência de formas e usos antigos. No entanto, há recortes territoriais onde as inovações, a atualidade das formas e a comunicação atravessam com maior rapidez em virtude da porosidade que o espaço turístico assume perante a eminência de novos lugares para a realização e desenvolvimento da atividade.

A multiplicidade de usos é característica comum dos espaços metropolitanos (Queiroz, 2017), isso pôde ser observado a partir do uso residencial, seja na perspectiva da

alteração do perfil do uso residencial, seja na perspectiva de alteração do uso ocasional para o uso permanente. Além disso, para as bordas litorâneas, é possível observar a ideia que Pereira (2013) menciona as quatro décadas de transformação do litoral cearense e a capacidade de integrar, por meio do imobiliário turístico, áreas paralelas à praia, as quais são também apropriadas pela classe média.

A partir da função turística, a incidência metropolitana altera a dinâmica do uso residencial e a dinâmica da urbanização, traduzindo em espaços metropolitanos diversos e multifuncionais, o que explica as alterações dos perfis residenciais. No caso específico de Caucaia, a proximidade entre as diferentes classes de rendimento e os domicílios de uso ocasional, dos resorts e dos estabelecimentos de hospedagem, fato esse que também se apresenta em Trairi e Cruz, onde o uso permanente de menor rendimento está para áreas paralelas à praia em conjunto com o uso ocasional e ao imobiliário turístico.

Nesse sentido, a análise a partir do conceito do território usado (Santos, 2002; Almada, 2019) é uma tarefa necessária para compreender a diversidade no conjunto. O sedentário se depreende com um espaço fluído, para a sua sobrevivência é obrigado participar dessa dinâmica de modernização, e em virtude da maior ou da menor capacidade de interação do lugar com o metropolitano, as marcas dessas diferenças reverberam na configuração territorial, e isso está posto em ambas as formas de ocupação no litoral.

Concernente às ideias de Santos (2014) e de Santos (2002), os usos do território em cada lugar são transformados em virtude das condições técnicas criadas e reproduzidas em cada período, essa mudança também se dá porque o conteúdo político, econômico e simbólico é mutável. Consoante à lógica metropolitana combinada de concentração e de difusão, e isso tem relação com as interpretações de Lencioni (2020), Lencioni (2017), Leopoldo (2019) e Dota e Ferreira (2020), dadas ao processo de metropolização.

É nesse aspecto que o discurso da vocação econômica é construído. Na região Nordeste, que foi responsável por profundas transformações espaciais a partir da segunda metade do século XX, como afirmou Pereira (2013). As regiões de planejamento foram os principais lócus dessas mudanças, mas hoje, como foi possível visualizar, por meio da atividade turística, a região planejada (Região Metropolitana de Fortaleza) não abarca a amplitude do turismo no território cearense. Mediante a isso, além de metrópole marítima, Fortaleza, nessa perspectiva, tem semelhança com as ideias de Lencioni (2011), Abramo (2007) e de Melchioris (2017), quando analisam a metrópole difusa.

O que explicaria o crescimento do uso ocasional, a mudança dos perfis de uso residencial e o aprofundamento da desigualdade com o aumento do número de moradores com baixo rendimento em localidades litorâneas sem expressividade econômica no início deste século, como foi apresentado para Trairi e Cruz? Na atualidade, em virtude da globalização e do processo de metropolização, o território assume protagonismo na articulação dos grupos econômicos e na reprodução das atividades econômicas em escala.

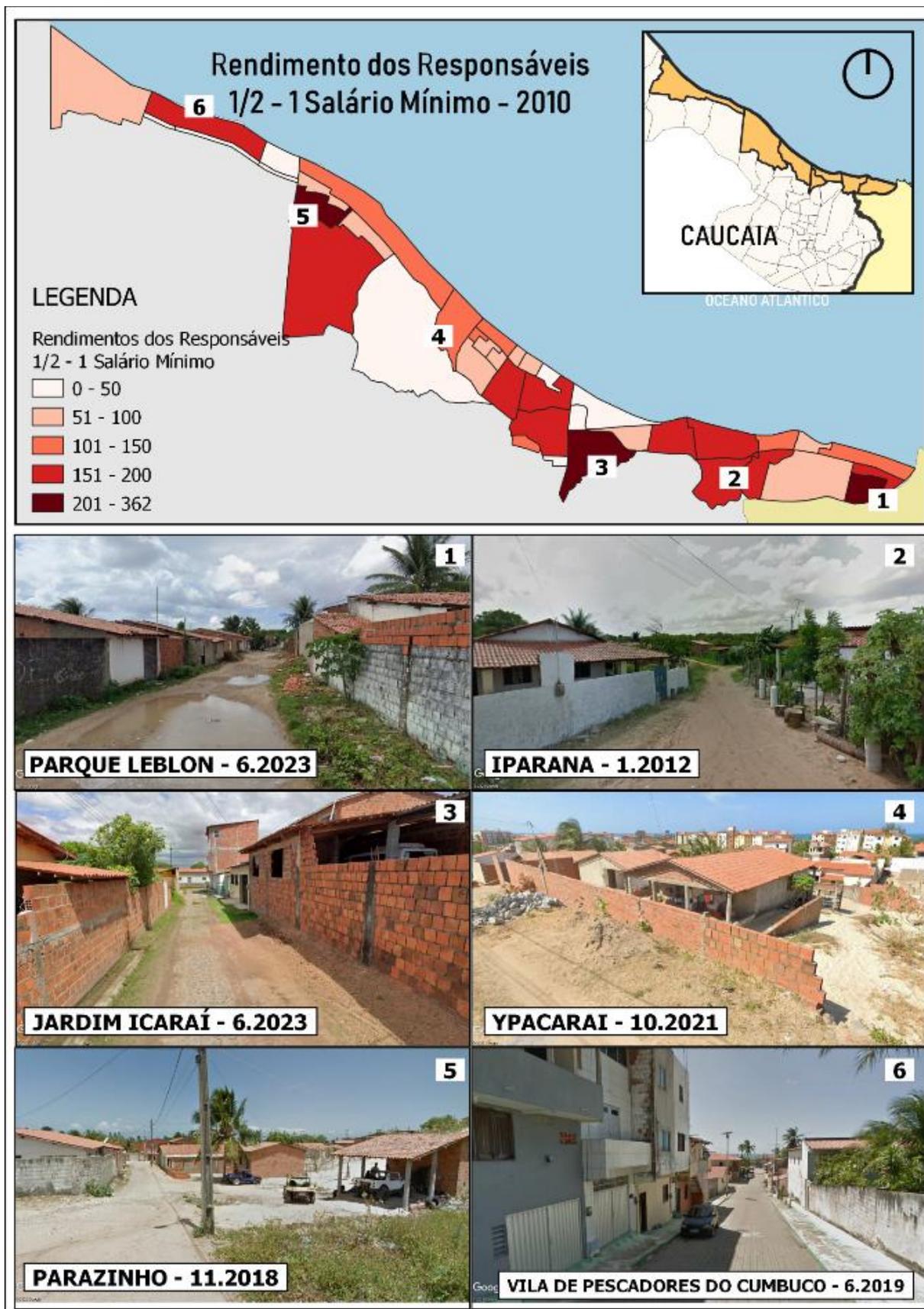
Esse fato é possível porque uma fração do espaço é transformada e codificada, por ações internas e externas, e assim, altera o valor de uso. Mediante a isso, é decodificado externamente, com determinadas características e infraestruturas que facilitam a comunicação entre o global e o regional. Enquanto as outras frações desse espaço não são recobertas por essas novas características e assim, reproduzem uma forma-conteúdo diferente, essa seria a força do lugar que Santos (2014a).

4.3 A (in)justaposição do habitar na praia

Sendo assim, o uso do território é ponto de partida e de chegada para a compreensão do espaço, pois o cerca de fluxos e de fixos dotados de conteúdos e materializados em formas que se utilizam de uma fração do espaço litorâneo. A possibilidade de indagar as características das formas e compreender a comunicação que esse conteúdo fixo emite, são possíveis pelo território, visto aqui não somente como instrumento de análise, mas como conceito capaz de articular escalas diferenciadas de realização da atividade turística.

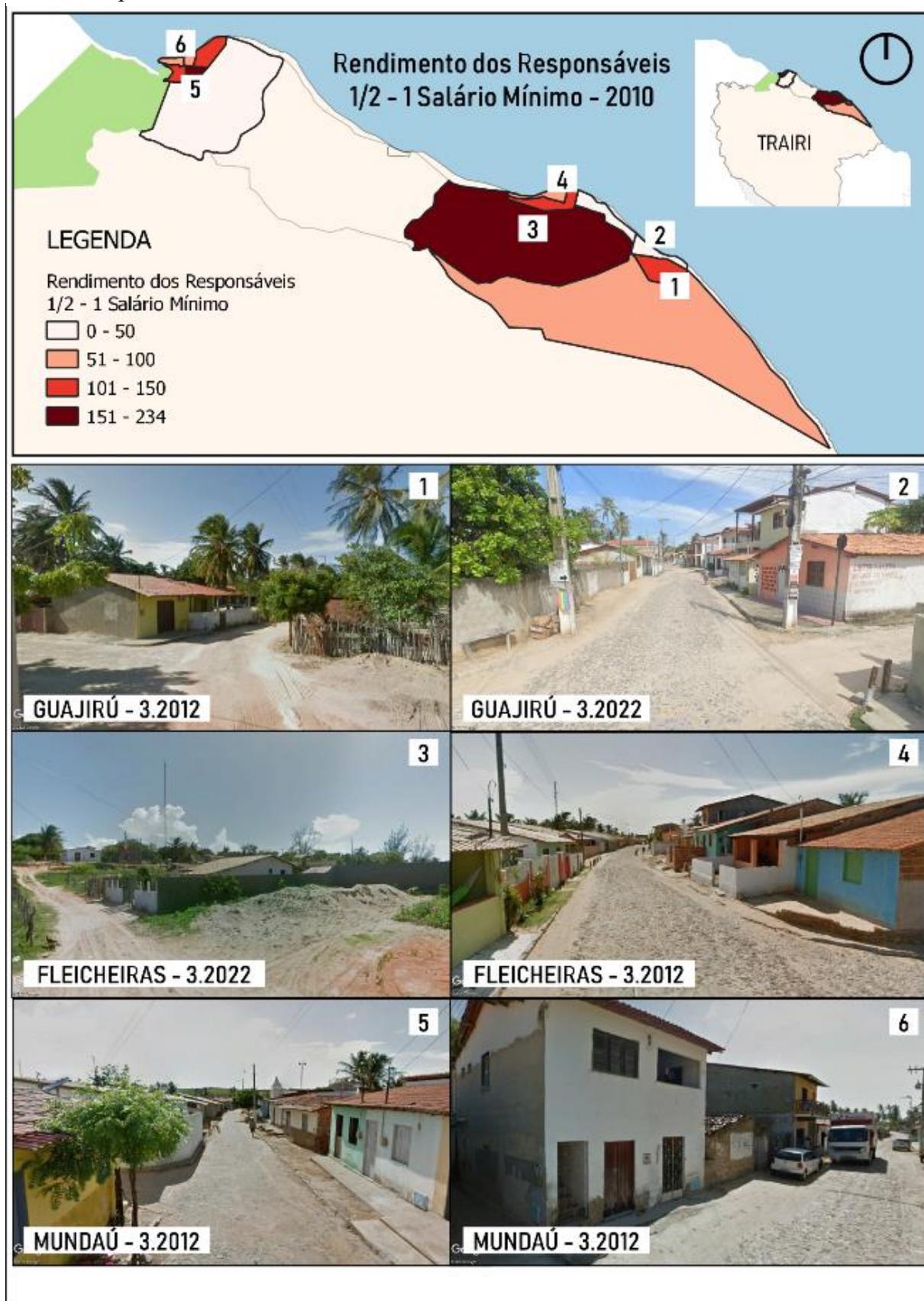
Assim, recriamos uma possibilidade de dar a cada litoral, Caucaia, Cruz e Trairi, uma janela de tempo que evidencie os usos tradicionais e modernos e suas correlações, a partir dos usos residenciais. Consoante às análises e interpretações expostas, é possível identificar dois recortes territoriais no litoral, enquanto que as formas paralelas à praia estão em constante processo de renovação, as ocupações periféricas, estão postas para a precariedade dos domicílios e para a reprodução da pobreza. As Figuras 44, 45 e 46, corroboram tais afirmações, ao associar o rendimento baixo dos moradores com as características dos domicílios.

Figura 41 - Rendimento dos responsáveis de 1/2 a 1 salário-mínimo e características do uso residencial permanente em Caucaia.



Fonte: Censo demográfico de 2010 e imagens do Google Earth Pro.

Figura 43 - Rendimento dos responsáveis de 1/2 a 1 salário-mínimo e características do uso residencial permanente em Trairi.



Fonte: Censo demográfico de 2010 e imagens do Google Earth Pro.

Figura 45 - Rendimento dos responsáveis de 1/2 a 1 salário-mínimo e características do uso residencial permanente em Cruz.



Fonte: Censo demográfico de 2010 e imagens do Google Earth Pro.

Nas três espacialidades analisadas, essa correlação entre baixo rendimento e menor infraestrutura dos domicílios se apresenta. No entanto, atinge estágios e amplitudes diferenciadas em virtude da realização em temporalidades distintas da atividade turística, o que influencia no aprofundamento do recorte territorial.

Os usos dotados de conteúdos da atualidade reivindicam, no presente, o seu território, sendo ofertado por um conjunto de ações estratégicas da política econômica. Enquanto que essa parcela é renovada pelas formas e pelos sistemas de infraestruturas, a outra é carregada de usos antigos, de tempos antigos que resistem e do cotidiano interligado com o horizonte das relações sociais.

Por meio dos fluxos de curta e de longa distância, a metrópole conjuga e centraliza um número maior de decisões e as delega para certas porções do território nacional, não é para a totalidade, são pontos privilegiados por infraestruturas e sistemas informacionais. Assim, o termo sedentário, referente aos habitantes, não se encaixa totalmente na discussão a qual estamos envolvidos.

Tudo porque a dinâmica que envolve os indivíduos nos espaços metropolitanos indica, para além de outros aspectos, que há algum tipo de fluxo e de integração com a estrutura metropolitana. Ou seja, os fluxos turísticos no litoral podem ser repensados, além da mobilidade do turista, coexiste a mobilidade do habitante. Portanto, um espaço fixo e móvel, o turista e o habitante estão inseridos nessa dinâmica, porém, o que os difere são as formas de apropriação do território e os sentidos dos fluxos.

Nesses dois recortes, é possível identificar as transformações espaciais que estão diretamente relacionadas ao incremento da atividade turística e às dinâmicas próprias da urbanização, parcelamento do uso do solo, demandas sociais locais e reprodução da atividade econômica em escala. Nesse caso, ao analisar questão do uso residencial e ambos os recortes territoriais, a dinâmica da moradia ocasional do turista e as demandas sociais da moradia permanente do habitante, também estão a reproduzir tensões, as Figuras 47, 48 e 49 apresentam isso para o litoral do Ceará.

Figura 48 - Conflitos e ameaças identificadas no litoral leste.



Fonte: Diagnóstico Socioeconômico do Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira do Ceará (ZEEC) para o litoral leste

Figura 50 - Conflitos e ameaças no litoral oeste e grande Fortaleza.



Fonte: Diagnóstico Socioeconômico do Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira do Ceará (ZEEC) para o litoral oeste e grande Fortaleza

Figura 53 - Conflitos e ameaças no litoral extremo oeste.



Fonte: Diagnóstico Socioeconômico do Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira do Ceará (ZEEC)

Esses conflitos estão presentes no relatório de Mapeamento Social e Diagnóstico Participativo, referente à atualização do ZEEC – Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira Estado do Ceará (elaborado em 2006 e revisões iniciadas em 2013). Onde são identificadas e localizadas 100 comunidades tradicionais, a maioria possui uma relação de proximidade com o mar.

No litoral leste, os municípios de Cascavel, Beberibe e Aracati são os que mais possuem comunidades mapeadas, enquanto que, no litoral oeste, Acaraú, Itarema, Amontada e Itapipoca se destacam. O documento também especifica que, no litoral leste, há 36 tipos de conflitos localizados e no litoral oeste, 31 tipos de acirramentos e conflitos identificados. Paralelamente, nesses municípios, há aumento das residências de uso ocasional, do imobiliário turístico e das áreas urbanizadas.

Nesse mesmo relatório, é apontado que, a partir de 1970, o uso do litoral deixa de ser conduzido predominantemente pelas comunidades tradicionais locais, para atividades de lazer, recreação e carcinicultura. Isso reflete em uma quantidade maior de acirramentos e contradições, quanto aos novos e velhos usos do território. Conflitos como aterramento de

lagoas por empreendedores locais, entre moradores e bugueiros, entre moradores locais e empresários, empreendimentos eólicos, entre áreas de uso coletivo e propriedades privadas, são exemplos.

Trata-se da consequência das duas perspectivas de apropriação do território, o valor de uso e o valor de troca, como mencionou Lefebvre (2006). Ambas as perspectivas atravessam o território, e são produtos da incidência da globalização no lugar, a circulação/interação ganha maior evidência, e são elementos fluídos associados a maior movimentação de turistas, reverberando em uma dinâmica de fixos estruturais estranhos aos usos tradicionais.

Em geral, o uso do território pela comunidade local é contraditório ao uso privado, a atividade turística metropolitana de sol e mar e a associada ao imobiliário turístico em áreas paralelas à praia, tendem a conflitar com o uso local, consoante ao que Cavalcante (2012) e Paz (2022) apresentaram. As infraestruturas portuárias, as marinas, os resorts e os loteamentos imobiliários transportam o sentido simbólico e material da valorização da praia como um produto gestado no seio metropolitano de Fortaleza.

Essa constatação, à luz dos autores aqui trabalhados, corrobora com a ideia do território usado com a noção de tempo, além da dialética social do presente, existe a possibilidade de diálogo do passado com o futuro, nas possibilidades criadas no cotidiano. Nesse caso, a atividade turística induz à alteração de perfis de usos residenciais e no parcelamento do uso do solo que reforçam a lógica paralela de ocupação, é por meio dessa configuração que a metrópole conforma um processo de regionalização no litoral.

Paralelamente à praia, dá-se a regionalização a partir dos empreendimentos turísticos e do uso ocasional, a solidariedade organizacional, que se refere à organização das empresas, aos grupos econômicos, do espaço como produto especulativo, é o oposto da solidariedade orgânica, da comunicação e dos homens lentos, como afirmou Santos (2008), essa se dá na horizontalidade.

Essa é uma perspectiva de análise do espaço e um recurso teórico que busca distinguir formas de organização no território. A estrutura espacial do litoral é a junção de ambas, que engloba a produção e a reprodução da atividade econômica do turismo e a reprodução da vida, dos homens que percorrem e utilizam-se do território em busca de alimento, de trabalho. É nessa solidariedade orgânica em que se reconhece o território e todas as dificuldades que perpassam no cotidiano dos sujeitos. Essa dupla existência confere ao espaço

um conjunto de complexidades e de disputas, onde se impõe a estrutura social (Santos, 2008; Silveira, 2006).

Sob perspectiva complementar do uso do território intermediado pela metropolização turística, o crescimento de domicílios de uso ocasional cresce concomitante ao número de habitantes litorâneos (Quadro 12).

Quadro 12 -População residente em bairros e setores censitários litorâneos.

População Residente	
Bairros Litorâneos - Caucaia	
2000	12.672
2010	331.295
2022	36.685
Setores Censitários Litorâneos - Trairi	
2000	4.096
2010	8.354
2022	9.121
Setores Censitários Litorâneos - Cruz	
2000	1.706
2010	3.226
2022	6.752

Fonte: Censo Demográfico IBGE (2000, 2010 e 2022).

Os saltos qualitativos e quantitativos são elucidados, consequência direta do processo de urbanização em áreas litorânea. A lógica do habitar na praia é uma marca da urbanização do século XXI, sendo vislumbrado nas municipalidades litorâneas a compor região turística de alto interesse para o mercado imobiliário, onde a racionalidade da política econômica buscou e planejou a planificação econômica por meio do turismo.

No entanto, tal movimento é diverso, em Caucaia, acompanhado pela classe média, em Trairi e Cruz, pelo habitante tradicional inserido em contexto urbano. O crescimento populacional, característica marcante e secular da urbanização, ainda é evidente. Não são explosões demográficas, são crescimentos rarefeitos e distribuídos em municípios que outrora não possuíam relevância econômica para o Estado, restringiam o crescimento populacional e econômico no centro tradicional desprendido do litoral.

Tal quadro torna-se ainda mais complexo, visto que o planejamento econômico e urbano tende a privilegiar a maior oferta de infraestrutura e serviços paralelos à praia. Os efeitos da urbanização desigual, marcante no seio da metrópole, também estão presente nessas populações. Como por exemplo, a presença de famílias de baixa renda, em situação de pobreza e pobreza extrema, dependente de programas de assistência social, como é o caso do cadastro do CADÚnico e o Programa Bolsa Família (Quadro 13).

Quadro 13 - Famílias cadastradas no CADÚnico.

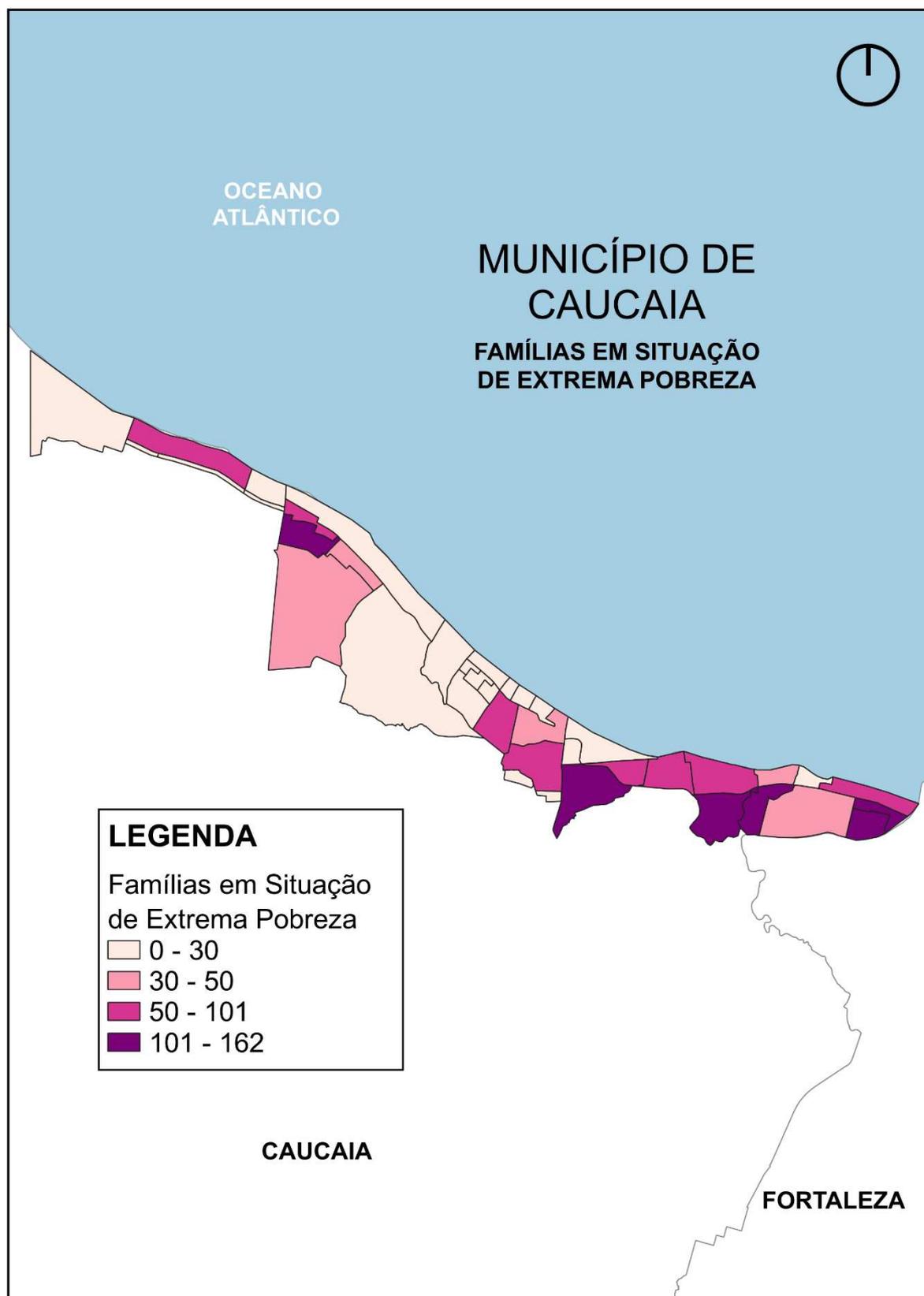
MUNICÍPIO	Caracterização do Rendimento e Situação Social - Plataforma CADÚnico (2019)				
	População Residente (2022)	Famílias em situação de Extrema Pobreza	Famílias em Situação de Pobreza	Pessoas Beneficiárias do Programa Bolsa Família	Pessoas Cadastradas no CADÚnico
CAUCAIA	36.685	1725	593	6807	10671
TRAIRI	8354	1158	32	3527	4161
CRUZ	3226	189	46	759	1175

Fonte: MOPS - Mapas Estratégicos para Políticas de Cidadania (Ministério da Cidadania, 2019).

Assim, ao passo que o número de domicílios de uso ocasional aumenta, também cresce o uso permanente associado à baixa renda dos habitantes. Nesse caso, a reflexão sobre o processo de metropolização turística é complexificado, visto que a alteração das formas paralelas à praia ocorre de forma complementar com o crescimento de habitantes litorâneos, inseridos precariamente na economia urbana.

Com base nos materiais cartográficos e nas tabelas elaboradas, não se constata uma surpresa quanto à localização dessas famílias. Em sua maioria, estão postas em áreas periféricas à praia, defrontam-se com a paisagem natural metamorfoseada pelo uso ocasional localizados nos quarteirões defrontantes com o mar (Figuras 46, 47 e 48).

Figura 56 - Cadastro de famílias em situação de extrema pobreza em bairros litorâneos de Caucaia.



Fonte: Ministério da Cidadania (2019).

Figura 58 - Cadastro de famílias em situação de extrema pobreza em setores censitários litorâneos de Trairi.

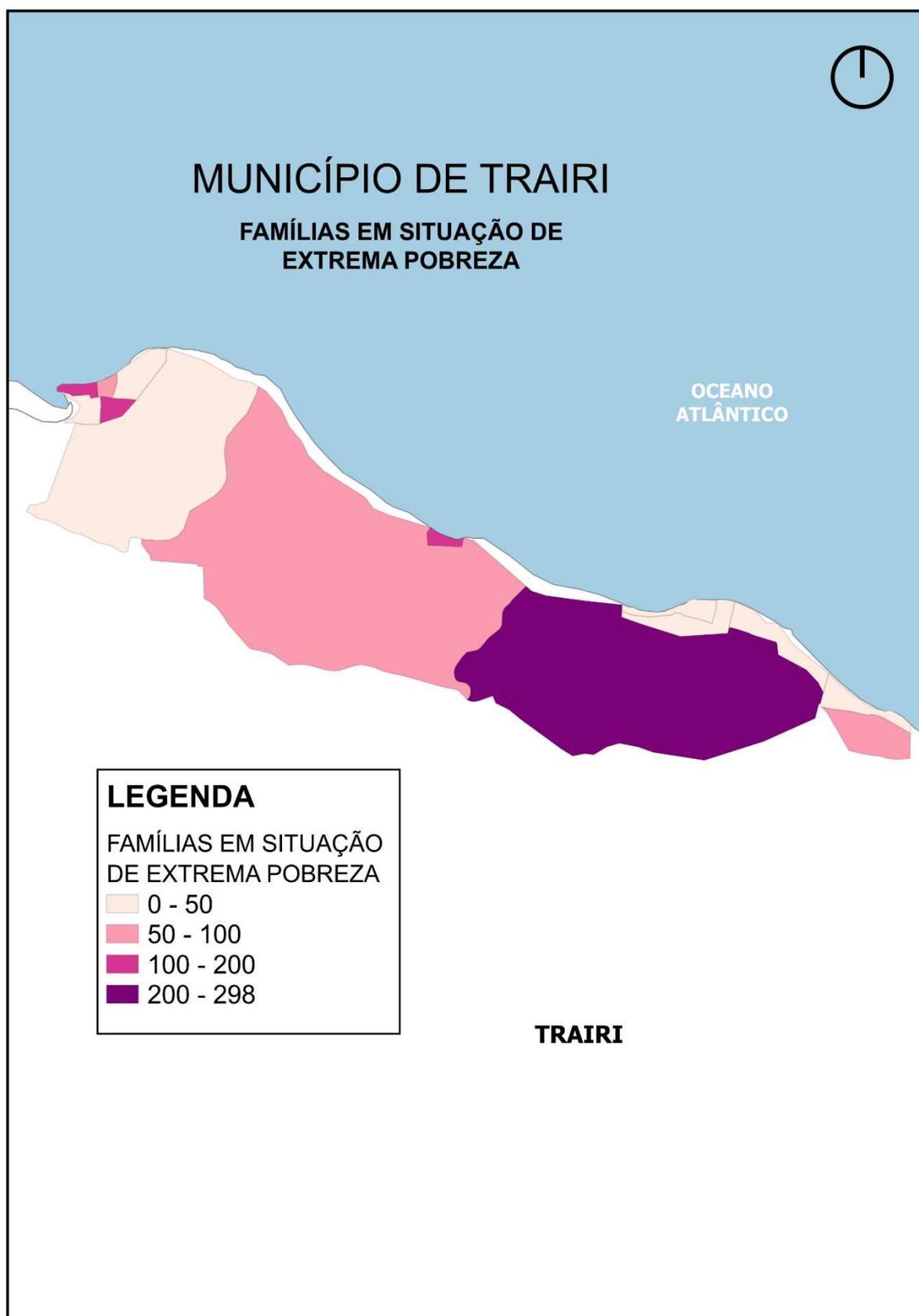
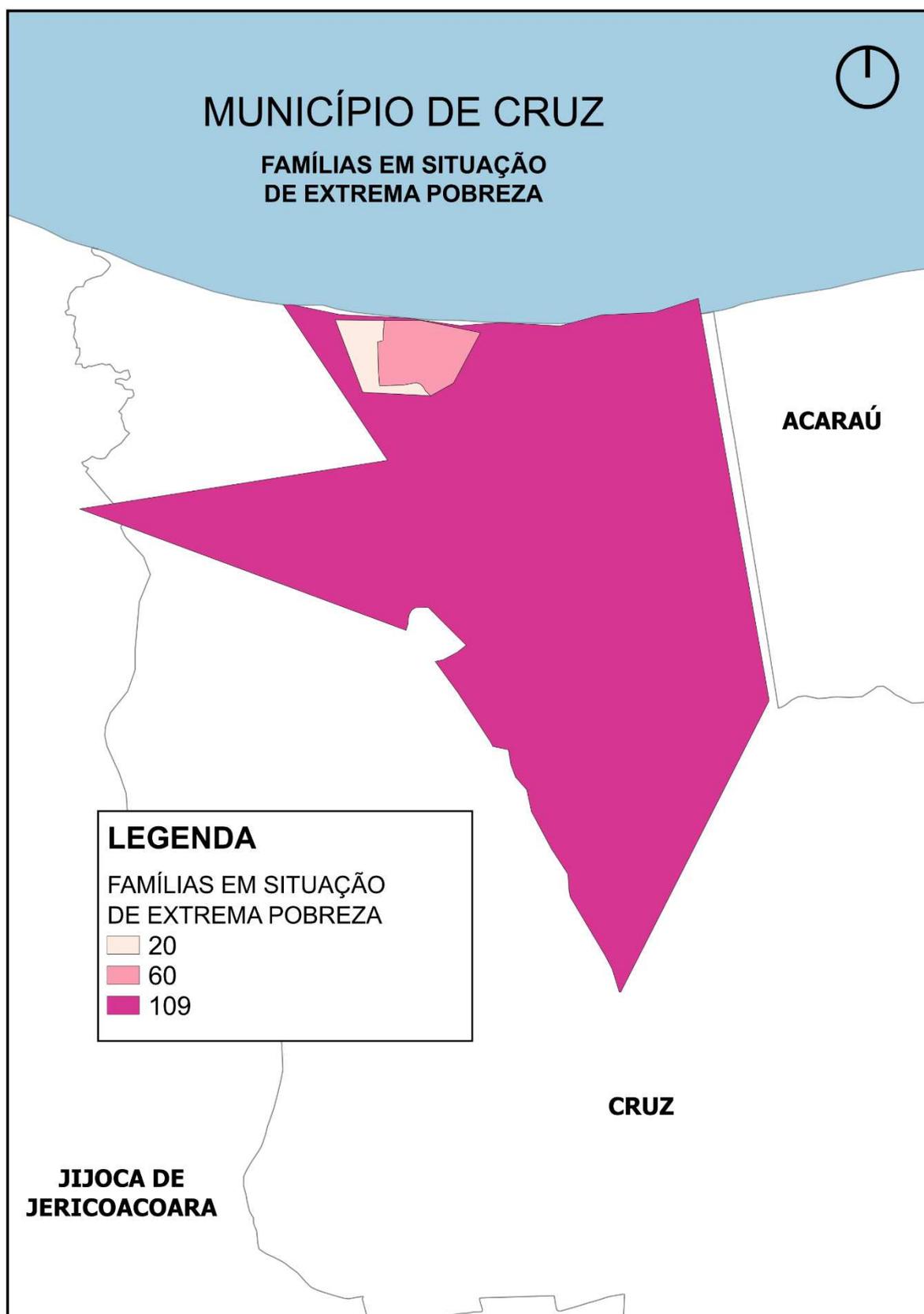


Figura 60 - Cadastro de famílias em situação de extrema pobreza em setores censitários litorâneos de Cruz.



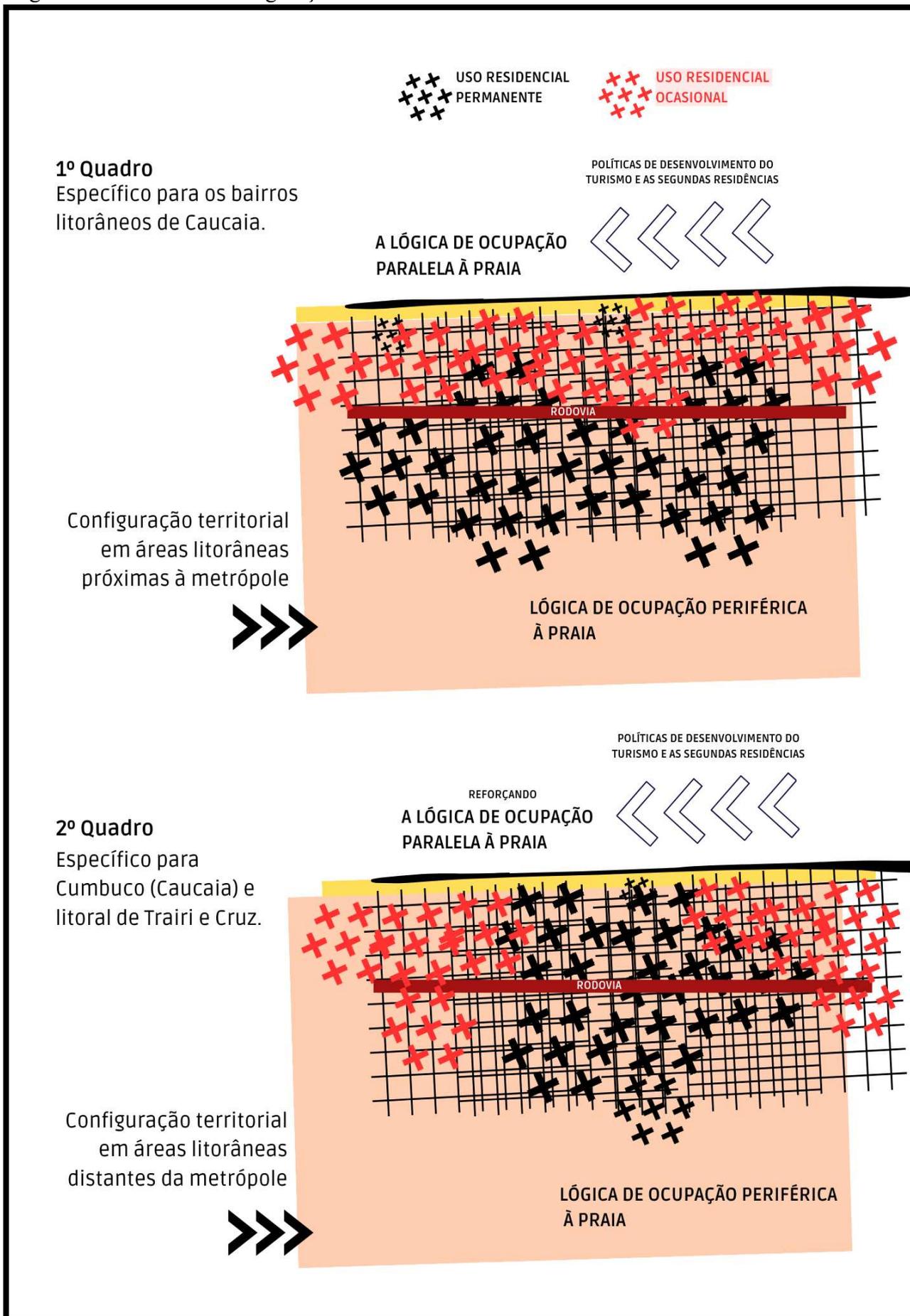
Em Caucaia, a urbanização desigual a partir da renda e das condições dos domicílios tem maior evidência tendo em vista sua localização no Arranjo Populacional. Fato surpreendente refere-se às características marcantes da urbanização turística nos municípios de Trairi e Cruz. A configuração territorial e a presença de famílias em extrema pobreza, por exemplo, são semelhantes e ocorrem em menor número, nas áreas paralelas e em maior número nas áreas periféricas.

Características essas que associam e caracterizam a situação dos domicílios de uso permanente, anteriormente mencionados. Tal configuração do territorial marcado pela prática socioespacial do morar e do lazer na praia refere-se a estratégia de elucidação das forma-conteúdo, e tem como base o espaço banal (Santos, 2012a). A complementariedade dos usos do território considera a justaposição entre ambas as perspectivas de apropriação.

Neste caso, a justaposição das formas residenciais e dos conteúdos, quer seja, das condições de vivência e de sobrevivência dos habitantes. Em Caucaia, a diversidade dos bairros litorâneos é um fato marcante da pobreza e da classe média. Em Cruz e de forma semelhante em Trairi, tal justaposição justifica-se entre os habitantes pobres e os domicílios de uso ocasional. Tendo como referência espacial o litoral de Caucaia, é possível vislumbrar que a alteração do valor de terras tende a acompanhar o crescimento do uso ocasional, assim como, propiciar o movimento da classe média para o litoral de Cruz e de Trair.

Assim, tal organização espacial tende a afastar os moradores tradicionais, fortalecendo pequenos movimento migratórios, como aconteceu no município de Caucaia, em direção às áreas de menor valor da terra. Desse modo, o aumento de infraestrutura urbana e da distribuição de serviços não acompanha o crescimento urbano desigual das áreas litorâneas.

No espaço-tempo, a análise indica que o aumento da desigualdade e a proximidade espacial são características qualitativas presentes na produção do espaço urbano litorâneo. Tal processo é produto e condição das diferentes formas de apropriação urbana, seja da ação verticalizada dos agentes imobiliários e da gestão metropolitana, seja da ação horizontal das comunidades urbanas. Mediante a isso, têm-se dois cenários, resultantes de diferentes ocupações no território, com características específicas e gerais (Figura 49).



Generalizando a análise, a produção do espaço urbano litorâneo acompanha os habitantes em sentido periférico à praia, enquanto que os habitats dos turistas expandem linearmente. Conforme aos expostos, é possível indicar que as quantidades de domicílios de uso ocasional alteram a qualidade do espaço litorâneo. Com base nisso, é possível ponderar e indicar que tais conformações no território, em específico para os três municípios analisados, tendem a reproduzir-se em quase todos os municípios litorâneos. No entanto, os nuances diferenciados estão correlacionados com a inserção no espaço-tempo do imobiliário ocasional e do turismo, em paralelo, com os recortes político-administrativos.

Na atualidade, a desregulação do território mediante a incorporação do setor privado extrapola as limitações do planejamento e gestão pública. A descentralização da atividade turística, promovida desde as décadas de 1980 e 1990, conduz para metamorfoses no espaço litorâneo habitado. Fato que permite elucidar, com clareza, maior diferenciação socioespacial em pequenas cidades e distritos próximos ao litoral, como é o caso de Trairi e de Cruz. Características recentes que reconduzem para novas possibilidades da análise espacial, considerando o papel que exerce a vilegiatura marítima e o turismo em pequenas e médias cidades litorâneas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os percursos metodológicos e intelectuais utilizados para este trabalho buscaram elucidar como o processo de regionalização do turismo vinculado ao uso residencial foi transformado no espaço-tempo. A conformação da região turística no litoral oeste cearense, intitulada pelos vilegiaturistas como Rota do Sol Poente, foi resultado da nova racionalidade da política econômica destinada à valorização econômica e simbólica da praia.

Nas décadas de 1980 e 1990, as políticas de desenvolvimento econômico setoriais foram decisivas para a incorporação de duas frentes marítimas de contato, o lazer e o morar a beira mar. Ambas as práticas socioespaciais eram restritas à Fortaleza e, ainda na década de 1960, Caucaia foi inserida em tal perspectiva. O morar ocasional, no intraurbano fortalezense, coincidiu com a expansão urbana de Fortaleza. Nas décadas de 1930 e 1940, a urbanização foi à praia de Fortaleza.

Em virtude do método regional e comparativo de análise, dada a dimensão e extensão do uso ocasional, a demarcação no espaço-tempo dos períodos, marcos iniciais de incremento e de expansão da vilegiatura e do turismo, são fundamentais para a interpretação das formas e dos conteúdos. A conformação e o delinear do conteúdo regional, na atualidade, requer níveis maiores de observação e de instrumentos analíticos. A organização dos objetos no espaço, fator característico para o recorte regional, deve estar intermediada pelo conteúdo.

Assim, a região turística oeste de Fortaleza é repleta de pontos luminosos interligados por área de maior coerência regional-global. No entanto, cabe ressaltar, com base na origem externa da maritimidade, replicada aos moldes ocidentais, o morar ocasional não representava potencial incorporação no litoral cearense. Na primeira metade do século XX, em Fortaleza, era restrita aos bairros de pescadores do setor leste.

Por algumas décadas (1930 – 1950), a justaposição entre residenciais ocasionais e tradicionais era a maior representação da diferenciação socioespacial no litoral fortalezense. Em tese, não é possível afirmar que a coexistência entre ambas as formas de uso e ocupação do território possuíam relação harmoniosa, contudo, também não é possível afirmar que a incorporação do morar ocasional foi responsável por diminuir e descaracterizar o cotidiano tradicional. Para tal feito, o intenso processo de urbanização turística acirrou a relação com o habitar tradicional.

Com o prolongar das décadas (segunda metade do século XX), o morar permanente da elite instaura um cotidiano mais dinâmico, considerando a sazonalidade do uso ocasional. Assim, emerge duas associações de usos residenciais que concorrem para a maior valorização da renda da terra litorânea, o habitar permanente da classe média alta e o morar ocasional, em detrimento do habitar tradicional. O aprofundamento dos recortes territoriais litorâneos foi ocasionado pela política de desenvolvimento regional para o turismo, com enfoque na região litorânea a oeste de Fortaleza.

É fato que as políticas de desenvolvimento para o turismo reverberaram em transformações sociais e econômicas profundas no litoral. A descentralização de investimentos para os municípios do litoral oeste e o marketing promovido pelos agentes políticos foram assertivas para o desenvolvimento de tal atividade associada à vilegiatura. As infraestruturas rodoviárias e a descentralização de aeroportos regionais são exemplos. Mediante a isso, ocorre movimento conjugado de ativação de terras para o imobiliário turístico.

Fato que elucida os recortes territoriais litorâneos, paralelos e periféricos. À medida que o espaço é concebido como produto, a produção deste pode ser entendida como raridade. Os agentes imobiliários, nesse aspecto, são um dos principais responsáveis pela produção do espaço urbano litorâneo. Causa e consequência do crescimento desse tipo de domicílio. Tal tipologia, no território nacional, está localizada principalmente em amenidades litorâneas, nos arranjos espaciais metropolitanos litorâneos, a tônica de fragmentação é maior acentuada e adensada.

De fato, o mercado imobiliário tem grande responsabilidade na produção desse espaço, um reflexo da apropriação comportamental do morar ocasional por meio do turista. Porém, tal prática surtiu efeito em virtude da apropriação simbólica da praia por parcela significativa da sociedade. A mudança de racionalidade imprimiu novos comportamentos sociais, fato constatado nas décadas de 1920 e 1930 em Fortaleza.

Tal valorização ocasionou processos e formas que propiciaram a justaposição entre habitantes e turistas. A prática socioespacial atrelada ao lazer e à visitação é responsável pela ativação do solo urbano, assim como, na produção de formas e conteúdos turísticos, os quais contrastam com o modo de vida e das formas de uso residencial dos habitantes tradicionais. O delinear da problemática em região litorânea turística do Ceará sugere para a maior proximidade entre as práticas de vilegiatura tradicionais e modernas.

Correlação que ocasiona em ocupação linear, orientada pela maritimidade e pelo uso residencial ocasional. É nesse momento que conhecemos outras funções, processos e formas pré-existentes na praia, o turista encontra o habitante. Como foi apresentado, esse está para a figura do pescador e dos pobres que advindos do sertão. Tal encontro reverbera em um jogo desigual de relações, tendo em vista o crescimento da renda da terra litorânea.

A justaposição da forma-conteúdo tende a acompanhar a valorização econômica das áreas paralelas à praia. A assertiva fez-se coerente analisada à luz da metropolização turística, potencializando o entendimento da formação de extensões de áreas coerentes a partir de tal atividade econômica. No entanto, cabe ressaltar que esse processo, analisado precisamente por pesquisadores nordestinos, refere-se não somente à atividade turística, mas também à vilegiatura marítima.

Essa prática social marítima, diferente da atividade turística, tem a capacidade de capturar o fenômeno de origem interna, quer seja, a popularização das áreas litorâneas. Para o turismo, existem dois pontos de localização, o lugar de origem e o lugar visitado, independente da proximidade espacial, esse movimento é sempre realizado com origem externa. A prática da vilegiatura marítima abriga movimentos externos e internos. Tanto o pescador como o turista são vilegiaturistas, o fato que os difere são as formas distintas de uso do território.

Considerando tal aspecto, a metropolização turística abriga conceitualmente práticas socioespaciais para além do turismo, conforma espaço e região litorânea a partir da multiplicidade de funções e usos associados às praias. O turismo atua como vetor potencializador de fluxos e de formas, o sucesso da atividade da maior integração entre os pontos litorâneos luminosos.

À luz desse processo, a prática do morar ocasional fragmentou-se no litoral cearense e o tecido urbano litorâneo incide com maior força nos lugares visitados. A organização coerente das formas paralelas à praia é resultante da racionalidade econômica e política, a qual busca a homogeneização do espaço. Como evidenciado em Caucaia, Trairi e Cruz, a semelhança ocorre nos recortes territoriais. O uso ocasional, preferencialmente, ocupa as áreas paralelas às praias.

Nesses moldes, o referido processo foi apresentado concomitantemente com as políticas setoriais para o turismo, escolha necessária visto que a maior ou menor coerência regional dos fixos é dependente do volume de recursos orçamentários destinados aos estados e

municípios. Em Caucaia, anterior à Trairi e Cruz, a consolidação turística foi resultado direto do sucesso econômico e social da incorporação das zonas de praia ao cotidiano da cidade.

Visto como um fenômeno, o uso ocasional, em maior ou menor quantidade, foi inserido ao cotidiano do uso permanente tradicional. Dado ao volume quantitativo e a extensão territorial existente, a análise deste trabalho, como possibilidade, poderia escolher aleatoriamente somente um dos municípios analisados, a totalidade dos municípios da costa oeste ou os municípios das áreas político-administrativas e altamente cornurbadas (RMF e Arranjo Populacional IBGE).

No entanto, com o intermédio do quantitativo, a escolha dos três municípios justificou-se ao longo da análise imposta, considerando os rearranjos apontados em áreas com distintas organizações socioterritoriais. Porém, com os apontamentos realizados em Caucaia, Trairi e Cruz, é possível afirmar que, haja vista a presença do uso residencial ocasional, o recorte territorial é delineado paralelo à praia.

Essa característica tornou-se comum no litoral dos três municípios. O recorte espaço-tempo e as quantidades apontaram que à medida que cresce o número de domicílios de uso ocasional, tende a diminuir as ocupações permanentes tradicionais. Esse fato justifica a primeira etapa da justaposição socioespacial, resultado da fragmentação do uso ocasional impondo diferenciações na forma de uso do território. Característica presente nas remanescentes vilas de pescadores.

A característica diferencial marcante da ocupação paralela à praia foi observada em Caucaia, onde existe uso permanente associado à classe média. Assim como nos bairros litorâneos do Meireles e da Praia de Iracema (Fortaleza), o uso ocasional representou o primeiro movimento da urbanização em direção à praia, posteriormente, o uso permanente da classe média sobrepôs ao uso ocasional. O conteúdo da justaposição é transformado ao passo que o litoral é metamorfoseado pela urbanização.

Assim, dois cenários podem ser evidenciados: (a) o uso ocasional representa a primeira urbanização em direção à praia justapondo ao uso permanente tradicional; (b) dada às condições favoráveis para o habitar permanente (trabalho, segurança, lazer), essa porção do território foi apropriada pela classe média. A justaposição do habitar de alto rendimento e do morar ocasional segue como uma tônica de incorporação das zonas de praia; (c) o uso permanente tradicional é expulso e/ou condicionado a maior contensão territorial, refletindo a apropriação periférica à praia com baixos rendimentos e com domicílios precários.

A consolidação do turismo em Fortaleza impulsionou a fragmentação socioespacial tendo como referência a praia, ambiente para o lazer e o morar. A urbanização espaçada é transformada em contínua dada a integração entre Caucaia e Fortaleza. Em Trairi e Cruz, esse processo ganha maior nível de coesão, dado ao fato de integrar-se com os domicílios de uso permanente.

Em virtude da recente inserção no turismo e na vilegiatura em Cruz e Trairi (século XXI), a associação entre o morar ocasional e o habitar tradicional é maior que em Caucaia. Fato que foi evidenciado a partir dos setores censitários, no entanto, a forma-conteúdo do habitar tradicional é inserida à urbanidade de modo precário, considerando o baixo rendimento dessas populações. Assim, forma-se uma barreira para a expansão, criada pela forma-conteúdo da modernidade urbana.

Na perspectiva paralela, o imobiliário turístico associado à produção do uso ocasional, é responsável pelo prolongar do tecido urbano. Nessas áreas, existe uma maior rarefação dos objetos. Em Trairi, o extenso litoral e a distância entre as praias de Flecheiras e Guajirú tornam-se relativas, assim como na Praia do Preá, com a recente área urbana litorânea. Nesse aspecto, o prolongar da urbanização nessa perspectiva de ocupação tende a homogeneização. Em Caucaia também, no entanto, a urbanização é acentuada na extensão litorânea desse município.

Essa tentativa de homogeneização é frustrada pelos diferentes momentos de realização da forma-conteúdo, mesmo que a finalidade do mercado imobiliário convirja para a produção do uso ocasional. As formas contemporâneas contrastam com as primeiras formas de ocupação do uso ocasional. A característica principal era a tipologia unifamiliar, com as mansões e bangalôs, posteriormente, os condomínios horizontais (multifamiliar). Na atualidade, o aumento dos lotes, áreas construídas e edificadas, dá lugar, principalmente, aos sofisticados condomínios e *resorts*.

Características identificadas nos três municípios em questão. A inserção dessa frente territorial no turismo nacional e internacional permite maior comunicação com holdings empresariais que atuam no mercado imobiliário turístico. O êxito das políticas de desenvolvimento regional voltada ao turismo repercutiu em nível maior de investimento privado. Para tal realização, as infraestruturas de rodovias e aeroportos foram de fundamental importância.

Na área de maior representatividade econômica do território cearense, a RMF segue a estratégia de integração dos municípios por meio das rodovias litorâneas e de centralidade de voos nacionais e internacionais do Aeroporto Internacional Pinto Martins (localizado em Fortaleza). Em Caucaia e Trairi, as CE-085, CE-090, CE-163 e CE-346, com investimentos públicos e de bancos privados ilustram a forma de captar e de redistribuir os turistas entre os municípios.

Nesse aspecto, a região litorânea, à luz da metropolização turística, é formada a partir de pontos luminosos com formas e conteúdos semelhantes, a reunião de formas de organização dos objetos a partir de uma estrutura organizacional. No entanto, essa estrutura é condicionante e condicionada pela coexistência de formas e conteúdos antecedentes. O uso residencial permanente também se realiza mediante a urbanização e regionalização do turismo.

Caracterizar tal processo somente por um elemento espacial ou atividade econômica seria forte equívoco. Desprezaria o espaço habitado, considerando somente o espaço concebido. O uso ocasional se refere a movimentos sazonais de ocupação e de fluxo, por mais que estabeleça como uma segunda casa para o turista, este representa uma forma vertical de uso, não está para o cotidiano do lugar. Limitado às frações de tempo usado, condicionado às condições de ócio da primeira residência.

A identificação de formas de ocupação no território litorâneo a partir do uso residencial referiu-se a estratégia de análise, por meio dessa foi possível correlacionar as condições dos domicílios permanentes com ocupações periféricas à praia. Essa condição de ocupação foi resultado do adensamento de ocupações paralelas à praia, em particular, do uso ocasional. Em virtude de processos de expulsão e de expansão paralela à praia das segundas residências, tais áreas urbanas possuem relação complementar com as transformações resultantes da urbanização turística.

As áreas periféricas referem-se, sobretudo ao padrão dos arruamentos, de forma que no mesmo logradouro ou quarteirões adjacentes, existe proximidade espacial entre o uso ocasional e o uso permanente tanto da classe média como dos pobres. Quanto maior a distância em relação ao mar, menor é a influência dos domicílios ocasional e maior é a quantidade de domicílios com baixa renda localizados em áreas com pouca ou inexistente infraestrutura urbana.

Essas áreas, em Caucaia, Trairi e Cruz são semelhantes. São reflexo do acentuado processo desigual da urbanização. Enquanto paralelamente a renda da terra é valorizada e

apropriada pela classe média e pelo uso ocasional, nas áreas mais afastadas em relação à praia, a ocupação é predominante permanente, são movimentos de expansão dialéticos e complementares.

Considerando isso, não é possível afirmar que a fragmentação socioespacial se refere somente ao uso ocasional. O maior nível de coesão (objetos e fluxos) nesses destinos é condicionado pelo uso ocasional. De tal modo que influencia diretamente na direção do tecido urbano. A perspectiva de análise complementar das formas de assentamento no território permite atribuir maior complexidade ao tratamento da urbanização e metropolização turística. Assim como da regionalização do turismo, o que permite afirmar que a referida região turística possui diversas áreas luminosas rodeadas por múltiplas áreas opacas.

Assim, é possível compreender a diversidade na homogeneidade. O uso permanente periférico à praia refere-se às novas possibilidades de apropriação do espaço urbano litorâneo. A urbanização paralela à praia foi um processo intermediado por necessidades de determinada parcela da sociedade, a partir da consolidação da praia como ambiente preterido para o lazer e a moradia.

Essas necessidades, observadas conjuntamente com o habitar permanente, atribuem maior diversidade na análise, referem-se às possibilidades de emprego, geração de renda, lazer popular e de habitar. Assim, as metamorfoses do litoral habitado são intermediadas pelo conjunto de necessidades e demandas da sociedade urbana. O que justifica a utilização do conceito de território usado também como instrumento analítico baseado na prática socioespacial.

Tal ferramenta analítica e instrumental concede uma interpretação baseada na realidade de objetos e de fluxos presentes no território. Nesse sentido, a base que estrutura o espaço e o tecido urbano, onde há a operacionalização das organizações econômicas, das ações de estado, a reprodução da vida materializada em formas. Tal noção nos permite avançar na compreensão de características importantes para o uso residencial permanente no litoral, auxilia na análise que engloba o litoral como habitar da pobreza.

Nesse sentido, a formação das condições gerais para a reprodução da atividade turística também fortalece a ocupação permanente. Atividade essa que gestada no seio da metrópole exerce papel central na economia do Estado e tende a pautar o processo de urbanização no litoral. Fato que aponta para novas dimensões da metropolização.

Em maioria, os estudos em torno da metropolização do espaço apontam para a indústria como a principal dinamizadora do espaço urbano. De fato, o representativo número de postos de emprego e a extensiva infraestrutura urbana acentuaram o processo de urbanização das cidades. Em partes, foram responsáveis pela superação da escala da cidade para metrópole. No entanto, dada as novas divisões territoriais do trabalho, o número expressivo de desempregados e a reestruturação espacial das atividades industriais, outras formas de realização do cotidiano urbano proliferam.

O turismo representa, na atualidade, as novas formas de conexão e de produção de fixos urbanos. Um dos resultados da globalização é maior capacidade de planejar e de exercer influência sobre determinado lugar mesmo que distante, ou seja, a relativização da distância entre os lugares. Planejar uma viagem, realizar reuniões à distância ou trabalhar remotamente, representam novas demandas econômicas e sociais pautadas na maior necessidade de consumo em curtos períodos.

Na indústria, isso representa maior inserção de tecnologias e de inteligências artificiais as quais acentuam estruturalmente as oportunidades de emprego, exercendo maior controle e instantaneidade na produção, distribuição e no consumo. No turismo, tal fato aponta para maior nível de fluxo de pessoas com variados objetivos (visitação, negócios etc.) entre os continentes, países, regiões e municípios. Novas demandas econômicas orientadas por novas necessidades da sociedade urbana. O que permite extrapolar o entendimento da metropolização, incluindo novas dinâmicas econômicas as quais representam também a expansão da influência metropolitana.

No litoral cearense, como foi evidenciado, o turismo é um dos potencializadores de transformações no litoral habitado. A urbanização associada a tal atividade envolve uma combinação entre a produção de fixos e fluxos intencionais e não intencionais em lugares turísticos. O imobiliário para segundas residências, as pousadas, redes hoteleiras, infraestruturas rodoviárias e aeroportos, estão diretamente interligados a essa atividade.

No entanto, a presença dos habitantes, o surgimento de comércios locais, os postos de emprego gerado pelas redes hoteleiras, são exemplos de transformações indiretas. Fato que explica maior nível de coesão socioespacial nas espacialidades turísticas analisadas. A população e o quantitativo de domicílios construídos e/ou em construção direcionam para estudos mais robustos sobre a urbanização litorânea. Porém, imediatamente apontam para o fortalecimento da temática e para a assertiva utilização do termo metropolização turística.

Tal processo, atuando em macro escala da urbanização e da influência da metrópole, é responsável pela inserção de maior número de elementos no espaço litorâneo. A fragmentação do tecido urbano sob a égide do lazer e do morar na praia justapõe-se com os conteúdos e práticas socioespaciais tradicionais.

Na atualidade dos estudos urbanos, em teses, dissertações, livros e em periódicos, a análise dos processos socioespaciais possuem notória influência e prolongadas discussões. As aglomerações urbanas e o maior nível de desigualdade entre os homens de maior e menor renda são fatos atuais e que refletem o atual estágio do capitalismo. Pesquisas de norte a sul do país evidenciam como os pobres tornaram-se mais pobres e os ricos percorreram curva acedente de renda.

Com clareza, tal desigualdade, lado perverso da diferenciação socioespacial, foi evidenciado no litoral. Em geral, a integração metropolitana é uma busca excessiva entre os homens, a economia e a política. Pois representa, em partes, maior possibilidade de trabalho, de comunicação e de sociabilidade, no entanto, neste trabalho esse sentido é duplo. Apesar na contradição existente, o uso do território é complementar

A metropolização do espaço refere-se ao maior nível de globalização e de influência de determinada estrutura urbana. Em perspectiva dialética, a produção do espaço urbano é desigual, fato que reflete em no processo de integração, tornada desigual, visto que apropriada substancialmente pela superação do valor de troca em detrimento do valor de uso, tende a reproduzir homogeneizações e fragmentações.

Ao considerar a estrutura metropolitana, as virtualidades do espaço-tempo contornam a problemática. Fato que é representativo em Caucaia, Trairi e Cruz. Nos bairros litorâneos caucaienses, tal fato é expresso pelo maior adensamento urbano e desigual. Assim como, nos distritos de Flecheiras e do Preá. Praias cearenses famosas como Cumbuco, Icaraí, Guajirú, Flecheiras e Preá, possuem número expressivo de pobres habitando em domicílios precários.

A justaposição é resultado da atuação de elementos tradicionais de ocupação no território e de elementos da modernidade orientados, principalmente, pelo mercado imobiliário. O habitar permanente da classe média representa característica diferenciada, sobretudo, no recorte do Arranjo Populacional de Fortaleza. Fato que também era restrito à orla fortalezense. Essa representa a segunda etapa de incorporação da praia como ambiente de moradia. Característica restrita à aglomeração urbana metropolitana.

A complexidade do processo de metropolização envolve o reposicionamento das atividades portuárias, laborais, da habitação, e neste caso, essencialmente do lazer. Antes, tal temática estava posicionada à margem dos estudos urbanos, esses em geral, privilegiavam a relação trabalho e moradia, ou seja, o local e a distribuição da produção em relação ao consumo e à inserção precária do trabalhador neste ciclo econômico.

No entanto, apesar da relevância de tal tema na atualidade, frente à nova organização territorial do trabalho, novas demandas orientam a sociedade urbana, sendo uma dessas, o lazer. Assume papel central nas discussões dos planos diretores municipais e na redefinição das áreas urbanas nas metrópoles, seja dos espaços luminosos seja dos espaços de lazer marginalizados reinventados e refuncionalizados pela juventude e grupos sociais localizados em comunidades urbanas. Assim, emergem novas possibilidades de análise, integrando diferentes perspectivas de incorporação dos territórios litorâneos, o econômico, político e o social.

Apesar da presente desigualdade de renda entre áreas paralelas e periféricas à praia, ocorre uma redefinição das cidades em torno do mar. Trairi e Cruz, municípios inexpressivos na economia cearense, sob esse novo rearranjo espacial e regional compõe a atual racionalidade da política econômica que tem como centralidade as praias como área de lazer, mesmo com formas-conteúdo em menor expressão em relação ao núcleo metropolitano. Essa associa-se tanto aos habitantes da classe média como aos habitantes pobres, nesse sentido, generalizando, ocorre uma popularização do lazer na praia.

Frente ao crescimento populacional, resultado de novas práticas socioespaciais, emergem possibilidades para novos estudos a considerar o reposicionamento do litoral frente aos novos conteúdos e demandas sociais, com intenso processo de urbanização e de redefinição das metrópoles litorâneas. O imobiliário residencial ocasional e os recortes territoriais ocasionados são exemplos apontados neste trabalho e que, conjuntamente, podem ser inseridos em análise mais ampla, a considerar as demais práticas de vilegiatura marítima, como exemplo, os esportes realizados em ambientes litorâneos.

No contorno dessa questão e igualmente relevante, processos e formas são justapostos no litoral. Porém, a similaridade na comparação permite apontar tendências de incorporação. O que possibilita afirmar que independente do município litorâneo escolhido, a considerar o uso residencial, os recortes territoriais seriam, frequentemente, observados na estrutura territorial. No entanto, a diferenciação socioespacial maior ou menor no tempo tende

a repercutir de dois modos, em ambos os casos, a justaposição é um fato, apesar de flertar com a segregação socioespacial, este trabalho não é decisivo para apontar tal processo. Assim coexistem em região turística do litoral oeste cearense duas perspectivas explicativas da estrutura territorial:

- A justaposição entre a tradicionalidade e a modernidade urbana turístico-marítima inseridos na lógica da sociedade urbana. Resultado direto da fragmentação socioespacial a partir do lazer e do morar na praia.
- O ritmo acelerado de incorporação das zonas de praia, apontado acima, ocasiona maior aprofundamento na estrutura territorial. A perversa diferenciação socioespacial é responsável pela homogeneização de conteúdos, áreas do habitar da classe média e do morar ocasional ocupam, linearmente, o litoral, e, como fator complementar, a população tradicional expulsa e contida em áreas menores paralelas à praia, inseridas na economia urbana, associa-se com a população pobre localizada, principalmente às margens das áreas do habitat.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, C. S.; TOMAZZONI, E. L. Turismo de Segundas residências no litoral sul do Brasil: uma discussão sobre seu dimensionamento e relevância para a atividade turística contemporânea. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 12, n. 1, p. 80–101, 1 fev. 2018.
- ABRAMO, Pedro. A cidade COM-FUSA: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **Revista Brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 9, n. 2, p. 25-25, 2007.
- ABREU, L. M.; COSTA, A. Turismo e Litoral: transformações espaciais, fragmentação urbana e exclusão social no Nordeste do Brasil. **Revista Thésis**, v. 2, n. 3, 11 out. 2017.
- ALMADA, J. A. B. de. Lugar turístico e território usado: contribuições teóricas ao estudo do Turismo a partir da Geografia de Milton Santos. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 4, n. 15, p. 197–221, 2019. DOI: 10.18764/2446-6549.v4n15p197-221. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/9173>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- ALVES, Larissa da Silva Ferreira. **Culturas de ordenamento territorial do turismo das regiões metropolitanas de Fortaleza-CE, Natal-RN, Recife-PE e Salvador-BA**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Ceará, 2013. 297f.
- ANDRADE, M. J. F. S. **Fortaleza em perspectiva histórica: poder e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)**. 2012. 297p. Tese (Doutorado Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) FAUUSP, São Paulo, 2012.
- ARAÚJO, Enos Feitosa de; PEREIRA, Alexandre Queiroz. Turismo litorâneo na metrópole cearense: o caso de Caucaia, Ceará, Brasil. **Conex. Ci. Tecnol. Fortaleza**, v. 4, n. 1, p. 72-81, nov. 2010.
- ARAÚJO, Enos Feitosa; PEREIRA, Alexandre Queiroz. O turismo e a valorização do litoral metropolitano: espacialidade turística em Caucaia-CE. **RA'EGA**, Curitiba, n.21, p.78-104, 2011.
- ARAÚJO, C. P. DE. Da Embratur à política nacional de turismo. Pós. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. FAUUSP, v. 19, n. 31, p. 146, 20 jun. 2012.
- ARAÚJO, Cristina; VARGAS, Heliana. Sorria: você está na Bahia. A urbanização e a turistificação do litoral baiano. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, v. 1, n. 3, p. 23-41, 2013.
- ARAÚJO, Rachel Vieira; COSTA, Maria Clelia Lustosa. Da migração sertaneja ao surgimento das favelas: a formação socioespacial e vulnerabilidade em Fortaleza-Ceará. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais**, v. 6, n. 3, p. 585-598, 2015.

- ARRAIS, T. A. Integração do mercado imobiliário e segunda residência – Brasil metropolitano. **Mercator** (Fortaleza), v. 13, p. 49 – 62, 2014.
- ASSIS, L. F. de. Território em disputa no litoral cearense: a resistência/inação do Turismo Comunitário diante das ações e contradições do estado. **GEOgraphia**, v. 20, n. 42, p. 101-114, 23 maio 2018.
- BAÑOS FRANCIA, J. A. Ocupación del territorio litoral en ciudades turísticas de México. **Bitácora Urbano Territorial**, [S. l.], v. 20, n. 1, 2012. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/bitacora/article/view/24860>. Acesso em: 12 agosto de 2023.
- BARATA-SALGUEIRO, Teresa. Lisboa, metrópole policêntrica e fragmentada. **Finisterra**, v. 32, n. 63, p. 179-190, 1997.
- BECKER, B. K. (2001). Políticas e planejamento do turismo no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**, 1(1), 1-7.
- BOYER, M. Le tourisme, une épistémologie spécifique enquête de paradigmes. **Loisir et Société / Society and Leisure**, v. 20, n. 2, p. 455–477, 1 jan. 1997.
- BOTELHO, Adriano. Relações entre o financiamento imobiliário e a produção do espaço na cidade de São Paulo: casos de segregação e fragmentação espaciais. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, 2005.
- BRASIL, Ministério do Turismo (2019a) **Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo departamento de Ordenamento do Turismo: Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro. Programa Regionalização do Turismo**. Brasília: Ministério do Turismo.
- BRITO, V. C.; THEIS, I. M.; SANTOS, G. F. dos. O nordeste brasileiro: a escala regional no interior da unidade nacional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 15, n. 3, 2019. DOI: 10.54399/rbgdr.v15i3.4672. Disponível em: <https://www.rbgdr.com.br/revista/index.php/rbgdr/article/view/4672>. Acesso em: 24 mar. 2024.
- CARRIÓN, F.; ERAZO ESPINOSA, J. La forma urbana de Quito: una historia de centros y periferias*. **Bulletin de l’Institut français d’études andines**, n. 41 (3), p. 503–522, 31 dez. 2012.
- CARLOS, A. F. A.. **Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole**. . Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2017. DOI: Disponível em: www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/388. Acesso em 10 de novembro. 2023.
- CARLOS, A. F. A. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direto à cidade”. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, n. 1, p. 349-369, 2020.
- CASTROGIOVANNI, A. C.. Turismo, organização e reconstrução do espaço urbano contemporâneo. **Rosa dos ventos**, v. 5, n. 3, p. 381-389, 2013. 144

CASTRO, Tiago da Silva. **O sol nasce para todos?** Planejamento, turistificação e urbanização litorânea na Costa do Sol Poente do Ceará. 2016. 293 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

CASTRO, Soemya. **Expansão do Santander no Ceará chega a Trairi, que ganha sua primeira agência.** Santander: Portal de Imprensa, 10 de agosto de 2021, <https://santanderimprensa.com.br/expansao-do-santander-no-ceara-chega-a-trairi-que-ganhasua-primeira-agencia/>.

CAVALCANTE, E. O. **Modernização seletiva do litoral:** conflitos, mudanças e permanências da localidade do Cumbuco (CE). 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

CAVALCANTE, E. de O. **Os meandros do habitar na metrópole:** expansão urbana e controle territorial na produção do litoral de Fortaleza. 2017. 269 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

CAUCAIA. **Lei complementar nº 63, de 12 de fevereiro de 2019** – Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo no município de Caucaia e dá outras providências. Caucaia: Prefeitura Municipal de Caucaia, 2019.

CEARENSES brilham e conquistam etapa do Circuito Brasileiro de Kitesurf - Jogada”. Diário do Nordeste, 20 de junho de 2022, <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/jogada/cearenses-brilham-e-conquistam-etapado-circuito-brasileiro-de-kitesurf-1.3246036>.

CHAMBOREDON, J.-C.; LEMAIRE, M. Proximidade espacial e distância social. Os grandes conjuntos e sua população. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 38, 11 jan. 2016.

COLMENARES, Myriam. Marco socio-espacial para el análisis del turismo de segundas residencias. **Iberoforum**. Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Iberoamericana, v. 8, n. 16, p. 85-102, 2013.

COM obras autorizadas, moradores e turistas serão beneficiados com duplicação de trecho da CE-085 entre Trairi e Itapipoca”. SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS. 8 de março de 2023, <https://www.sop.ce.gov.br/2023/03/08/com-obras-autorizadas-moradores-eturistas-serao-beneficiados-com-duplicacao-de-trecho-da-ce-085-entre-trairi-e-itapipoca/>.

CONTEL, Fabio Betioli. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). Terra Brasilis. **Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 3, 2014.

CORIOLOANO, L.N.M.T. (2008) – Litoral do Ceará: espaço de poder, conflito e lazer. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, 8(2):277-287. DOI: 10.5894/rgci131

COSTA, M. C. L. **Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço.** In: SILVA, J. B. da. et al. (Orgs). Ceará: um novo olhar geográfico. 1. Ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007. 145

COSTA, D. L. S.; FILHO, E. V. S.; **SÓ É POSSÍVEL HABITAR O QUE SE CONSTRÓI: Uma Compreensão Constitucionalmente Adequada do Direito Fundamental à Moradia no Brasil Contemporâneo.** *Revista Direito em Debate*, n. 53, 2020. DOI: 10.21527/2176-6622.2020.53.116-127.

COZIC, B. e TAUNAY, B.; A recomposição da Região Nordeste do Brasil à luz do desenvolvimento turístico. In: PEREIRA, A. Q., DANTAS, E.W.C., **Espacialidades Turísticas: do Regional ao Global**, 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021.

CUMBUCO receberá três novos empreendimentos do Vila Galé. O POVO, 26 de agosto de 2022, <https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2022/08/26/cumbuco-recebera-tresnovos-empresendimentos-da-rede-vila-gale.html>.

CUNHA, Gabriela Bento. **Urbanização litorânea e planejamento na metrópole: a produção do espaço urbano de Fortaleza.** 2017. 146f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

DANTAS, E. W. C.. O Pescador na Terra. In: SILVA, J. B.; CAVACANTI, T. C.; DANTAS, E. W. C.. (Org.). **Ceará: um novo olhar geográfico.** 2 ed. Fortaleza: Editora Demócrito Rocha, 2007, v. 1, p. 15-27.

DANTAS, E. W. C.. Imaginário social nordestino e políticas de desenvolvimento do turismo no Nordeste brasileiro. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), v. 11, n. 2, p. 09-30, 2007.

DANTAS, E. W. C.; SILVA, J. B.; COSTA, M. C. L. **De cidade à metrópole: (trans) formações urbanas em Fortaleza** – Fortaleza: Edições UFC, 2009. 235 p. il.; Isbn: 978-85-7282-351-7 (Coleção Estudos Geográficos, 3).

DANTAS, E. W. C.. **Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral.** 2ª ed. Fortaleza: Edições UFC, 2010a.

DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L. (Org.); LIVRAMENTO, M. C. (Org.). **Turismo e imobiliário nas metrópoles.** 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010b. v. 1. 224p .

DANTAS, E. W. C.. **Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza.** Imprensa Universitária, 2020.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; PEREIRA, Alexandre Queiroz; VIEIRA, Kaio Duarte. Brasil, país das segundas residências metropolitano-litorâneas. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 62, 2024.

DÍAZ ORUETA, F.; LOURÉS SEOANE, M. L. **Housing, tourism and the real estate sector: the Spanish Mediterranean Coast.** Repositorio Institucional de la Universidad de Alicante, 4 nov. 2007. Disponível em: . Data de acesso: 30 de julho de 2023.

DOTA, E.; FERREIRA, F. (2020). Evidências da metropolização do espaço no século XXI: elementos para identificação e delimitação do fenômeno. **Cadernos Metrópole**. São Paulo, v. 22, pp. 893-912. 146

ESTADO DO CEARÁ. **II Plano de Metas Governamentais – PLAMEG, 1979 – 1983**. Diagnóstico. Fortaleza, 1979.

FERR O, J. Governança e Ordenamento do Território. Reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática. **Prospectiva e Planejamento**, Vol. 17, 2010, p. 129-139.

FERREIRA, A.. O processo de metropoliza o do espaço no Estado do Rio de Janeiro e os projetos de revitaliza es: mais do mesmo. **GeoPuc** (Rio de Janeiro), v. 4, p. 17-52, 2011.

FRATUCCI, A. C. **Turismo e território**: rela es e complexidades. Caderno Virtual de Turismo, v. 14, n. 1, p. 87-96, 2014.

FREITAS, Y. V. **Caracteriza o da atividade pesqueira artesanal no litoral oeste do estado do Ceará**. 2023. 92 f. Disserta o (Mestrado em Ciências Marinhas Tropicais) - Programa de Pós-Gradua o em Ciências Marinhas Tropicais, Instituto de Ciências do Mar - LABOMAR, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

GONÇALVES, L. A. A; AMORA, Z. B. O lazer e a Beira-Mar de Fortaleza: temporalidades e territorialidades. In: AMORA, Z. B. (Org.). **Cenários Geográficos**. Fortaleza: Eduece, 2009, p. 89-118.

GRUPO empresarial quer levantar R\$ 200 milhões para projeto imobiliário de luxo na Praia do Preá - Ingrid Coelho. Diário do Nordeste, 18 de agosto de 2023, <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/ingrid-coelho/grupoempresarial-quer-levantar-r-200-milhoes-para-projeto-imobiliario-de-luxo-na-praia-do-prea1.3405933>. Acesso em: 10 de março de 2024.

G IS, Marcos Paulo Ferreira de. Turismo, território e urbaniza o: uma reanálise do caso do município de angra dos reis e da região turística da costa verde (RJ). **Geo UERJ**, [S. l.], n. 37, p. e33263, 2020. DOI: 10.12957/geouerj.2020.33263. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/33263>. Acesso em: 6 jan. 2024.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.(org.) **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 49-76, 1995.

HAZOV, Bruno. **Grupo Vila Galé investe R\$ 60 milhões no 2o hotel da rede em Caucaia (CE)**. Portal PANROTAS, 13 de junho de 2023. https://www.panrotas.com.br/100xbrasil/hotelaria/2023/06/grupo-vila-gale-investe-r-60-milhoes-no-2o-hotel-da-rede-em-caucaia-ce_197392.html.

HIDALGO, Rodrigo; ARENAS, Federico; SANTANA, Daniel.   Ut polis o distópolis?: producción inmobiliaria y metropolizaci n en el litoral central de Chile (1992-2012). **EURE** (Santiago), v. 42, n. 126, p. 27-54, 2016.

HIDALGO, R.; ARENAS, F.; SANTANA, D. ¿Utópolis o distópolis? Producción inmobiliaria y metropolización en el litoral central de Chile (1992-2012). **Revista EURE - Revista de Estudios Urbano Regionales**, [S. l.], v. 42, n. 126, 2016. DOI: 10.7764/1599. Disponível em: <https://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/1599>. Acesso em: 11 ago. 2024.

HOLANDA, F.; KOHLDORF, E.; FARRET, R. L.; CORDEIRO, S. H. C. Forma urbana: que maneiras de compreensão e representação? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Ano 2, n.3, Recife: ANPUR. out, 2000. 147

HONÓRIO, Ícaro Coriolano; ROCHA, I. O.. Turismo e urbanização-metropolização no litoral do Nordeste e Sul brasileiro: Fortaleza e Florianópolis. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 12, p. e48101220152-e48101220152, 2021.

HUETE, R. **Tendencias del turismo residencial: el caso del Mediterráneo español**. Repositorio Institucional de la Universidad de Alicante, 1 jul. 2008. Disponível em: . Data de acesso: 20 de julho de 2023.

JOVER BÁEZ, J. et al. **Turistización y movimientos urbanos de resistencia: experiencias desde Sevilla**. [s.l.] Pol·lenEdicions, 2018.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. 3a reimpr. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

LEGROUX, Jean. A lógica urbana fragmentária: delimitar o conceito de fragmentação socioespacial. **Caminhos de Geografia**, v. 22, n. 81, p. 235-248, 2021.

LENCIONI, S. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

LENCIONI, S. Metropolização. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, 2020.

LEOPOLDO, E. (2020). Metropolização regional e nova regionalização do capital. **Caderno Metrôpoles**. São Paulo, n. 47, pp. 85-102.

LIMA, M. do C. Pescadoras e pescadores artesanais do Ceará: modo de vida, confrontos e horizontes (Artisanal fisher men and fisher women in Ceará: lifestyles, confrontations and horizons). **Mercator**, v. 5, n. 10, p. 39 a 54–39 a 54, 2006. ISSN 1984-2201. Disponível em: . Date accessed: 5 de agosto de 2023.

LITORAL de Caucaia recebe investimento de R\$ 85 milhões em saneamento básico. O POVO, 4 de março de 2022, <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/caucaia/2022/03/04/litoral-decaucaia-recebe-investimento-de-rs-85-milhoes-em-saneamento-basico.html>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

MAIA FILHO, José Almir Ramos. **A multipropriedade: estratégia empresarial e vetor de reprodução do espaço urbano litorâneo**. 2023. 163 f. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, 2023.

MARCHENA GOMEZ, M. El turismo metropolitano. Una aproximación conceptual. **Revista Estudios Turísticos**. 126. 1994, p. 07-21.

MARTINS, João Carlos Figueira. **Algarve, da Urbanização Turística à Metropolização Sazonal-1960/2013**. 2015.

MARICATO, E. (2011a). Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. **Cadernos Metrópole**, (21). Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5954>. Acesso em: 23.09.2023

MARICATO, E. Metr poles desgovernadas. **Estudos avançados**, v. 25, p. 7-22, 2011b. 148

MARTINS, J. C. F. **Algarve, da Urbanização Turística   Metropolização Sazonal – 1960/2013**. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade de Lisboa. Tese de Doutorado em Sociologia. Repositório Universidade Nova, 2015. Disponível em: . Acesso em: 26 out. 2023.

MELCHIORS, L. C.. Metropolização Contemporânea: transformações territoriais nas metrópoles da América Latina. **PRACS: Revista Eletr nica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 10, n. 1, p. 133-154, 2017.

MOROTE SEGUIDO, Álvaro F. Tipolog as urbano-residenciales del litoral de Alicante: repercusiones territoriales. **Ciudad y Territorio Estudios Territoriales**, [S. l.], v. 46, n. 181, p. 431–443, 2014. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/CyTET/article/view/76342>. Acesso em: 27 oct. 2023.

MOLINA, F. S. **Turismo e produção do espaço** - o caso de Jericoacoara, CE. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MOURA, Rosa. A dimensão urbano-regional na metropolização contemporânea. **EURE** (Santiago), v. 38, n. 115, p. 5-31, 2012.

MONTE-M R, L. M. M. Urbanização extensiva e economia dos setores populares. In: OLIVEIRA, M.P et al. (ed.). **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lamparina: FEPEERJ, Anpege, 2008.

NASCIMENTO, Iandra Virginia Oliveira. **Os Arranjos Produtivos Locais do Turismo nas Praias do Trairi-Ceará**. 2008. Sem Numeração Dissertação (Mestrado Acad mico ou Profissional em 2008) - Universidade Estadual do Ceará, 2008. Disponível em: Acesso em: 7 de dezembro de 2023

NOGUEIRA, A. A. **Fogo, vento, terra e mar: Migrações, natureza e cultura popular no bairro Serviluz em Fortaleza (1960-2006)**". 2006. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, E. J. DE. La expansión del turismo y las segundas residencias. Implicaciones em el sector inmobiliario de la costa de Parnamirim/RN y Nísia Floresta/RN (Brasil). **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 24, n. 2, p. 279–295, 2015.

OLIVEIRA, Caroline. **“The Coral Beach vai investir cerca de R \$ 15 milhões em melhoria na estrutura”**. Brasilturis, 25 de agosto de 2022,

<https://brasilturis.com.br/2022/08/25/the-coralbeach-vai-investir-cerca-de-r-15-milhoes-em-melhoria-na-estrutura/>. Acesso em: 20 de dezembro de 2024.

OJIMA, Ricardo. Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 24, p. 277-300, 2007.

PAIVA, M. L. R.; GOLGHER, André Braz. Pobreza e desigualdade de renda em Belo Horizonte: uma análise para setores de habitação. **Revista de Economia**, v. 35, n. 2, 2009. 149

PAIVA, M. G. DE M. V. Análise do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE) na perspectiva do planejamento estratégico. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 2, p. 197–213, abr. 2010.

PAIVA, R. A. Sobre a relação turismo e urbanização. Pós. Revista do Programa de PósGraduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, v. 20, n. 33, p. 126, 26 jun. 2013.

PARIS, C. Re-positioning Second Homes within Housing Studies: Household Investment, Gentrification, Multiple Residence, Mobility and Hyper-consumption. **Housing, Theory and Society**, v. 26, n. 4, p. 292–310, dez. 2009.

PAULA, D. P et al. Desenvolvimento do turismo de sol e praia em destinos tropicais: o caso do litoral de Fortaleza. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**, v. 3, n. 2, p. 9, 2012.

PAZ, Francileuda Pontes. **O morar na praia: transformações e permanências na moradia litorânea em Caucaia – CE**. 2020. 119 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

PAVIMENTAÇÃO da CE-182 tornará o acesso à Praia do Preá mais rápido e seguro. Disponível em: . Acesso em: 4 mar. 2024.

PEREIRA, A. Q. **Veraneio marítimo e expansão metropolitana no Ceará: Fortaleza em Aquiraz**. 2006. 158 f. Dissertação (Mestrado em geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2006.

PEREIRA, A. Q. Estruturação urbana litorânea da Região Metropolitana de Fortaleza: planos para Aquiraz, Caucaia e São Gonçalo do Amarante (The urban structuring in the metropolitan coast line of Fortaleza). **Mercator**, v. 8, n. 15, p. 49 a 57–49 a 57, 15 jun. 2009.

PEREIRA, A. Q. Das cidades às metrópoles litorâneas: o papel da vilegiatura marítima moderna no Nordeste do Brasil. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 16, n. 2, p. 05-15, 30 ago. 2012.

PEREIRA, A. Q. Quatro Décadas de Transformações: A vilegiatura marítima no litoral metropolitano de Fortaleza, Ceará - Brasil, **Confins [Online]**, v.17, 2013. Acesso em: 5 ago. 2015. Disponível em: <http://confins.revues.org/8329>» <http://confins.revues.org/8329>.

PEREIRA, A. Q.. **A urbanização vai à praia**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

PEREIRA, A. Q.. Territórios e transformações em balneários marítimos no Ceará. In: SILVA, J.B.; SILVA, C.M.; DANTAS, E.W.C.. (Org.). **Território: modo de pensar e usar**. 1ed.Fortaleza: Edições UFC, 2016, v. 1, p. 339-351.

PEREIRA, A. Q.; DANTAS E. W. C.; GOMES, I. R.. **Lazer na praia: segunda residência e imobiliário turístico no Nordeste**. E-book. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2016. 107 p. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/19471>. Acesso em: 20 de setembro de 2023. 150

PEREIRA, Alexandre Queiroz; PAIVA, Ricardo Alexandre. Urbanización turística, vulnerabilidades y producción de asentamientos precarios en destinos turísticos costeros de La región metropolitana de Fortaleza/ce, Brasil. In: **Impacto social y desarrollo: contribuciones y retos desde la experiencia iberoamericana**. Servicio de Publicaciones, 2022. p. 283-311.

PEREIRA, A. Q.; CUNHA, G. B. Empreendimentos turístico-imobiliários e a modernização dos litorais metropolizados. Fortaleza, Ceará. **Sociedade e Território**, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 169–193, 2019. DOI: 10.21680/2177-8396.2018v30n2ID14407. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/14407>. Acesso em: 16 out. 2023.

PEREIRA, C. S. S. PRÁTICAS ESPACIAIS. **GEOgraphia**, v. 26, n. 56, 15 maio 2024.

PEREIRA, Alexandre. Quatro Décadas de Transformações: A vilegiatura marítima no litoral metropolitano de Fortaleza, Ceará–Brasil. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, n. 17, 2013.

PEREIRA, A. Q.. Territórios e transformações em balneários marítimos no Ceará. In: SILVA, J.B.; SILVA, C.M.; DANTAS, E.W.C.. (Org.). **Território: modo de pensar e usar**. 1ed.Fortaleza: Edições UFC, 2016, v. 1, p. 339-351.

PÉREZ, S. L. C. (2018). Análisis del turismo urbano como sistema funcional. Caso de estudio: Turismo urbano em Quito, Ecuador. **Territorios em Formación**, (13), 116-133.

PEQUENO, L. R. B. (org). **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.

PREÁ: Grupo Carnaúba aporta R\$ 530 milhões para desenvolvimento turístico imobiliário da região. O POVO, 14 de junho de 2023, <https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2023/06/14/prea-grupo-carnauba-aporta-rs-530-milhoes-para-desenvolvimento-turistico-e-imobiliario-da-regiao.html>.

QUEIROZ, Alexandre. Planejamento e metropolização do lazer marítimo em Fortaleza-Ceará, Nordeste do Brasil. **EURE** (Santiago), v. 43, n. 128, p. 153-173, 2017.

RIBEIRO, L. P.; GÓIS, M. P. F. ; SOTRATTI, M. A. A balnearização da baixada de Araruama e a emergência da Costa do Sol, Rio de Janeiro (1940-1960). **CONFINS** (PARIS), v. 39, p. 1, 2019.

REIS JUNIOR, Luciano Campos. **Turismo metropolitano: o papel de Lauro de Freitas na Região Metropolitana de Salvador**. 2017. 198 f. Dissertação (Desenvolvimento Regional e Urbano) - UNIFACS, Salvador, 2017.

REGO, Renato Leão; MENEGUETTI, Karin Schwabe. A respeito de morfologia urbana. Tópicos básicos para estudos da forma da cidade. **Acta Scientiarum**. Technology, v. 33, n. 2, p. 123-127, 2011.

RODRIGUES, Rosa Alice; MAIA, Luís Parente. Caracterização sócio-econômica das comunidades de pescadores do município de Aquiraz - Ceará. **Arquivo de Ciências do Mar**. Fortaleza, v.40. n. 1, p.16-23, 2007. 151

RODRIGUES, N. A. **A (Re) produção do espaço urbano-litorâneo do distrito de Ponta de Pedras, Goiana - PE: a dinâmica de expansão das primeiras e segundas residências Recife**. Repositório Instituto Federal Pernambuco. Recife, 18 ago. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/905>. Acesso em: 20 de setembro 2023.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Turismo em espaços urbanos: processos de turistificação no Nordeste brasileiro e no Caribe Mexicano. **RITUR: Revista Iberoamericana de Turismo**, Penedo, v. 5, n. 1, p. 81-104, abr. 2015.

ROLNIK, Raquel; FRÚGOLI JR, Heitor. Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências. **Cadernos Metrópole**, n. 06, p. 43-66, 2001.

RUFINO, M. B. C. **Incorporação da metrópole: Centralização do capital no imobiliário e nova produção do espaço em Fortaleza**. 2012. 334p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SÁNCHEZ, A. G.; TUR, A. A.; PARREÑO, J. M. R. El turismo del Mar Menor: predominio de la segunda residencia. **Cuadernos de Turismo**, n. 9, p. 33-44, 2002.

SANTOS, J. S. **Política habitacional e urbanização: o protagonismo da COHAB-Bauru na Cidade Sem Limites**. Disponível em: . Acesso em: 11 ago. 2024.

SANTOS, Milton. **O território e o saber local: algumas categorias de análise**. Cadernos Ippur, v. 2, p. 15-25, 1999.

SANTOS, M. **O Brasil, território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional**, ed. 5ª, Coleção Milton Santos Vol. 11, São Paulo. Editora: EDUSP. 2008.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**, ed. 6ª, Coleção Milton Santos Vol. 10, São Paulo. Editora: EDUSP. 2012.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Coleção Milton Santos. 4 – Ed. 8ª reimpr. Editora: Editora da Universidade de São Paulo, 2014b.

SANTOS, E. de O. Segregação ou fragmentação socioespacial? Novos padrões de estruturação das metrópoles latino-americanas. **GeoTextos**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2013. DOI: 10.9771/1984-1525537geo.v9i1.6767. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/6767>. Acesso em: 23 ago. 2023.

SANTOS, C. A. P. **Entre o Porto e a estação: cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim - CE (1920-1970)**. 2008. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SILVA, R. B. da. **O lazer popular nos espaços à beira-mar em Fortaleza - CE**. 2018 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

SILVA, José Borzacchiello da. **Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza**. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

SILVA, A. F. C. DA; FERREIRA, A. L. DE A. Três momentos da urbanização turística: estado, mercado e desenvolvimento regional no Nordeste brasileiro, 1997-2007. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 12, 31 ago. 2008.

SILVA, Regina Balbino da Silva. **O Lazer popular nos espaços à beira-mar em FortalezaCE**, Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2018.

SILVEIRA, B. R. **O morar permanente na praia: moradia e vilegiatura na localidade praiana do Icarai - CE**. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

SILVEIRA, M. A. T.; RODRIGUES, A. B. Urbanização turística no Brasil: um foco em Florianópolis – Santa Catarina. **Via Tourism Review**, n. 7, 1 jul. 2015.

SILVEIRA, M. L. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), [S. l.], v. 10, n. 2, p. 81-91, 2006. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2006.73991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73991>. Acesso em: 9 ago. 2023.

SILVEIRA, M.L. Território usado: dinâmicas de Especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 15, n. 1, jan./dez.2011.

SILVEIRA, M. L.. Territorio usado y fenómeno técnico em el período de La globalización. **Párrafos Geográficos**, 2012, N° 11 p. 25 - 38.

SIVIERO, Ana Paula. Os elementos do espaço turístico urbano no processo de planejamento: reflexões teóricas e articulações. **RAEGA-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 11, 2006.

SOARES, P. R. Rodrigues. Metamorfoses da metrópole contemporânea: considerações sobre Porto Alegre. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), v. 10, n. 1, p. 129-143, 2006.

SOUZA, M. S.. Ceará: Bases de Fixação do Povoamento e Crescimento das Cidades. In: José Borzacchiello da Silva; Tércia C. Cavalcante; Eustógio Wanderley Correia Dantas. (Org.). **Ceará: Um Novo Olhar Geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, v. Único, p. 13-31.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate. In: A. F. A. C.; Amélia Luisa Damiani; Odette de Lima Seabra. (Org.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999, v., p. 83-99.

SPOSITO, M. E. B.. **Oportunidades e desafios da pesquisa urbana comparada**. Estudos urbanos comparados: oportunidades e desafios da pesquisa na América latina. San Miguel de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, p. 25-60, 2016.

SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B. Fragmentação socioespacial. **Mercator** (Fortaleza), v. 19, 2020.

TARGA, L. R. P. Comentário sobre a utilização do método comparativo em análise regional. **Ensaio FEE**, v. 12, n. 1, p. 265-271, 1991.

TAVARES, I. F. **Parcerias públicas e privadas e a incorporação imobiliária na orla de Fortaleza-CE**. 2022. 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

TRAIRI. **Lei nº 460, de 04 de maio de 2009** – Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo no município de Trairi e dá outras providências. Trairi: Prefeitura Municipal de Trairi, 2009. USD 112 milhões para o turismo no Ceará. Disponível em: . Acesso em: 4 mar. 2024.

VASCONCELOS, D. A. L.. Turistificação do espaço e exclusão social: a revitalização do bairro de Jaraguá, Maceió - AL, Brasil. **Revista Turismo em Análise**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 47-67, 2005. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v16i1p47-67. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63719>. Acesso em: 16 out. 2023.

VASCO, N. de B. S. **Quantificar e caracterizar o destino turístico: um ensaio sobre o Algarve**. Dissertação Mestrado em Marketing. Sapiientia – Repositório da Universidade do Algarve, 2014. Disponível em: . Acesso em: 1 de outubro de 2023.

VERA REBOLLO, J. F. “El auge de La función residencial en destinos turísticos del litoral mediterráneo: entre el crecimiento y La renovación”. **Papers de Turisme**. N. 37-38 (2005). ISSN 0214-8021, pp. 95-114.

VERGARA, S. C.; VIEIRA, M. M. F.. Sobre a dimensão tempo-espaço na análise organizacional. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. 2, p. 103–119, abr. 2005.

VILA Galé planeja instalar resort na Praia do Preá, em Cruz - Negócios. Diário do Nordeste, 19 de maio de 2018, <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/vila-gale-planeja-instalar-resort-na-praia-do-prea-em-cruz-1.1941353>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

VILA Galé perto do Preá. O

POVO.<https://mais.opovo.com.br/jornal/colunas/jocelioleal/2018/08/vila-gale-perto-doprea.html>. Acessado 30 de setembro 2023.

2ª EDIÇÃO do Desafio Sertões Kitesurf no Preá acontece neste fim de semana - Jogada.

Diário do Nordeste, 21 de julho de 2023,

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/jogada/2-edicao-do-desafio-serto-es-kitesurf-no-prea-acontece-neste-fim-de-semana-1.3395555>.